

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

MARIANA SILVA BASSO

Resistências feministas: um estudo cartográfico sobre violências de gênero contra estudantes mulheres no contexto universitário

Maringá

2022

MARIANA SILVA BASSO

Resistências feministas: um estudo cartográfico sobre violências de gênero contra estudantes mulheres no contexto universitário

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Subjetividade e Práticas Sociais na Contemporaneidade.

Orientadora: Profa. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza

Maringá

2022

AGRADECIMENTOS

Talvez seja um tanto quanto difícil para uma pessoa como eu, que reconhece a necessidade da existência do outro para fortalecer as conquistas, agradecer sem o medo de não ser suficiente. No entanto, acredito que seja mais fácil sentir e, já que eu sinto muito, será de todo meu coração.

Estabelecer uma ordem cronológica pode tornar isso mais fácil. Ao meu pai Claudemir, à minha mãe Rosaly e ao meu irmão Bruno, obrigada por sempre acreditarem na potência dos estudos e na minha capacidade de fazer o que é, hoje, o meu combustível. Obrigada por me permitirem ter acesso a tudo o que tive e por estarem ao meu lado nos melhores e piores momentos. Amo vocês eternamente!

Ao Junior, meu amor e parceiro de vida, que caminha comigo desde o primeiro ano da graduação. Ele sempre acreditou em mim enquanto estudante de psicologia, enquanto profissional, em qualquer lugar que estivesse atuando... enquanto mulher! Com certeza acredito muito mais em mim hoje por conta dele. Obrigada por tanto. Eu te amo!

Agradeço também à minha família que, de perto ou de longe, sei que sempre acreditaram em mim. Obrigada tias/os, primas/os, cunhada, sogra/o... Em algum momento, com certeza, contar e estar com vocês também me aliviou e me reergueu para seguir em frente!

Já na psicologia, durante os cinco anos intensos, diga-se de passagem, desde o primeiro dia, eu tive ao meu lado um grupo especial de seis garotas que dividiram comigo todos os momentos: estudos, desespero, boas notas, estágios, congressos, gargalhadas, festas... a vida! Obrigada, minhas eternas Galhas! A minha formação profissional e humana está diretamente interligada a vocês e morro de orgulho disso.

Greicy, Juliana, Bruna, Melissa, Yara e Ana Flávia... todo o meu afeto e amor por vocês! Para sempre, Gralhas!

Também tive a grata surpresa, ao buscar a carteirinha do tão sonhado CRP, de reencontrar uma colega de sala e, hoje, ter uma amizade para lá de especial, Naihana Miranda. Nai, foi aos 45 do segundo tempo e foi o tempo suficiente para dar certo! Obrigada pelas trocas, inspirações, pelo carinho... por tudo!

Após formada tive o imenso prazer de conviver com a professora Daniele de Almeida Duarte - a querida Dani - durante dois anos de uma residência. Ela foi muito mais que uma supervisora, foi uma incentivadora e abriu um novo mundo para mim. Dani, meus afetuosos agradecimentos! Você é exemplo!

Durante esta mesma residência eu tive o privilégio de conhecer duas pessoas que, hoje, são grandes amigas, Gabriela Bueno e Bruna Stoel. Gabi sempre acreditou em mim, sempre se empolgou com meus avanços e dizia “Vai, menina, você é capaz!” e eu fui. Bru, tão pequena e tão gigante. Parceira de residência, um anjo em minha vida! Tudo foi mais leve com você, até os choros. Que você continue a espalhar luz por onde passe. Obrigada, meninas!

Agora acho que chegamos ao mestrado efetivamente. Professora Daniele de Andrade Ferrazza, mais uma Dani fundamental na jornada. Quanto aprendizado e sensibilidade. Obrigada pelos inúmeros encorajamentos, pelas trocas e pelo conhecimento compartilhado. Foi uma honra trilhar este caminho com você. Dani, que você inspire tantas outras assim como fez comigo, sua existência é necessária e desejo que sua trajetória seja cheia de afetos e respiros!

Às queridas professoras Carolina Laurenti e Bárbara Brunini. Carol está em minha caminhada acadêmica desde o primeiro ano da graduação e sempre foi sinônimo

de admiração e inspiração. Devo muito desta pesquisa aos seus incentivos desde a estruturação do projeto à participação no grupo de pesquisa. Me sinto honrada por partilhar esse trabalho com você. Bárbara é uma potência em forma de mulher. Exemplo de sabedoria, revolução e esperança. Obrigada, professoras!

Não poderia deixar de fora minha xará, Mari Sant'ana, parceira desta montanha-russa chamada mestrado. Desde o início senti alívio ao poder compartilhar este momento com você. Você é incrível, uma mulher gigante. Avante e sucesso, Mari!

Um imenso agradecimento a todas as estudantes mulheres que aceitaram participar da pesquisa, sendo por meio do questionário eletrônico ou pelas entrevistas. De fato, este trabalho não existiria sem vocês. Muito obrigada! Dedico todo o esforço aqui produzido a vocês.

Agradeço infinitamente por ter convivido durante o percurso do mestrado com as potentes mulheres do grupo de estudo “Feminismos, saúde mental e gênero”. Minha vida e este trabalho foram transformados gigantescamente diante da troca com vocês! Obrigada!

Durante a trajetória do mestrado, meus caminhos profissionais cruzaram os de duas mulheres incríveis e necessárias para que tudo fosse mais leve, apesar dos embaraços diários: Camila e Lorena. Vocês me inspiram a ser uma pessoa melhor. Obrigada por todo amor e parceria de vida. Para sempre em meu coração!

E, claro, obrigada à Universidade Estadual de Maringá e ao Programa de Pós-graduação da UEM que permitiram que este sonho fosse possível. É enorme o orgulho que carrego por ser filha da UEM, agora também enquanto mestra em Psicologia. Às/aos professoras/es que estiveram presentes em minha formação, principalmente da pós-graduação, aos ensinamentos, aos despertares e ao posicionamento crítico, que

incomoda, desespera, mas faz com que nos movemos e lutemos contra qualquer forma de discriminação e preconceitos, em busca de uma psicologia ética e para todos, todas e todes.

Obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo cartografar as variadas formas de violências de gênero no contexto universitário a partir das vivências de estudantes mulheres de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Por meio dos estudos feministas e do método cartográfico, encontramos lugares de afetos e vivências que elevaram a importância deste estudo, isto é, tornar público o que antes era considerado privado e fortalecer as vozes das mulheres e suas reivindicações, considerando atravessamentos e interseccionalidades de raça, classe social, performance sexual, para refletir sobre o acesso e permanência das discentes na universidade. Nesse sentido, o método cartográfico possibilitou encontrar pistas sobre as vivências e reverberações de situações violentas para algumas estudantes universitárias. Para tanto, utilizamo-nos de dois movimentos, sendo o primeiro deles uma aproximação com as estudantes por meio de um questionário eletrônico e, o segundo movimento, a realização das entrevistas cartográficas. No primeiro movimento de pesquisa, foram enviados 2.150 e-mails com o questionário às estudantes, que resultaram em 67 respostas. Quando questionadas sobre terem presenciado e/ou vivenciado alguma situação de violência de gênero, as discentes responderam que: 27 já viveram ambas as situações, 04 vivenciaram, 17 presenciaram e 19 responderam que não. As formas de violências no contexto universitário (festas, espaços de convivência na universidade e salas de aulas) elencadas no questionário foram: assédio, beijo à força, agressão verbal por questões de gênero, cantadas de teor sexual, convite sexualmente inapropriado, imagens sem permissão e trocas de favores. Dentre elas, o assédio (129 respostas), as cantadas (99 respostas), a agressão verbal (67 respostas) e o recebimento/envio de imagens sem permissão (65 respostas) tiveram maior frequência nas respostas. Já sobre os autores das violências, as respostas nos informam que 58 das estudantes identificaram que os protagonistas são colegas e outros estudantes; em seguida, 31 alunas apontam que os professores são atores de assédio; 26 relatam que são pessoas externas à universidade e 07 responderam que servidores foram protagonistas de atitudes de assédio. Sobre os principais sentimentos e sensações vivenciadas pelas estudantes, podemos destacar: constrangimento, raiva, tristeza, vergonha, injustiça e medo. No segundo movimento da pesquisa, realizamos três entrevistas cartográficas que proporcionaram uma inserção ainda mais intensa sobre o que já havia sido demonstrado anteriormente: as estudantes mulheres relataram experiências abusivas e violentas na graduação e pós-graduação. As narrativas foram importantes fontes de resistência feminina, pois encontramos direções para a promoção, prevenção e combate da violência de gênero contra mulheres no ambiente universitário. As discentes sugeriram ações concretas de enfrentamento, como: criação de coletivos feministas, inserção de temas relacionados ao gênero nas grades curriculares, espaços de escuta e acolhimento às mulheres em situação de violência, materiais educativos e capacitações para toda comunidade acadêmica. Nesse sentido, a violência contra as estudantes mulheres ocorre de fato dentro da universidade e, portanto, é preciso desmistificar que a universidade está isolada em uma “torre de marfim” insensível aos problemas do mundo e o tema precisa ser evidenciado para possibilitar rupturas estruturais na atual sociedade machista e misógina, retirando, assim, a equivocada culpabilização e a individualização do fenômeno sobre as mulheres brasileiras, sobretudo, as estudantes universitárias.

Palavras-chave: Mulheres; Violência de gênero no contexto universitário; Feminismo; Método Cartográfico.

ABSTRACT

This research aimed to map the various forms of gender violence in the university context from the experiences of undergraduate and graduate women students of the State University of Maringá (UEM). Through feminist studies and the cartographic method, we find places of affection and experiences that raised the importance of this study, that is, to make public what was previously considered private and strengthen the voices of women and their claims, intersectionalities of race, social class, sexual performance, to reflect on the access and permanence of students in the university. To this effect, the cartographic method made it possible to find clues about the experiences and reverberations of violent situations for some university students. To that end, we used two movements, the first being an approach with the students through an electronic questionnaire and, the second movement, the cartographic interviews. In the first research movement, 2,150 emails with the questionnaires were sent to the students, which resulted in 67 responses. When asked about having witnessed and/or experienced any situation of gender violence, the students answered that: 27 had already lived both situations, 04 had experienced, 17 had witnessed and 19 answered that they had not. The forms of violence in the university context (parties, living spaces in the university, and classrooms) listed in the questionnaire were: harassment, kissing, verbal aggression for gender reasons, pick up lines of sexual content, sexually inappropriate invitations, images without permission, and exchanges of favors. Among them, harassment (129 responses), pick up lines (99 responses), verbal aggression (67 responses), and receiving/sending images without permission (65 responses) were more frequent in the responses. As for the perpetrators of the violence, the answers inform us that 58 of the students identified that the protagonists are colleagues and other students; then 31 students point out that the teachers are actors of harassment; 26 report that they are external to the university and 07 answered that servers were protagonists of harassment attitudes. About the primary feelings and sensations experienced by students, we can highlight: embarrassment, anger, sadness, shame, injustice, and fear. In the second movement of the research, we conducted three cartographic interviews that provided an even more intense insertion on what had been demonstrated previously: female students reported abusive and violent experiences in undergraduate and graduate studies. The narratives were important sources of female resistance because we found directions for the promotion, prevention, and combat of gender violence against women in the university environment. The students suggested concrete actions of confrontation, such as: the creation of feminist collectives, insertion of themes related to gender in the curriculum, listening spaces and reception of women in situations of violence, educational materials, and training for the entire academic community. In this regard, violence against female students indeed occurs within the university and therefore it is necessary to demystify that the university is isolated in an "ivory tower" insensitive to the problems of the world and the theme needs to be evidenced to enable structural ruptures in the current sexist and misogynist society, thus removing the mistaken blame and individualization of the phenomenon on Brazilian women, especially the university students.

Keywords: Women; Gender violence in the university context; Feminism; Cartographic Method.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPS- Centro de Atenção Psicossocial
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COU- Conselho Universitário
COPEP- Comitê Permanente de Ética em Pesquisa
COVID-19- Coronavírus Disease (Doença do Coronavírus)
CPI -Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTA- Centro de Testagem e Aconselhamento
DAA- Diretoria de Assuntos Acadêmicos
DCE- Diretório Central dos Estudantes
DIU- Dispositivo Intrauterino
EAD (Educação a Distância)
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FAI- Faculdades Adamantinenses Integradas
FIES- Fundo de Financiamento Estudantil
HD- Hard Disk (Disco Rígido)
HIV- Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES- Instituição de Ensino Superior
INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
PROUNI- Programa Universidade para Todos
SEMESP- Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SISU- Sistema de Seleção Unificada
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS- Unidade Básica de Saúde
UDF- Universidade do Distrito Federal
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora
UNATI- Universidade Aberta à Terceira Idade
UnB- Universidade de Brasília
UEL- Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas
USP –Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	19
A PESQUISA E A IMENSIDÃO DO PESQUISAR: POSSÍVEIS CAMINHOS DE APROXIMAÇÃO E ENCONTROS	19
1.1 Cartografia em impressões iniciais: o desejo pulsante de valorizar e narrar as histórias das mulheres universitárias	19
1.2 O narrar e o sentir por meio da entrevista cartográfica	22
1.3 Registros de afetos: o diário de pesquisa	24
1.4 O percurso até às entrevistas cartográficas com alunas e/ou ex-alunas da UEM	26
CAPÍTULO 2	29
PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ.....	29
2.1 Sobre a violência de gênero contra as mulheres estudantes de graduação e pós-graduação na Universidade Estadual de Maringá	32
2.1.1 O perfil das universidades brasileiras e algumas características das estudantes participantes da pesquisa.....	34
2.1.2 Violências no ambiente universitário: Como? Onde? Quem perpetrou?	44
2.1.3 Impactos: vida e afetos após episódios de violências contra as mulheres no ambiente universitário.....	53
CAPÍTULO 3	59
VOZ E VEZ: ENTREVISTAS CARTOGRÁFICAS COM GRADUANDAS E PÓS-GRADUANDAS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO.....	59
3.1 LAILA – “Dentro ou fora da Universidade a gente não tem vez”	59
3.2 RITA- “Eles querem que a gente se sinta burra: o nosso trabalho árduo é o de não acreditar”	66
3.3 TARSILA- “As cicatrizes da violência de gênero”.....	72
CAPÍTULO 4	80
REALIDADES E RESPIROS: PISTAS DE CONSTERNAÇÃO E DE ENFRENTAMENTOS	80
4.1 Pista 1: A relação hierárquica entre homens e mulheres e a objetificação do corpo das mulheres.....	80
4.2 Pista 2: A aliança entre mulheres como elemento fundamental de resistência	91
4.2.1 Avanços e potencialidades na proteção das mulheres brasileiras e nas universidades	99

CAPÍTULO 5	107
UMA HISTÓRIA EM ANDAMENTO: DIÁRIO DE CAMPO DE UMA PESQUISADORA CARTÓGRAFA MULHER.....	107
UM PASSO DE CADA VEZ E AVANTE: NÃO IRÃO NOS PARAR!	117
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS.....	131
ANEXO A- ROTEIRO PARA O QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i>	131
ANEXO B- ROTEIRO DIRECIONADOR PARA A ENTREVISTA CARTOGRÁFICA.....	135
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO NO QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i>	136
ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO NA ENTREVISTA	138

INTRODUÇÃO

O ato de escrever sobre situações de violências, e com especificidade sobre a violência contra a mulher e de gênero, não é um fim em si mesmo, nem apenas um exercício de estilo livre. Requer um envolvimento emocional, afetivo e um compromisso intelectual particular e político de quem escreve, pois a violência é em si uma ‘força perturbadora’, um ‘poder inquietante’. Para uma análise da violência, há que se considerar que ela se constitui como um fato social.

(Lourdes Maria Bandeira, 2017)

Produzir um trabalho sobre violência de gênero contra as mulheres é uma profunda entrega entre várias inquietações e encontros. Assim como disse Bandeira (2017), é uma força perturbadora que movimenta e nos coloca em caminhos espinhosos, porém necessários. Fazer o recorte e estudar sobre violência de gênero contra estudantes mulheres no contexto universitário é entrar em contato com um plano comum de várias vivências e, por consequência, corporificar algumas denúncias - à nossa sociedade, à própria instituição de ensino superior e ao modo como as violências são naturalizadas - ceifando vidas diariamente. Ademais, saliento que esta pesquisa é feita a partir de muitas mãos e acredito que assim é o caminho para resistirmos: juntas!

Antes de introduzir a questão da violência contra as mulheres na universidade, apresentaremos brevemente alguns aspectos sobre a violência de gênero para, a partir daí, afunilar nossa escolha. De acordo com a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”, a violência de gênero é constituída por meio de manifestações de relações de poder, historicamente desiguais entre homens e mulheres, impedindo o progresso pleno das mulheres. O significado da expressão “violência contra as mulheres” no Artigo 1º é:

. . . qualquer acto de violência baseado no género do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais actos, a coacção ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada. (Assembleia Geral das Nações Unidas, 1993, p. 2)

Sardenberg e Tavares (2016) compreendem como violência de gênero qualquer tipo de violência, seja ela física, social ou simbólica, que “tenha por base a organização social dos sexos e que seja perpetrada contra indivíduos especificamente em virtude do seu sexo, identidade de gênero ou orientação sexual” (p. 8). Em outras palavras, a violência de gênero pode atingir tanto homens quanto mulheres, homossexuais e transexuais, vítimas constantes de todo tipo de agressão. Porém, as autoras afirmam que histórica e numericamente, a violência masculina contra mulheres é mais recorrente e pode ser reconhecida por meio de trágicas estatísticas.

No ano de 2020, 147.378 ligações foram destinadas à Polícia Militar com demandas relacionadas à violência contra a mulher. De acordo com a Agência Brasil, dados publicados, no ano de 2021, informam que foram registradas, no ano de 2020, 105.671 denúncias de violência contra a mulher na Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) e no Disque 100¹ (Canal criado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos). Do total de registros, 75.753 (72% das denúncias) são referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher (Vilela, 2021). Quando se trata da violência sexual, especificamente o estupro, 66.123 boletins de ocorrência de estupro e

¹ O Disque Denúncia foi criado em 1997 por organizações não-governamentais que atuam na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Foi em 2003 que o serviço passou a ser de responsabilidade do governo federal. A coordenação e execução do Disque 100 ficou então a cargo da Secretaria de Direitos Humanos, criada no mesmo ano, vinculada à Presidência da República. Com a transferência de responsabilidade, o Disque 100 deixou de ser apenas um canal de denúncia, pois passou a articular, a partir de casos concretos, uma rede de retaguarda de serviços e parceiros em todo o país.

estupro de vulnerável foram registrados em delegacias de polícia somente no ano de 2019 (Bueno & Sobral, 2020).

A violência de gênero também pode atingir seu nível máximo por meio dos assassinatos contra as mulheres em situação de violência, podendo ser considerado o crime de feminicídio, quando a mulher é morta puramente pela condição de ser mulher. De acordo com o Atlas da Violência (2020), no ano de 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas, o que significa que uma mulher a cada duas horas é agredida e morta no país, o que representa uma taxa de 4,3 homicídios para cada 100 mil habitantes do sexo feminino. No entanto, é fundamental demarcar que a violência que acomete as mulheres não negras (brancas, amarelas e indígenas) é diferente da que avança entre as mulheres negras. De acordo com o IPEA (2020), no ano de 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, “enquanto entre as mulheres não negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro” (p. 37).

Já conseguimos contextualizar que a violência contra as mulheres carrega números inadmissíveis e que, neste momento, podem ser ainda maiores. Portanto, se pensarmos que as instituições de ensino superior compõem a sociedade em que vivemos, será que o contexto universitário carrega expressões de violência contra as mulheres? Será que ao ingressar na universidade elas encontram um local de pertencimento, acolhimento e segurança? É o que gostaríamos de propor enquanto pistas para reflexões a partir de agora.

De acordo com Almeida e Zanello (2022) as mulheres são a maioria no ensino superior no Brasil e o acesso maciço à universidade indica a importância e a abertura de discussões que envolvem a desconstrução de discursos do sistema patriarcal e machista que colocam as mulheres em lugares de silenciamento e exclusão social. No entanto,

entendendo que a desigualdade entre os gêneros, os estigmas, as discriminações e, conseqüentemente, as violências contra as mulheres são historicamente construídas, podemos compreender que a universidade não se exime dessa realidade (Lima & Ceia, 2022).

A violência contra as mulheres é fenômeno comum às universidades ao redor do mundo, o que levanta a questão se a violência de gênero pode vir a se tornar uma pauta global, provocando e demandando respostas concertadas nos níveis local, nacional e internacional entre governos, universidades, organizações internacionais e a sociedade civil global organizada. . . Com efeito, a violência de gênero manifesta-se, expressa ou sutilmente, nas relações institucionais diárias, notadamente no sistema de justiça e em ambientes profissionais e acadêmicos. (Lima & Ceia, 2022, pp. 3- 5)

Almeida e Zanello (2022) revelam que no Brasil as violências praticadas por alunos, docentes e funcionários contra as alunas, professoras e servidoras ganharam visibilidade enquanto um fenômeno de ordem social, institucional e estrutural das desigualdades de gênero nos anos 2000, mesmo que alguns casos tenham sido comunicados esporadicamente nos anos anteriores.

Gama e Baldissera (2022) apontam que levantamentos e pesquisas sobre o tema são importantes, pois não podemos continuar achando que os atravessamentos que atingem os membros da universidade são individuais e sem relação com as violências estruturais já conhecidas. Além disso, alertam para o fato de que “não há uma saída simples para o problema da violência de gênero contra mulheres nas universidades, especialmente porque ele não está restrito a ela, mas faz parte de um problema mais amplo” (p. 351). As autoras também nos fazem pensar que embora o contexto

universitário seja um local, aparentemente, de maior conhecimento, não são raras as dificuldades de reconhecimento das questões referentes às violências que nele ocorrem.

No que diz respeito às instituições de ensino superior, no entanto, algo surpreende: apesar da alta escolaridade de seus membros, o desconhecimento sobre o que são violências de gênero, sobre os casos de violências que ocorrem nos campi e como combatê-las é enorme. São desconhecidas não apenas as definições deste tipo de violência, como os significados e as dinâmicas delas, que não são fixas ou pré-definidas, mas mudam no tempo. (Gama & Baldissera, 2022, p. 326)

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa é de cartografar as variadas formas de violências de gênero no contexto universitário a partir das vivências de estudantes mulheres de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mais especificamente, os objetivos são: (1) **encontrar pistas** sobre as situações que foram caracterizadas como violentas e abusivas pelas estudantes, com especial atenção aos efeitos produzidos nas vivências subjetivas e cotidianas dessas discentes; (2) **acompanhar** os movimentos e as estratégias utilizadas para enfrentar essa situação dentro e fora da universidade; e (3) **rastrear** o papel da universidade no processo de acolhimento das mulheres e no enfrentamento às violências de gênero contra as estudantes mulheres.

Para a construção desse percurso foi utilizado o método cartográfico, apresentado no **primeiro capítulo** nomeado de “A pesquisa e a imensidão do pesquisar: possíveis caminhos de aproximação e encontros”. Nessa perspectiva, o método cartográfico visa acompanhar processos e “se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas” (Kastrup, 2015, p. 32). Nesse sentido,

Romagnoli (2009) compreende a arte de cartografar como mergulhos nos afetos que perpassam os contextos e as relações que se pretende conhecer, permitindo que o pesquisador também se insira na pesquisa e se comprometa com o fenômeno escolhido.

Para tanto, escolhemos dois movimentos direcionadores desse processo: 1) veiculação de um questionário eletrônico, enviado por *e-mail*, para o primeiro contato e aproximação com o tema a partir das respostas das estudantes graduandas e pós-graduandas sobre as violências de gênero na universidade; e 2) realização de entrevistas cartográficas para acessar e se aproximar das vivências das discentes universitárias que aceitaram conversar sobre suas experiências no contexto acadêmico, além do registro dos encontros e afetos da pesquisadora em um diário de pesquisa.

No **segundo capítulo**, intitulado “Primeiras impressões sobre a violência de gênero contra as mulheres da graduação e pós-graduação na Universidade Estadual de Maringá”, apresentamos as informações obtidas a partir da veiculação de um questionário eletrônico. Nesse momento, relatamos como o questionário foi elaborado e reconhecemos três principais pistas para discussão: 1) O perfil das universidades brasileiras e algumas características das estudantes participantes da pesquisa; 2) Violências no ambiente universitário: Como? Onde? Quem perpetrou?; 3) Impactos: vida e afetos após episódios de violências contra as mulheres no ambiente universitário.

As entrevistas cartográficas são apresentadas no **terceiro capítulo**, que tem como título “Voz e vez: entrevistas cartográficas de estudantes universitárias em situações de violências no contexto universitário”. O capítulo é composto pelas experiências, os afetos e as reflexões de **Laila, Rita e Tarsila**². Os relatos expressam o contexto universitário a partir das vivências de cada uma, mas também sinalizam aspectos em comum entre elas e, possivelmente, entre tantas outras. Este é um capítulo

² Nomes fictícios escolhidos pelas próprias entrevistadas.

carregado de vidas e acredito que por isso é tão sensível, quase palpável por outras mulheres que podem se identificar com situações semelhantes de violência de gênero. Neste capítulo, foi proposto que as próprias estudantes pudessem escolher o título ao qual nomeará a entrevista cartográfica de cada uma, num movimento de troca, complementaridade e num gesto de cuidado entre pesquisadora e participante.

Já no **quarto capítulo**, “Realidades e respiros: pistas de consternação e de enfrentamentos”, mapeamos algumas direções sobre as violências na universidade. Nesse sentido, os debates e reflexões foram advindos das narrativas das estudantes entrevistadas e não de um encaixe sobre o que poderíamos ou gostaríamos de discutir sobre o tema, afirmando assim o caráter cartográfico da pesquisa.

Por fim, o **quinto capítulo**, “Uma história em andamento: diário de campo de uma pesquisadora cartógrafa mulher”, é composto por minhas próprias inspirações e rotas (não) planejadas ao longo do percurso do mestrado e da prática profissional enquanto psicóloga. Neste momento, me dispo com o objetivo de potencializar ainda mais as discussões propostas e onde me coloco verdadeiramente em comunhão com essas e todas as outras mulheres. É um pouco de mim que quero que permaneça em vocês.

Dessa forma, propomos que o caminho a ser acompanhado a seguir não seja simplesmente um percurso linear assim como tantas outras leituras. Gostaríamos de abrir passagem para o novo, daquilo que incomoda, mas que também move e faz surgir novos significados e potências.

Vamos juntas!?

CAPÍTULO 1

A PESQUISA E A IMENSIDÃO DO PESQUISAR: POSSÍVEIS CAMINHOS DE APROXIMAÇÃO E ENCONTROS

O cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva.

(Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup, 2015)

1.1 Cartografia em impressões iniciais: o desejo pulsante de valorizar e narrar as histórias das mulheres universitárias

De acordo com Kastrup (2015, p. 32), a cartografia “visa acompanhar um processo, e não representar um objeto”, isto é, enquanto cartógrafa não serei apenas ponte para que as histórias das estudantes universitárias possam ser contadas, mas sim valorizadas e que possam produzir novos sentidos e conhecimentos. Passos & Barros (2015) elucidam que a cartografia parte da experiência e que é, portanto, acompanhada de efeitos tanto para o objeto, como para o/a pesquisador/a e então, para a produção de conhecimento do próprio percurso da investigação, sendo assim, a cartografia pode ser considerada uma pesquisa-intervenção. Desse modo, falaremos a partir de agora sobre experiências do pesquisar e intervir, tanto das estudantes universitárias mulheres em situação de violência de gênero quanto minhas, pois o percurso a ser trilhado será composto pelas trocas que construímos em encontros de diálogos horizontais e priorizando o entre.

Em relação à experiência, não há como manter a atitude típica que mantemos em frente de objetos, baseada na crença de que eles existem independentemente de

nossa relação com eles. O acesso à experiência modula todo o procedimento de pesquisa, porque faz aparecer uma dimensão participativa na constituição dos objetos. Sendo assim, também a análise deve caminhar na direção da participação. (Barros & Barros, 2013, p. 375)

Em outras palavras, pautada na perspectiva do método cartográfico, pretendo aproximar-me de vivências e situações que podem ser relatadas pelas estudantes com intuito de produzir um espaço de troca e caminhos em comum entre quem ouve e quem narra, compreendendo que

Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. (Passos & Barros, 2015, p. 30)

Dessa forma, o que importa nesse processo? Encontrar entrelaçamentos. Valorizar o que é dito, vivido. Pertencer aos territórios e, ao mesmo tempo, desterritorializar. Não buscar uma linearidade e uma certeza. Ouvir e narrar para que, assim como nos coloca Mairesse (2003), possamos construir “. . . um conhecimento que se produz na própria construção do objeto, compreendendo a implicação do pesquisador entrelaçado a este, partindo do pressuposto que se está, conjuntamente ao processo de análise, produzindo-se subjetividade” (p. 263). A autora também traduz o que, em mim, faz sentido sobre a cartografia:

Porém, a viagem que se inicia com o ‘método cartográfico’ é muito mais árdua e cheia de encruzilhadas; nessa, não há o melhor caminho, nem o mais correto,

não existe o verdadeiro, nem o falso, mas se encontra sim, o mais belo, o mais intenso, o que insiste em se presentificar, o que causa estranheza, temor..., o que se equivoca, se atrapalha..., o que falha. São pelos desvios que se começa a jornada, pelas linhas mal/bem traçadas do desejo que se realiza a cartografia, potencializando vidas em territórios complexos e heterogêneos de forças que se imiscuem umas às outras num constante jogo de poder e afeto característicos de qualquer grupo composto por sujeitos. (Mairesse, 2003, p. 271)

Barros e Kastrup (2015) ilustram a cartografia como a processualidade de um caminhar: um passo segue o outro num movimento contínuo. Quando me deparei com essa afirmativa, me remeti ao início de tudo, de quando comecei a desejar realizar uma pesquisa de mestrado e os motivos de trabalhar com o tema escolhido. Talvez os caminhos da realização da pesquisa já sejam por si só, parte dessa cartografia, de passos lentos e desejantes, sem ordem cronológica correta, apenas se deixando guiar por aquilo que mobiliza em um determinado momento, valorizando o processo. Assim, Barros e Kastrup (2015) afirmam “. . . a processualidade está presente em cada momento da pesquisa. A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós” (p. 73). Inclusive, optar pelo método cartográfico também foi um evento que aconteceu ao longo desse processo de pesquisar, não havia inicialmente a expectativa de produzir uma pesquisa cartográfica, “o método vai se fazendo no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios” (Barros & Kastrup, 2015, p. 76).

Além disso, arrisco a acrescentar que o caminho percorrido por quem faz da cartografia sua arte, é um caminho de intimidade. Intimidade essa que se esbarra a todo momento em mim mesma e, também, na(s) outra(s) que está(ão) - literalmente - em minha frente no momento da entrevista cartográfica, desnudas, compartilhando suas

(sobre)vivências e tudo mais o que surgir nessa troca. Nesse sentido, buscamos no contexto universitário encontrar mulheres dispostas a nos contar suas histórias e nos dar pistas enquanto sujeitos integrantes da universidade e de tudo o que ali coexistem, pois entendemos que é no plano coletivo e nas trocas que podemos agir.

A cartografia como método pressupõe uma descentralização nas práticas de pesquisa, em prol de um processo coletivo e compartilhado de produção de conhecimento. Em vez de um regime de suspeita em relação à experiência, no qual toda dimensão de vínculo é tratada sob a égide do controle e do juízo, a cartografia aposta na riqueza deste plano. Conta com a sua potência de criação, abrindo-se para ser articulada por ele. Eis o que encontramos na palavra confiança – *con fiar* – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem. (Sade, Ferraz & Rocha, 2013, p. 283)

Dessa forma, “. . . calibramos nosso olhar e nosso corpo para nos colocar abertos à receptividade dessa experiência, naquilo que ela tem de potência para nos deixar impregnar e mergulhar nos encontros, experiências e aprendizagens” (Nunes & Macedo, 2020, p. 186). Assim, o compromisso com a pesquisa se evidencia quando adentramos em um espaço onde ela já está acontecendo e não está dada como pronta.

1.2 O narrar e o sentir por meio da entrevista cartográfica

A entrevista cartográfica ocupa importante e sensível caminho para nos lançar ao encontro com as estudantes mulheres que relataram previamente a ocorrência de violência de gênero durante o período de graduação e/ou pós-graduação. Consideramos que “a entrevista visa intervir, por meio do manejo, para fazer com que os dizeres possam emergir encarnados, carregados da intensidade dos conteúdos, dos eventos, dos afetos ali circulantes. A fala deve portar os afetos próprios à experiência” (Tedesco,

Sade & Caliman, 2013, p. 304). Assim, não se espera que as discentes entrevistadas deem respostas corretas, pois não é nosso objetivo validar, corroborar ou contestar dados (na verdade, neste momento prefiro não usar o termo “dados”, pois o que buscamos encontrar é algo muito maior, um plano repleto de experiência e significados e que escapa aos discursos unificadores de totalizantes). Rolnik (1989) nos diz que

Aliás, entender, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele não há nada em cima - céus da transcendência -, nem embaixo - brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão. E o que ele quer é mergulhar na geografia dos afetos e, ao mesmo tempo, inventar pontes para fazer sua travessia: pontes de linguagem. (p. 67)

Detoni e Resende (2019) nos lembram que a entrevista cartográfica se aproxima de uma conversa, que acolhe a fluidez e as conexões realizadas pelas diferentes forças e atravessamentos. Tedesco, Sade e Caliman (2013) complementam esses aspectos quando nos informam que na entrevista cartográfica não há uma técnica fechada, um método soberano. Além disso, os autores também pontuam que a entrevista cartográfica é composta pela inseparabilidade de dois planos da experiência: o plano das experiências da vida, isto é, as reflexões dos sujeitos sobre suas vivências e o plano das experiências pré-refletidas/ontológicas, ou seja, a processualidade, o plano comum, o coletivo de forças que decorrem de todos os conteúdos. Neste sentido, a entrevista não é apenas o acesso às experiências, ela se efetiva como tal. (Tedesco, Sade & Caliman, 2013).

Assim, recordo de Audre Lorde (2019) quando a escritora fala das perdas que sofremos quando nos mantemos em silêncio, “quais são as palavras que você ainda não tem? O que você precisa dizer? Quais são as tiranias que você engole dia após dia e

tenta tomar para si, até adoecer e morrer por causa delas, ainda em silêncio?” (*online*).

Ela complementa,

Fale para elas sobre como você jamais é realmente inteira se mantiver o silêncio, porque sempre há aquele pedacinho dentro de você que quer ser posto para fora, e quanto mais você o ignora, mais ele se irrita e enlouquece, e se você não desembuchar, um dia ele se revolta e dá um soco na sua cara, por dentro. (Lorde, 2019, *online*)

A autora refere-se, principalmente, ao silêncio e à invisibilidade das mulheres negras e ela questiona: o que tem sido dito? Tem-se coragem para transformar o silêncio em linguagem e ação? É nesse questionamento que proponho realizar entrevistas cartográficas e talvez a transformação de relatos em coragem-ação. Assim como, Tedesco, Sade e Caliman (2013, p. 316) nos guiam quando “pensamos na entrevista como experiência compartilhada do dizer que, como vimos, em sua performatividade cria mundo, sempre” e resiste aos discursos totalizantes.

1.3 Registros de afetos: o diário de pesquisa

Para experienciar o processo cartográfico em todas suas dimensões, entendemos como essencial a elaboração de um diário de pesquisa, isto é, um material composto por anotações-sensações-impressões (plano intensivo das forças e dos afetos) que “têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer.” (Barros & Kastrup, 2015, p. 70). Nesse sentido, Kroeff, Gavillon e Ramm (2020) revelam que o diário de campo não é produzido a partir de uma realidade independente do observador, mas sim na relação entre todos os membros participantes. Assim o diário de pesquisa “reconfigura a relação com o tema de pesquisa e mobiliza memórias relacionadas” (p. 467). E, justamente, por

se referir aos registros sobre as relações é que o material não é formado pela neutralidade e sim por uma postura assumidamente implicada (Kroeff, Gavillon & Ramm, 2020).

Nesse sentido, por ser uma escrita implicada, Pezzato, Botazzo e L'abbate (2019) compreendem que a partir do diário de pesquisa é possível transcender a pesquisa, pois

. . . o diarista deposita nele suas reflexões, análises, emoções, descrições do e com o vivido nas atividades do trabalho com a pesquisa, como também de sua própria vida, o que possibilita que outros possam interagir com esses registros e, conseqüentemente, refletir, construir outras relações e redes entre o que está escrito e o que não está escrito, entre o vivido e o não vivido. (p. 301)

Para Passos e Barros (2015), os registros da pesquisa também não representam a finalização dos resultados, e sim como um disparador dos próprios desdobramentos da pesquisa, inclusive enquanto o registro dos processos que ocorrem entre pesquisador e pesquisado. Assim,

. . . a inseparabilidade entre pesquisa e intervenção desestabiliza pressupostos tradicionais do conhecimento científico e o ideal de inteligibilidade que se hegemonizou como positivo, rigoroso, neutro, objetivo. . . O trabalho da pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo registro não só daquilo que é pesquisado quanto do processo mesmo do pesquisar. E para quê registrar o processo? O que fazer com este registro? A quem endereçá-lo? O registro do processo da pesquisa interessa porque inclui tanto os pesquisadores quanto os pesquisados. (Passos & Barros, 2015, p. 172)

Compreendo, dessa forma, que a prática de escrever diários pode ser considerada o ápice de entrosamento entre pesquisador e pesquisa, pois é transcrito muito mais do que as informações colhidas, é manifestado como aconteceram os encontros, quais sensações são geradas e as implicações disso para a pesquisa como um todo. É um deixar-se mostrar, aventurar-se em suas vivências e com suas palavras. E dessa forma, vocês encontrarão estes registros de afetos ao longo do texto e, especialmente, no Capítulo 5.

1.4 O percurso até às entrevistas cartográficas com alunas e/ou ex-alunas da UEM

Comprendemos que a nossa pesquisa perpassa por dois movimentos³: o primeiro deles se refere à veiculação, por e-mails, de um questionário *online* direcionado às estudantes e o segundo está relacionado à realização das entrevistas cartográficas e, nesse sentido, considero que ambos os movimentos foram essenciais para que os encontros com as discentes fossem possíveis.

O questionário⁴ significou uma primeira pista para encontrarmos quem desejava contar suas experiências sobre as violências na universidade e, portanto, era composto por perguntas fechadas e abertas sobre o perfil das discentes e as situações de violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário para o relato das experiências e vivências de cada estudante. O questionário contemplava comportamentos abusivos em espaços acadêmicos, como as festas universitárias, locais de convivência dentro do campus universitário e em salas de aulas.

³ Em ambos os processos –questionário *online* e entrevistas cartográficas–, as estudantes participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha explicações sobre os objetivos da pesquisa e aprovação do Comitê de Ética - COPEP (CAAE: 38149620.2.0000.0104). No questionário, o TCLE foi apresentado antes do início das questões e tinha como obrigatoriedade assinalar como resposta a concordância ou não em participar da pesquisa. Já para as entrevistas cartográficas, o TCLE foi entregue e assinado (quando presencialmente) ou enviado e assinado digitalmente quando realizada por plataforma *online*. As entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente.

⁴ Será delineado, especialmente, no capítulo seguinte em que apresentaremos sua elaboração e resultados.

No que tange às entrevistas cartográficas, foi uma segunda pista para potencializar ainda mais as narrativas de quem se dispôs a compartilhar conosco suas histórias, por meio desta pesquisa. Desse modo, podemos entender que o questionário eletrônico e as entrevistas cartográficas consistem em processos envolvidos em uma atitude-crítica, mais interessada no “como” do que no “por quê?”, almejando o *quantum* de forças, o *continuum* de intensidades (César, Silva & Bicalho, 2013, p. 367). Assim,

Não se trata de negar ou abolir este ou aquele instrumento. Trata-se de articulá-los sempre no plano mais amplo dos problemas que envolvem e produzem a pesquisa, atento ao modo como deles se faz uso, de forma a retirá-los sempre de uma perspectiva *per si*. (César, Silva & Bicalho, 2013, p. 367)

Portanto, para a cartografia o método não se define a partir das ferramentas de pesquisa, mas sim por meio de uma direção ético-política, isto é, o “quanti-quali” –de forma inseparável- “. . . ganham sentido na articulação com a experiência, onde se dá a própria imbricação dos dois planos (César, Silva & Bicalho, 2013, p. 360).

Romagnoli (2009) acrescenta que a cartografia está numa zona de indeterminação, envolvida na complexidade e no esforço de não se curvar aos dogmas reducionistas. A autora aponta que a cartografia ainda é um desafio, pois somos formados a partir de uma tradição moderna e “acostumados a fragmentar, a racionalizar e a perseguir a verdade” (Romagnoli, 2009, p. 171). Portanto, também me coloco nessa posição de desconstrução e de percepção a uma nova forma de olhar para o fenômeno a ser contemplado, sendo então por meio da inseparabilidade entre forma e força (César, Silva & Bicalho, 2013) que busco potencializar a complexidade e a multiplicidade das experiências que até foram narradas a mim.

Logo, espero poder mostrar a experiência de *ser* e *estar* mulher no ambiente universitário a partir dos encontros entre quem ocupa esse local e desejo também afetar e produzir significados, sentidos, sensações a qualquer uma/um que esteja lendo este texto. E assim, convido vocês a se aventurarem conosco neste caminho de encontros e afetos.

CAPÍTULO 2

PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar as informações obtidas a partir da veiculação de um questionário (ANEXO A), em formato eletrônico, respondido por mulheres sobre suas vivências durante o período de graduação ou pós-graduação na UEM. O questionário *online* foi pensado como uma alternativa de aproximação com as estudantes diante do momento pandêmico⁵ em que o isolamento social e o ensino remoto ficaram estabelecidos como medidas de proteção à saúde.

As questões abertas e fechadas do questionário foram elaboradas a partir de inspirações encontradas em outros materiais que discutem a violência de gênero no contexto acadêmico, como a pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” do Instituto Avon e Data Popular (2015) e do material intitulado “Violência de gênero na Universidade de São Carlos: saindo da invisibilidade” (Fabbro, Montrone, Moreira, Bertossi, Cerqueira & Souza, 2019). Tais pesquisas serviram de inspiração, pois possuem em seus textos exemplos de situações que são consideradas violentas contra as mulheres estudantes e, dessa forma, foi possível produzir os questionamentos necessários para tentarmos mapear a existência/ocorrência e a forma que se apresentam as violências para as acadêmicas.

Desse modo, o questionário foi composto por duas partes. A primeira parte foi produzida por informações amplas sobre gênero, local de origem, ocupações, renda

⁵ Em 11 de março de 2020, o diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou que a COVID-19 era caracterizada como uma pandemia e fortalecia a necessidade de redução de transmissão por meio do isolamento social (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020).

familiar, raça, orientação sexual, período em que permanecem na universidade e qual graduação/ pós-graduação estão cursando com intuito de nos aproximarmos das mulheres estudantes que se dispuseram a estar conosco para traçar um perfil das universitárias. A segunda parte do questionário foi o início de um mergulho em direção ao tema do gênero e, mais especificamente, da violência contra as estudantes no contexto acadêmico, pois adentramos ao assunto para cartografar como e quais são as vivências que marcam e o que elas significam na vida destas estudantes durante e depois do percurso acadêmico.

Para acessar as estudantes por meio de e-mails, enviamos uma carta de solicitação à Divisão de Assuntos Acadêmicos (DAA) da universidade para a obtenção da listagem contendo o correio eletrônico dos/das estudantes matriculados em cursos de graduação e pós-graduação da UEM. Assim, recebemos com prontidão uma planilha contendo 17.033 e-mails de estudantes matriculados na graduação ou pós-graduação, em cursos presenciais, na Educação à Distância (EAD) e na UNATI (Universidade Aberta à Terceira Idade). As informações da planilha não estão organizadas por cursos de graduação ou pós-graduação. Elas somente se apresentam da seguinte forma: código do curso, curso, nome do/a aluno/a, nome social, e-mail pessoal e e-mail institucional.

Dessa forma, optamos por selecionar os e-mails a partir dos nomes (incluindo os nomes sociais) que culturalmente são considerados do gênero feminino. Sendo assim, foram disparados 2.150 e-mails⁶ com o convite para que estudantes mulheres da graduação e da pós-graduação da UEM participassem da pesquisa respondendo o

⁶ Foram enviados *e-mails* para estudantes da graduação e pós-graduação do ensino presencial e EAD. Não foram contemplados os nomes apresentados da UNATI.

questionário. Para o envio da grande quantidade dos e-mails, foi utilizada a plataforma “Mailchimp⁷”.

Ao receberem o questionário, as estudantes puderam sinalizar se elas já vivenciaram e/ou presenciaram situações de violências de gênero no contexto universitário a partir de algumas descrições de comportamentos abusivos e sobre os locais em que ocorrem, como em festas universitárias, espaços de convivência dentro do campus universitário e em sala de aulas. Também foi questionado quem foi o autor da violência e se as estudantes buscaram por algum auxílio, que pudesse estar relacionado a acolhimento e/ou denúncia, podendo ser dentro ou fora da universidade.

Um momento extremamente importante do questionário foi quando optamos por deixar duas questões abertas para que as discentes pudessem escrever como se sentiram diante das situações de violências e quais os efeitos dessas vivências na vida de cada uma. Com o objetivo de ouvir e dar voz às estudantes que vivenciaram alguma situação envolvendo violência de gênero na universidade utilizamos de uma última pergunta para identificar quais estudantes gostariam de participar do segundo momento da pesquisa para que novas reflexões pudessem ser disparadas e compartilhadas acerca das experiências durante o período de permanência - presencial e remotamente - na universidade. Assim, elas puderam assinalar se tinham ou não interesse em relatar suas experiências em entrevistas que aconteceriam posteriormente.

Senti desde o início do processo de contatar as estudantes da UEM, tanto para a participação do questionário quanto para a entrevista, uma implicação genuína entre as mulheres em responder e compartilhar o questionário eletrônico entre suas semelhantes,

⁷ É uma ferramenta de *e-mail marketing*. Suas funcionalidades permitem configurar layouts de e-mails, segmentar listas de contatos, automatizar disparos e integrar com outros serviços. O objetivo aqui foi somente o de enviar e-mails em grande quantidade. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/mailchimp/>

corroborando com Kastrup e Passos (2013, p. 271) quando afirmam que “para que haja participação é preciso que haja experiência de pertencimento. Não basta que o pesquisador se proponha a fazer uma pesquisa participativa. É preciso também que os participantes queiram nela se engajar”.

Compreendo essa união como um sinal da importância do coletivo entre as mulheres, afinal de contas, também me reconheço em um lugar similar ao delas, que é o lugar de mulher e estudante no contexto universitário. No entanto, me utilizo de Nunes e Macedo (2020, p. 195) para, cautelosamente, não esquecer que a nossa relação é “sempre permeada de cuidados e cumplicidade, mas nunca fazendo-nos esquecer das diferenças e dos privilégios que nos distanciavam”. Eu sei que me encontrei – de diversas formas - nas narrativas, mas me encontrei diante da minha própria existência, afinal, sabemos que a depender das diversas maneiras de ser no mundo, cada corpo é atingido de uma forma e, portanto, essas representações sociais foram/são de grande valor durante a minha escuta.

2.1 Sobre a violência de gênero contra as mulheres estudantes de graduação e pós-graduação na Universidade Estadual de Maringá

O questionário foi respondido por 67 estudantes da UEM. Recebo essa informação com muita admiração e agradecimento por todas as discentes que aceitaram o desafio de compartilhar sobre suas próprias experiências, mesmo sendo um tema que pode desencadear memórias e sensações delicadas para cada uma das mulheres participantes. São sessenta e sete vidas atravessadas por vivências únicas no contexto universitário as quais eu pretendo apresentar e potencializar.

Vale ressaltar que não foi priorizada, neste trabalho, a expectativa diante de uma quantidade representativamente grande de participantes. Nesse sentido, Martins, Bandeira e Dias (2022) me representam ao afirmarem:

. . . objetivou ser uma dentre outras possíveis formas de delinear um retrato urgente acerca do fenômeno da violência contra mulheres na instituição com o uso de abordagens quantitativa e qualitativa. Mais do que a necessidade de esboçar numericamente a realidade do campus, o trabalho ora empreendido orientou-se por princípios éticos de escuta, diálogo e troca de saberes com as estudantes ouvidas. (p. 362)

Além disso, consideramos importante acrescentar dois aspectos sobre o disparo dos questionários: ainda que tenhamos enviado mais de dois mil e-mails, percebe-se, conforme aponta a literatura, que as mulheres vivenciam experiências de violência de gênero no contexto universitário, mas não reconhecem como violência e, por isso, inclusive no questionário foi preciso descrever cenas para que as estudantes pudessem identificar como violência. Ainda, talvez o tema da violência de gênero culmine em sensações e afetos de sofrimento e dor pelas vivências perpassadas por algumas discentes o que pode levar muitas delas a preferirem não participar da pesquisa para não ativarem lembranças e memórias permeadas por sofrimentos.

À vista disso, a partir das respostas do questionário eletrônico, foi possível dividir as informações em três principais eixos para mapeamento do fenômeno da violência contra as estudantes mulheres na universidade, entre eles: o perfil das discentes, as violências ocorridas no contexto universitário (formas, locais e autores) e os impactos desses acontecimentos na vida e saúde das estudantes.

2.1.1 O perfil das universidades brasileiras e algumas características das estudantes participantes da pesquisa

Nossa pesquisa é sobre violência de gênero contra as mulheres, porém desenhada dentro de um contexto específico de interesse, isto é, a universidade. Desse modo, consideramos importante traçar algumas pistas sobre o ambiente universitário brasileiro para que assim possamos cartografar o perfil das estudantes participantes desta pesquisa.

Souza et al. (2013) fazem um breve resumo sobre o surgimento da universidade brasileira. Os autores iniciam lembrando que no período colonial no Brasil o ensino superior era destinado à elite que, por sua vez, tinha formação realizada em Portugal na Universidade de Coimbra. Especificamente no Brasil, o primeiro curso de educação superior surgiu na Bahia na Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar no ano de 1808. Após a independência do Brasil, novas instituições surgiram, porém sem incentivos (Souza et al., 2013). De acordo com a história oficial da nação, as primeiras universidades brasileiras surgiram na década de 30, tendo como exemplos reconhecidos a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal (UDF). Após o fim da Era Vargas (1882-1954), a disseminação das universidades públicas avançou (Souza et al., 2013). Silva, Amante, Melo, Costa e Melo (2012) citam que no ano de 1920 surgiu legalmente a primeira universidade no Rio de Janeiro, fusão da Escola Politécnica com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, sendo chamada de Universidade do Rio de Janeiro.

A política de expansão universitária esteve presente ao longo das décadas no país, principalmente a partir de 1998 em que o Brasil adotou medidas visando o crescimento do ensino superior público (Casqueiro, Irfi & Silva, 2020). No entanto, a

partir do ano de 2003, o incentivo se intensificou por meio da oferta de vagas, novos cursos, a criação de programas e, inclusive, o avanço no número de universidades públicas federais, que culminou em um aumento significativo de universidades no Brasil (Casqueiro, Irffi & Silva, 2020):

De 2003 a 2010, houve um salto de 45 para 59 universidades federais, o que representa a ampliação de 31%; e de 148 câmpus para 274 câmpus/unidades, crescimento de 85%. A interiorização também proporcionou uma expansão no país quando se elevou o número de municípios atendidos por universidades federais de 114 para 272, com um crescimento de 138%. (Brasil, 2012, p. 11)

Mas, quem são as/os estudantes que fazem parte do contexto universitário brasileiro? O que as implicações socioeconômicas, de raça e gênero têm a ver com o acesso ao ensino superior?

Nossa pesquisa já possui o recorte de gênero e das 67 estudantes que responderam ao questionário, todas se identificam com o gênero feminino, salvo 01 transgênero. A faixa etária variou entre 18 e 50 anos, sendo a maior quantidade de participantes com idade entre 20 e 24 anos. Mas, será que as mulheres ocupam lugar de destaque nas universidades? Venturini (2017) afirma que

Por muitos anos a educação superior foi considerada um privilégio masculino e a presença das mulheres nas universidades brasileiras era bastante reduzida. Tal situação apenas começa a se alterar na década de 1970, com o início de questionamentos a respeito da posição social e econômica da mulher e o maior acesso do contingente feminino às universidades. (p. 1)

De acordo com o Censo da Educação Superior do ano de 2019, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2020), o número de mulheres matriculadas nas universidades brasileiras totalizou 1.696.448, contra 1.389.966 de homens matriculados. De acordo com o Censo, as mulheres possuem taxa de conclusão de curso melhor que a dos homens, sendo 43% contra 35%. Venturini (2017) estabelece uma relação significativa entre o acesso das mulheres às instituições de ensino superior e o desenvolvimento de um processo de mobilidade. Isso nos permite pensar sobre o significado da ascensão social da mulher, uma vez que se denomina importante para romper com estereótipos enrijecedores e historicamente constituídos de que o lugar da mulher é o espaço privado: em casa, casada e cuidando dos filhos. Ainda que se alcance ou até ultrapasse em números o acesso das mulheres nas universidades quando comparado a inserção de homens em cursos superiores, será que elas ocupam lugares prestigiosos no mercado de trabalho? Será que são reconhecidas ou valorizadas nas pesquisas científicas?

De acordo com um estudo realizado no ano de 2019 e publicado pelo IBGE no ano de 2021, 19,4% das mulheres tinham nível superior completo contra 15,1% dos homens, mas as mulheres representavam menos da metade (46,8%) no cargo de docente pelas instituições de ensino superior no país. A pesquisa informa que mesmo com mais instrução, as mulheres ocupavam somente 37,4% dos cargos gerenciais e recebiam 77,7% do rendimento dos homens no período de 2019, “enquanto o rendimento médio mensal dos homens era de R\$2.555, o das mulheres era de R\$1.985” (IBGE, 2021, *online*). Outro apontamento é que a taxa de ocupação de trabalho das mulheres (entre 25 e 49 anos) e homens, com filhos de até três anos de idade, também é diferente entre os gêneros, 54,6% e 89,2% respectivamente. Em lares sem crianças nessa faixa etária, o

número também é inferior para as mulheres (67,2%) e superior para os homens (83,4%).

Mais especificamente, quando tratamos da profissão de docentes no ensino superior as diferenças de gênero também impactam significativamente no desenvolvimento de pesquisas em âmbito acadêmico e universitário. Um dado recente é sobre a queda de submissões de artigos acadêmicos de pesquisadoras mulheres durante o período da pandemia do Novo Coronavírus no ano de 2020. Candido e Campos (2020) discutem sobre o peso que as publicações científicas têm diante do sistema de avaliação de desempenho para inserção ou progressão na carreira acadêmica. No entanto, com o cenário pandêmico e o isolamento social, as produções científicas de autorias femininas reduziram e se questiona os motivos desse processo de redução.

O confinamento à esfera privada do lar, consequência do isolamento social, assevera os problemas usuais do âmbito doméstico, que costuma figurar como locus privilegiado de violência contra a mulher, além de ser o espaço onde o gênero feminino enfrenta a maior sobrecarga de trabalho não remunerado de cuidado e tarefas de gestão da casa. (Candido & Campos, 2020, n.p.)

Garcia (2020) apresenta dados compilados pelo projeto *Parents in Science* (do inglês, Pais na Ciência), a partir de um questionário eletrônico, e os números indicam que: “40% das mulheres sem filhos não concluíram seus artigos, contra 20% dos homens. . . 52% das mulheres com filhos não concluíram seus artigos, contra 38% de homens” (Garcia, 2020, n.p.).

Dessa forma, parece que falar sobre o processo de acesso-desenvolvimento - conclusão do ensino superior para as mulheres é muito mais do que simplesmente entender que os números estão sendo positivos - ao ponto de quase haver uma

equivalência entre os gêneros feminino e masculino. Entender a posição dessas mulheres no contexto universitário e o que as implicações disso na vida de cada uma dizem sobre ampliar a discussão para compreender, justamente, os aspectos atravessadores que impactam diretamente na consolidação ou não da equidade durante a graduação, a pós-graduação e a inserção/manutenção no mercado de trabalho.

Assim sendo, o Instituto Semesp⁸ todo ano divulga um estudo denominado “Mapa do Ensino Superior no Brasil”. O estudo utiliza dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de outras fontes, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Peduzzi, 2020). O levantamento realizado pelo Semesp indica que a maioria dos ingressantes no ensino superior são mulheres, perfazendo um total de 57%. Contudo, de acordo com o estudo, o acesso ao ensino superior ainda está fortemente marcado por desigualdades sociais e econômicas - ideia reforçada também por Nierotka e Trevisol (2016) quando informam que “as instituições de ensino superior (IES) refletem, como espelhos, as desigualdades e a distribuição desigual do poder na sociedade” (p. 23). Assim, pode-se compreender que quanto maior a classe social, maior a condição e acesso de realizar o ensino superior⁹:

61,9% dos jovens de 18 a 24 anos da classe A (que possuem renda domiciliar de mais de oito salários-mínimos) frequentam o ensino superior, enquanto que apenas 10,5% dos jovens da classe E (com renda domiciliar de até meio salário-mínimo) acessam uma graduação. Três a cada quatro alunos de 18 a 24 anos da

⁸ Fundado em 15 de fevereiro de 1979 com atuação estadual, a entidade era denominada Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo. Hoje possui abrangência nacional e é uma entidade que representa mantenedoras de ensino superior do Brasil.

⁹ Não há descrito no material a distinção se o ensino superior analisado faz referência ao ensino público ou privado.

classe C que frequentam o ensino superior estão matriculados em uma instituição de ensino superior privada. (Peduzzi, 2020, *online*)

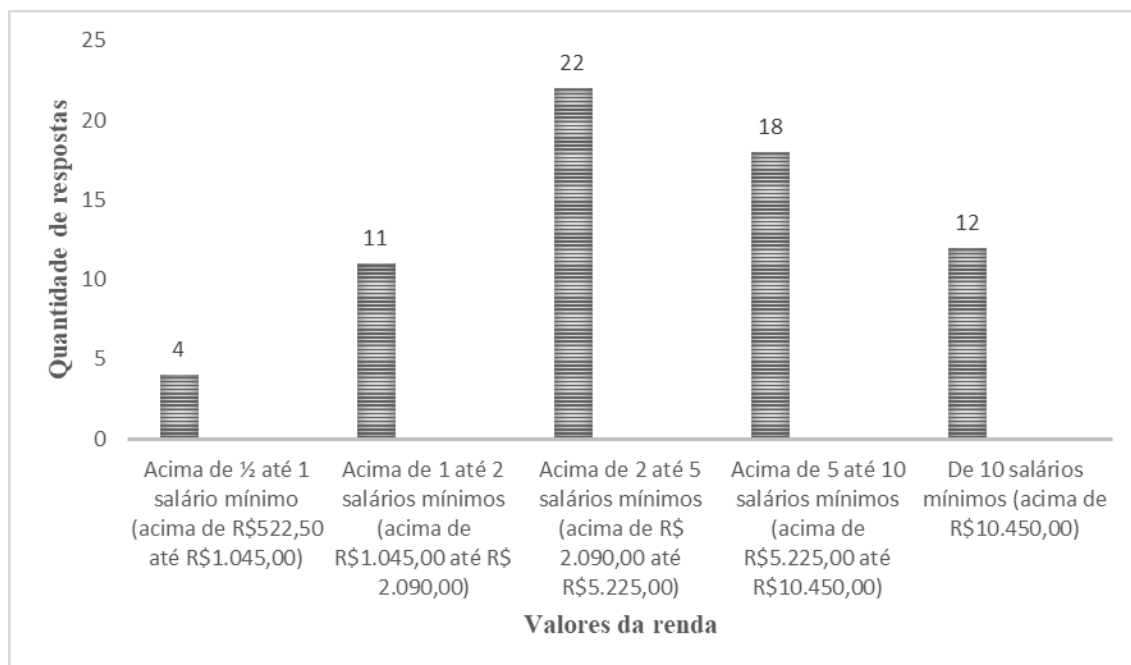
Nierotka e Trevisol (2016) explicitam que é histórico o processo de acesso das classes médias e altas ao ensino superior público devido às condições de ensino previamente desenvolvidas na educação básica. O inverso acontece às classes menos favorecidas, conforme citam:

Os filhos dos mais pobres estudam em escolas públicas até o final da educação básica e, ao se depararem com as dificuldades de ingresso nas universidades públicas, decorrentes do limitado número de vagas e da concorrência, buscam as IES privadas para obterem sua formação de nível superior. As vagas públicas, por estas razões, têm sido historicamente ocupadas pelos estudantes de maior renda, formados em escolas privadas de educação básica. (p. 23)

Nesta pesquisa, as respostas produzidas pelas estudantes ao acessarem o questionário produzido sobre o tema do perfil universitário e da violência de gênero, refletem a realidade exposta em Nierotka e Trevisol (2016). Conforme apresentado na Figura 1, quando a renda familiar é maior, também é maior o acesso das estudantes ao ensino público. Nesse sentido, a maioria das estudantes (22) responderam que possuem renda entre dois e cinco salários mínimos, seguido de 18 estudantes com renda de cinco até dez salários mínimos e 12 com renda acima de dez salários mínimos.

Figura 1

Renda familiar média das universitárias participantes da pesquisa



Fonte: autoria própria.

No entanto, é necessário enfatizar o poder das políticas públicas na democratização e miscigenação dos *campi* universitários brasileiros. Embora recente, alguns programas e ações são destinados aos grupos sociais que estão à margem e vivenciam situações de vulnerabilidade social promovidas pela ausência de políticas sociais. Godoi e Santos (2021) informam que, entre os anos de 2012 e 2016, houve um crescimento de 15% na participação de estudantes vindos do ensino médio em escolas públicas nas instituições federais, isto é, passou de 55,4% para 63,6%. Além disso, os autores citam um estudo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que indicou que entre os anos 2014 e 2018 a proporção de graduandos pretos e pardos nas instituições federais cresceu consideravelmente. Das estudantes participantes, 08 se declararam cotistas na universidade, ou seja, ainda que o número possa ser considerado baixo, como política de

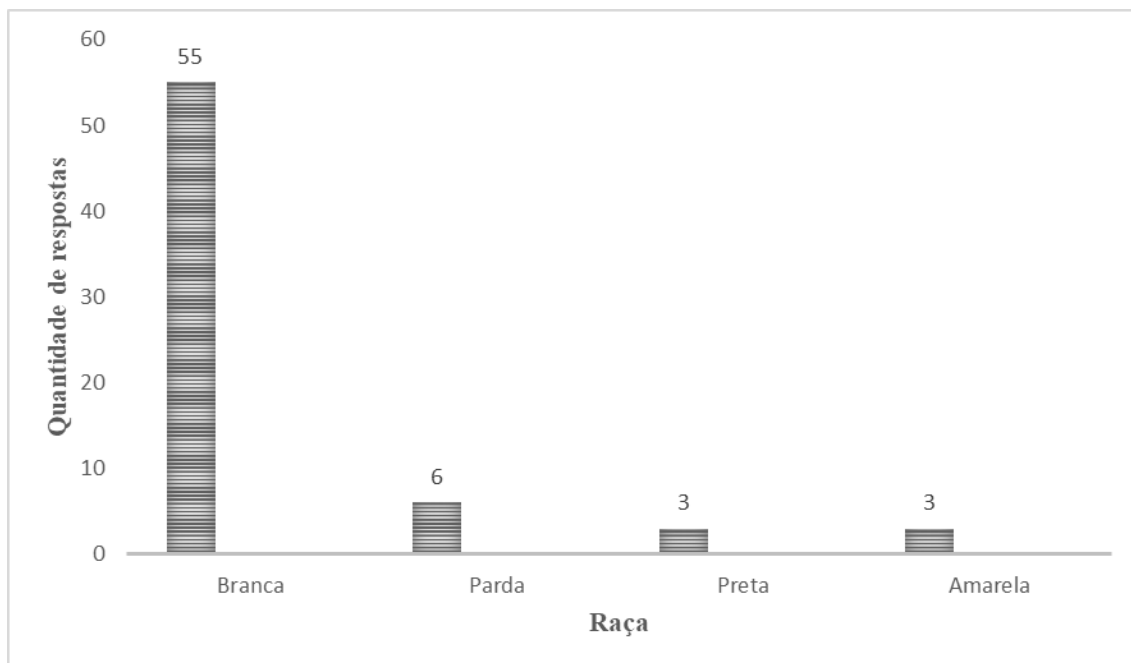
ação afirmativa, a Lei das Cotas (Lei nº12.171/2012) permitiu o acesso ao ensino superior para essas mulheres.

Nierotka e Trevisol (2016) elencam outras reconhecidas conquistas de programas e ações sociais para acesso à universidade no Brasil: o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), instituído pela Lei nº 10.260/2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa (Ministério da Educação, 2021); o PROUNI (Programa Universidade para Todos), criado a partir da Lei nº11.096/2005, com a finalidade de conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior (Ministério da Educação, 2021). Além dessas, Oliveira e Melo-Silva (2010) relembram como importante instrumento de acesso às universidades o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o SISU (Sistema de Seleção Unificada) um sistema que permite que as instituições de ensino superior ofereçam vagas para candidatos participantes do ENEM (Ministério da Educação, 2021).

Além do marcador social de classe, outro extremamente importante sobre o perfil das/os alunas/os no ensino superior é o de raça. A Figura 2 mostra como as estudantes desta pesquisa se autodeclaram:

Figura 2

Marcador de raça diante da autodeclaração das universitárias participantes da pesquisa



Fonte: autoria própria.

De acordo com a Figura 2, das sessenta e sete respostas, 55 mulheres se autodeclararam brancas, 06 pardas e apenas 03 se reconhecem como mulheres pretas e 03 amarelas. De acordo como Mapa do Ensino Superior no Brasil, do total de discentes matriculados nos cursos presenciais ofertados pelas instituições de ensino superior (IES), no ano de 2018, 55% se declararam brancos nas IES privadas e 48,8% nas entidades públicas, enquanto apenas 11% nas IES públicas e 7,9% nas privadas se declararam pessoas pretas (Peduzzi, 2020). Desse modo, durante a realização da pesquisa contamos com a participação, em sua grande maioria, de mulheres brancas, exibindo uma consonância com as estatísticas apresentadas em estudos anteriores e gerando reflexões sobre o público que tem acessado o ensino superior no país.

Guimarães (2003) sintetiza a menor ocupação de pessoas negras no ambiente acadêmico em alguns fatores, como por exemplo, a pobreza, a qualidade do ensino público nos anos anteriores, a preparação insuficiente, a falta de apoio comunitário e familiar e o próprio processo seletivo – denominado vestibular - que exclui de sua avaliação outras potencialidades e qualidades das alunas e dos alunos. Para o autor, os movimentos sociais são fundamentais para que a população negra possa pertencer ao espaço universitário e cita que a primeira tentativa foi a criação de cursos preparatórios para o vestibular, formados por voluntários que ensinavam gratuitamente nas comunidades periféricas e favelas, em locais cedidos por associações comunitárias ou religiosas nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e outros municípios (Guimarães, 2003). Porém,

De modo geral, a defasagem entre alunos “negros” e “brancos” é tão grande, acumulada ao longo da escola primária e secundária, fortalecida pela ausência de políticas públicas que compensem a desigualdade de distribuição de renda e de outros recursos, que a estratégia de fazer cursos pré-vestibulares para negros e carentes, apesar de valorosa e importante para soerguer a autoestima desses alunos, cujo grande capital é a esperança, só pode ter resultados concretos muito parciais em termos de acesso à universidade. (Guimarães, 2003, pp. 259-260)

Além dessa estratégia dos cursos preparatórios, outro grande movimento se refere à implementação das cotas raciais nas universidades, o que não deve ser lembrado como um processo tranquilo e de comum acordo entre todos os membros que fazem parte de uma instituição de ensino superior. Ainda há, em muitos casos, a equivocada noção de que a flexibilização do sistema de ingresso no ensino superior poderia suscitar a perda de qualidade do ensino e na excelência das universidades (Guimarães, 2003).

Por si só esse questionamento já se demonstra equivocado e é reflexo de uma sociedade racista e preconceituosa (Guimarães, 2003).

2.1.2 Violências no ambiente universitário: Como? Onde? Quem perpetrou?

Em relação ao contexto universitário podemos questionar: existe violência contra as estudantes mulheres no ambiente acadêmico? Carvalho (2019, p. 89) afirma: “E, para aqueles que ainda se mostram incrédulos da existência desse fenômeno na universidade, o resultado pode ser “um banho de água fria”, como se diz popularmente”. Fabbro et al. (2019) reforça a ideia de que há violência de gênero na universidade ao concluir que

. . . no ambiente universitário deste *campus* há violências de gênero de diversos tipos (desde física à moral), violências estas presentes também na sociedade como um todo. Entretanto, percebemos que na universidade as situações de violência de gênero permanecem invisíveis, isto porque ela é encoberta pela ideia de que a comunidade universitária, por seu caráter progressista, está isenta da reprodução de tais práticas. (p. 20)

Dessa forma, atento-me para outro questionamento: que tipo de relações têm se formado no contexto acadêmico? É fundamental ressaltar que quando se fala em contexto acadêmico, estou falando tanto do espaço físico (o campus) como das extensões que também caracterizam a universidade (trotês, repúblicas, festas, campo de estágios, competições universitárias, atléticas e etc.).

As autoras Maito, Panúncio-Pinto, Severi e Vieira (2019) alegam que no Brasil a violência contra as mulheres na universidade é um tema pouco explorado, principalmente pela escassez de experiências publicadas sobre o enfrentamento do

fenômeno. Para Fabbro et al. (2019) as violências se reproduzem cotidianamente nas universidades, mas o tema ainda é invisibilizado. Bandeira (2017) acrescenta que pode até existir visibilidade, mas é algo muito recente, o que não quer dizer que as violências não estejam sendo praticadas há muitas décadas nos *campi* brasileiros. Para a autora, as manifestações de violências no contexto universitário podem ocorrer entre “pessoas conhecidas, colegas de cursos, estudantes em geral, professores/as e servidores/as” (p. 52) além de ilustrar um

. . . vasto e complexo leque de situações e de fatos, que se expressam por meio dos trotes agressivos, práticas de racismo e de homofobia entre estudantes, assédios sexuais e moral, agressões físicas e uso de uma semântica violenta ao nominar as jovens insinuando que são promíscuas, fáceis de ‘pegar’, etc. Há ainda as violências do racismo institucional, que de modo geral também fazem parte da classificação/nominação de ‘violência interpessoal’. (Bandeira, 2017, p. 52)

Um grande marcador na discussão das violências sofridas por estudantes mulheres de graduação e pós-graduação no contexto universitário foi a parceria entre o Instituto Avon e Data Popular que, no ano de 2015, criou a denominada pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” com 1.823 estudantes universitários (60% mulheres e 40% homens). O resultado indicou que 67% das estudantes acadêmicas já sofreram algum tipo de violência na universidade; 42% das entrevistadas relataram sentir medo de sofrer violência no ambiente universitário e 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo de violências; 24% foram colocadas em rankings sem autorização; 14% tiveram fotos/vídeos repassados sem autorização; 11% das estudantes sofreram tentativa de abuso sob efeito de álcool;

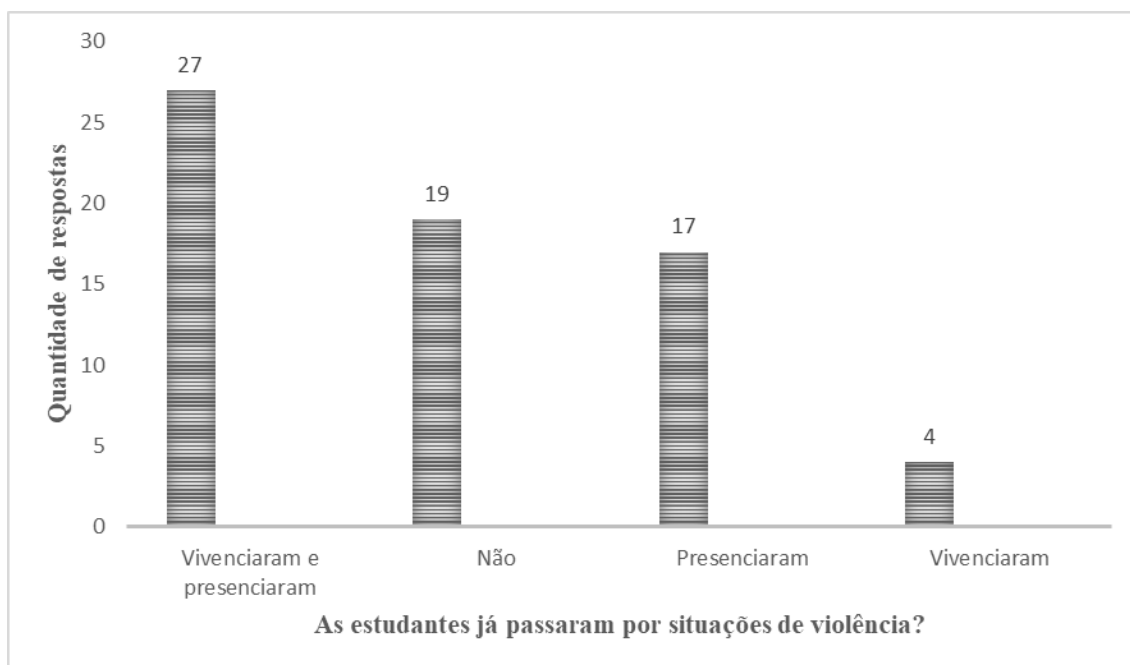
49% vivenciaram a desqualificação intelectual entre outros aspectos permeados pela violência.

Para Cubillos, Gallego, Rendón (2012) no texto “Discriminación y violencia de género en la universidad de Caldas” as mulheres reconhecem que as atitudes mais recorrentes sobre discriminação de gênero e violência são as provocações, os elogios, gestos obscenos e agressões psicológicas. No Brasil, Zotareli et al. (2012) indicam um estudo realizado com 2.430 estudantes por meio de um questionário *online* em que os resultados mostram que: entre as alunas, 56,3% já sofreram algum tipo de violência e 9,4% já sofreram violência sexual desde o ingresso da universidade.

A Figura 3 ilustra as respostas que as estudantes mulheres participantes da pesquisa indicam se, dentro do ambiente universitário, já vivenciaram e/ou presenciaram ou não algum tipo de violência de gênero.

Figura 3

Respostas que indicam se as universitárias participantes da pesquisa já vivenciaram e/ou presenciaram situações de violência no contexto universitário



Fonte: autoria própria.

As respostas manifestam que a maioria (48) das estudantes da UEM já presenciaram e/ou vivenciaram situações de violência de gênero no contexto universitário. Além disso, nota-se que, ao verificar as respostas individualmente no formulário, mesmo as 19 alunas que sinalizaram “não” terem vivenciado e/ou presenciado a violência de gênero na universidade, assinalaram exemplos de situações de violências nas perguntas posteriores. Na pesquisa “Violência contra a mulher no ambiente universitário” (Instituto Avon & Data Popular, 2015) ocorreu uma situação semelhante, isto é, 10% das estudantes entrevistadas relataram ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas. Porém, quando foram apresentadas a uma lista de violências as respostas aumentaram e chegaram a 67% de estudantes mulheres que sofreram algum tipo de violência no ambiente acadêmico.

Ainda naquela pesquisa, outra informação relevante é de que apenas 2% dos homens admitem espontaneamente ter cometido algum ato de violência na universidade ou festas acadêmicas, mas o número também sobe quando identificam os comportamentos na lista, alcançando 38% de reconhecimento de atitudes violentas contra as mulheres. Inicialmente, tal fato pode nos parecer apenas curioso, mas nos coloca a refletir sobre como os comportamentos violentos e abusivos são considerados naturais e também reforça a necessidade de investirmos em educação para que qualquer tipo de situação violenta seja reconhecida e combatida (Instituto Avon & Data Popular, 2015).

Sobre as formas de violência/abusos/assédios, a pesquisa foi dividida em três principais contextos, sendo eles: festas universitárias, espaços de convivência na universidade (biblioteca, centro acadêmico, cantinas, gramados, etc) e salas de aulas (sala comum, sala de professores, laboratórios, etc). Para os três cenários, as perguntas foram as mesmas e envolviam questões sobre assédios, agressões verbais, cantadas de teor sexual e aparência física, mensagens e convites inapropriados e podiam ser assinaladas mais de uma vez caso a estudante desejasse.

Para tornar mais fácil a apresentação dessas respostas, apresentaremos a seguir a Tabela 1, composta pelos três contextos da ocorrência e possíveis formas de violências.

Tabela 1

Distribuição frequencial sobre as formas de violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário

	Assédio	Beijo à força	Agressão verbal	Cantadas	Convite sexualmente inapropriado	Imagens sem permissão	Troca de favores
Festas universitárias	54	29	31	52	27	35	0
Campus (espaços internos de convivência)	37	0	21	29	07	16	15
Sala de aula	38	0	15	18	04	14	10
Total	129	29	67	99	38	65	25

A partir das respostas apresentadas na Tabela 1, é possível perceber que a ocorrência de violências contra as estudantes mulheres no ambiente acadêmico é frequente e variada, pois praticamente em todos os contextos descritos, as formas de violência foram assinaladas. Nota-se que o assédio (129 respostas), as cantadas de teor sexual (99 respostas) e a agressão verbal por questões de gênero (67 respostas) aparecem em maior quantidade. Convites sexualmente inapropriados (38 respostas) e o envio/recebimento de imagens sem permissão (65 respostas) também se mostram presentes tanto nas festas acadêmicas, como nos espaços internos da universidade e em sala de aula. As trocas de favores também nos chamam a atenção, pois aparecem especificamente dentro do campus e podem nos ajudar a questionar sobre o estabelecimento das relações hierárquicas (docentes/ técnicos *versus* discentes) dentro da instituição de ensino superior e qual o papel da universidade em reconhecer essas ocorrências e, conseqüentemente, se responsabilizar. O beijo à força (29 respostas)

aparece unicamente nas festas universitárias e isso também pode nos instigar a pensar sobre o que é permitido/naturalizado no contexto festivo.

Lima e Ceia (2022) já nos indicam uma pista sobre as violências descritas e perpetuadas quando anunciam que “é comum que as violências contra as mulheres nos espaços universitários sejam tidas como simples brincadeiras corriqueiras, de conteúdo ambíguo, mas sem intenção de qualquer tipo de constrangimento” (p. 6). Além disso, Lima e Ceia (2022) citam que as instituições de ensino superior, preocupadas com suas próprias reputações e diante da ocorrência de casos de violência, “podem revelar falta de empenho e cuidado frente a denúncias e sua respectiva apuração” (p. 6).

Tais aspectos nos levam a problematizar a estrutura machista e patriarcal a qual estamos inseridas, assim como, nos possibilita questionar a ocorrência de violências na universidade, entendendo que não há uma linha de separação entre a instituição de ensino superior e a sociedade. Martins, Bandeira e Dias (2022) apontam que a preocupação pelo tema não se dá somente pelos efeitos causados, mas sobretudo pela persistência e frequência nos diferentes espaços, inclusive nas instituições de ensino. Assim, as autoras também pontuam que é importante reconhecer quem são os autores das violências cometidas.

Nesse sentido, os resultados do questionário da presente pesquisa que apontam os autores das violências serão apresentados na Figura 4¹⁰.

¹⁰ As estudantes podiam assinalar mais de uma resposta, caso desejassem.

Figura 4

Autores das violências no contexto universitário



Fonte: autoria própria.

A Figura 4 elucida que a comunidade acadêmica masculina como um todo está reproduzindo formas de violência no contexto universitário, em especial, os colegas e outros estudantes e os professores das estudantes mulheres. Podemos refletir sobre o que mantém esta relação hierárquica de poder e controle de outros homens para com as estudantes? Zanello e Richwin (2022) atentam para o fato de que há uma manutenção do silêncio e da invisibilização das violências no contexto universitário e alegam que o objetivo disso é “evitar escândalos, confusões, mas sobretudo, proteger a reputação acadêmica e profissional do assediador” (p. 319). As autoras ainda acrescentam “. . . trata-se de um aproveitamento escrachado do lugar de poder e do mandato da masculinidade” (Zanello & Richwin, 2022, p. 320) que é observado tanto nas relações entre outros estudantes-alunas, mas principalmente na relação de poder entre professor-aluna.

Em uma pesquisa desenvolvida na Universidade de Brasília, Martins, Bandeira e Dias (2022) comentam que os perpetradores das violências foram: (33%) outros estudantes, (29,22%) não se sabe qual o vínculo da pessoa com a universidade, (13,10%) docentes, (12,85%) pessoas de fora da comunidade acadêmica e (7,05%) servidores. Podemos perceber semelhanças entre as respostas desses estudos e a sensação provocada é: onde podemos nos sentir seguras? Ao lado de quais pessoas? Em quais ambientes? Afinal de contas, 50 estudantes responderam não se sentirem seguras dentro da universidade.

Consideramos relevante também informar que das 67 respostas do questionário, 17 estudantes assinalaram positivamente concordando em conversar e relatar as situações vivenciadas por elas no contexto universitário. Por questões práticas de tempo que acometem o percurso do mestrado, essa totalidade não será abarcada nesse momento, porém podemos entender esse aceite como uma forma de denúncia sobre os atos que lhes acometeram, como um pedido de ajuda, como um movimento de ruptura com o silêncio e como uma força entre, com e para as mulheres que vivenciam o ambiente universitário. À vista disso, nossa pesquisa contou com a participação de três estudantes mulheres que, em entrevistas de aproximadamente uma hora de duração, relataram suas vivências universitárias que serão apresentadas no capítulo seguinte.

Almeida e Zanello (2022) nos dizem que mesmo com a garantia de igualdade de gênero descrita em diversas cartas magnas, é necessário que haja uma reconstrução constante dos espaços acadêmicos para que essas pessoas sejam valorizadas e que permaneçam em um ambiente que promova segurança física e emocional por meio de ações políticas e institucionais. Nesse sentido, consideramos de extremo valor a participação das estudantes nesta pesquisa, pois entendemos que é nesse caminhar de reconhecimento e de fala que transformações possam ocorrer.

2.1.3 Impactos: vida e afetos após episódios de violências contra as mulheres no ambiente universitário

Com as perguntas abertas apresentadas no questionário da pesquisa podemos, de fato, nos aproximar e destacar os efeitos de como as estudantes se sentiram após a ocorrência das situações de violência na universidade. Elas descreveram seus afetos e o que encontramos nos atravessa fortemente. Elas se sentem: constrangidas, com raiva, revoltadas, tristes, humilhadas, envergonhadas, com sensação de impotência, injustiçadas, menosprezadas, vulneráveis, “qualquer coisa não humana” (*sic*), indefesas, invadidas, enojadas, confusas, fragilizadas, sujas, cansadas, com medo.

Os efeitos serão apresentados em três eixos agrupados de forma que ilustram de modo geral todas as outras sessenta e sete respostas.

1) “Estar sozinha é sinônimo de apreensão”

Uma das grandes repercussões das violências na vida das estudantes mulheres é o medo e o receio de estar sozinha em ambientes públicos. De acordo com Rocha, Bezerra, Arribas e Machado (2022) as mulheres seguem num exaustivo e constante estado de alerta. As autoras citam que na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) as estudantes evitam locais ermos, mal iluminados, privam-se de andar à noite ou sozinhas, principalmente em portões de acesso à universidade, pontos de ônibus e estacionamentos. Esses sinais podem caracterizar a intimidação das mulheres no direito de ir e vir no ambiente acadêmico. As respostas das universitárias participantes desta pesquisa mostram algumas semelhanças com outros estudos brasileiros:

“Insegurança e medo de circular em lugares públicos sozinha ou só com amigas mulheres.” (Resposta 34 do questionário eletrônico)

“Eu evito andar sozinha do campus, ou ficar sozinha com homens em laboratórios, sala de aula e etc.” (Resposta 05 do questionário eletrônico)

“Essas violências roubam a tranquilidade e a liberdade. Não me sinto segura para andar na UEM, nem durante o dia, quem dirá a noite quando a iluminação é muito precária. Não me sinto segura para explorar a universidade sozinha, para caminhar/praticar exercício físico.” (Resposta 09 do questionário eletrônico)

Gama e Baldissera (2022) também relataram recomendações de quando uma das autoras chegou ao campus da Universidade de Brasília (UnB), no ano de 2014, para a realização do pós-doutorado: ter cuidado ao andar no estacionamento à noite, especialmente se estivesse desacompanhada, pois havia relatos de furto e estupro que ocorriam diante da pouca iluminação, problemas de transporte e grandes espaços vazios no campus.

Não me parece um cenário distante do relatado pelas nossas estudantes, parece?

2) “A culpa é da vítima?”

Os relatos abaixo das universitárias participantes desta pesquisa nos indicam que as mulheres são ensinadas de que a roupa, a maquiagem, os comportamentos nos espaços públicos são julgados como certos ou errados e, quando considerados inaceitáveis, autorizam a ocorrência da violência.

Assim, elas nos dizem:

“Insegurança quanto à roupa que visto, ao modo que danço/me comporto/falo porque parece que tudo poderá e será usado contra você.” (Resposta 23 do questionário eletrônico)

“Não consigo sair de casa com certas roupas que eu gostaria de usar, não gosto de andar a pé na rua, me sinto muito vulnerável se fico sozinha em uma festa, deixo de andar em ruas que sei que seria assediada.” (Resposta 51 do questionário eletrônico)

Ávila (2022, p. 386) nos diz que

Nesta racionalidade, a mulher ‘honesta’ deveria estar em casa ou ao lado de um homem que estivesse tutelando a sua moralidade. Se a mulher anda com roupas curtas em locais públicos, está sozinha ou circula durante a noite, é porque ela não se enquadra no conceito de ‘mulher honesta’.

O incômodo em ler os relatos é que precisamos mudar o posicionamento: o problema não está nas roupas e muito menos se ela está sozinha, o problema está em quem abusa, violenta, assedia e na sociedade que banaliza as situações de violência - e, nunca na vítima. Ainda em relação às respostas das universitárias participantes da pesquisa, destaca-se:

“O medo constante de não me sentir segura ou respeitada em lugar algum, e a sensação de culpa por não saber delimitar até onde esse medo é real ou coisa da minha cabeça.” (Resposta 66 do questionário eletrônico)

“Tenho medo de ser assediada, estuprada.” (Resposta 06 do questionário eletrônico)

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha (2021), a violência de gênero é hiperendêmica, isto é, é um fenômeno persistente e de alta incidência. Sobre o medo da violência sexual, uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Datafolha, citada por Cristaldo (2016), revela que um terço da população brasileira acredita que a vítima é culpada pelo estupro.

O levantamento mostra ainda que 42% dos homens e 32% das mulheres entrevistados concordam com a afirmação: “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”, enquanto 63% das mulheres discordam. (Cristaldo, 2016, *online*)

Com isso, quero enfatizar o quão injusto é com as próprias mulheres quando elas se sentem responsabilizadas por uma problemática que é global e de difícil combate. A culpa nunca é da mulher em situação de violência.

3) Interferências nas atividades acadêmicas

Porto e Chaves (2022) afirmam que além dos impactos na saúde física e mental (como dores de cabeça, ansiedade, depressão e infecções sexualmente transmissíveis) é possível identificar efeitos de mal-estares acadêmicos, ligados diretamente ao ambiente universitário. As autoras elencam como possíveis consequências da violência a ausência na sala de aula, o trancamento de disciplinas, o abandono de projetos e até a evasão escolar. Nesse contexto, as universitárias participantes da pesquisa apresentam:

“Falta de autoconfiança nas atividades acadêmicas, síndrome de impostora.”
(Resposta 08 do questionário eletrônico)

“Medo de me posicionar em um ambiente que a maioria é homem.” (Resposta 15 do questionário eletrônico)

Para Porto e Chaves (2022) é possível, inclusive, vincular a prática de *Mansplaining*¹¹ ao medo das mulheres em se posicionar em um ambiente composto por homens. O termo refere-se às constantes explicações (impositivas e autoritárias) dos homens para as mulheres, mesmo quando o assunto é de total conhecimento por elas, colocando-os numa posição de superioridade. Portanto, as mulheres são silenciadas e explicita-se uma forma de poder e dominação dos homens sobre elas. Rocha, Bezerra, Arribas e Machado (2022) apontam algumas violências que se enquadram no que estamos chamando de poder e sentimento de superioridade dos homens sobre as mulheres, como desqualificação intelectual, humilhações, constrangimentos, silenciamento, ofensas, interrupção de falas, xingamentos por investidas rejeitadas.

D'Oliveira (2019) ressalta que um conjunto de (não) ações podem dificultar a confiança e o acesso das estudantes à universidade quando precisam encontrar na própria instituição por uma rede de apoio. A autora afirma

A falta de canais confiáveis de acolhimento, denúncia e responsabilização e as experiências anteriores de denúncia com resultado desfavoráveis às vítimas acaba por desincentivar novas denúncias e perpetuar a invisibilidade e banalização do problema. Os inúmeros casos acabam tratados como de menor importância, sendo vistos como algo com o qual temos que conviver, ou então como responsabilidade da vítima, que bebeu demais ou não foi clara o suficiente em sua vontade. (p. 3)

¹¹ Termo criado da junção das palavras em inglês *man* (homem) e *explain* (explicar). Ele é usado para descrever quando um homem tenta explicar algo para uma mulher, assumindo que ela não entenda sobre o assunto. O termo *mansplaining* foi inspirado pelo ensaio da escritora Rebecca Solnit, chamado “Os Homens Explicam Tudo Para Mim”, de 2008. Em 2010, o termo foi nomeado como uma das “Palavras do Ano” pelo jornal *New York Times* e, em 2014, foi acrescentado no dicionário online de Oxford. Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/mansplaining/>

Por essa razão, das universitárias participantes desta pesquisa, 48 estudantes não buscaram auxílio nem fora e nem dentro da universidade sobre violências sofridas, 17 estudantes conseguiram buscar auxílio fora do ambiente acadêmico e apenas 08 buscaram ajuda na própria instituição de ensino. Assim, Bellini e Mello (2022) indicam a importância de identificar as violências no contexto universitário, assim como, desenvolver ações e espaços para que as estudantes se sintam acolhidas, num ambiente seguro para a realização de denúncias ao mesmo tempo em que é permeado por solidariedade e rede de apoio.

CAPÍTULO 3

VOZ E VEZ: ENTREVISTAS CARTOGRÁFICAS COM GRADUANDAS E PÓS-GRADUANDAS EM SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS NO CONTEXTO

UNIVERSITÁRIO

O cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva.

(Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup, 2015)

3.1 LAILA – “Dentro ou fora da Universidade a gente não tem vez”

Laila optou por me encontrar na própria UEM, disse que poderíamos nos sentar em um dos inúmeros bancos espalhados pelo campus para realizarmos a nossa conversa. Acho válido contar que **Laila** e eu compartilhamos outros espaços e momentos de trabalho na própria universidade. Nos conhecemos no ano de 2017, trabalhando em um mesmo setor da universidade, eu como residente em psicologia e ela como estagiária no seu primeiro curso de graduação (atualmente, ela cursa sua segunda graduação).

Laila se apresenta como uma mulher de 26 anos, branca, bissexual, em uma relação estável com outra mulher. Pedi para que ela contasse sua história a partir do seu interesse em estudar na UEM. Laila conta que descobriu a existência da UEM em 2012, quando concluiu o ensino médio. Na época, morava em uma cidade em outro Estado brasileiro o que a permitiu conhecer outras universidades, como UNESP, USP e UNICAMP, mas, justamente por perceber que a UEM seria uma novidade dentre as instituições conhecidas que ela se interessou. **Laila** relata que teve outras experiências por um período curto em outra universidade, momento no qual seu ingresso no ensino

superior começou a ser um pouco diferente do que imaginava. Ela contou que a cultura de trotes¹² era bem mais agressiva na outra universidade e que os trotes sofridos influenciaram fortemente para que ela desistisse do curso:

. . . eu acho que esse é o principal motivo para eu ter desistido [do curso em outra universidade], na realidade não foi nem em relação ao curso e ao trabalho. Mas, foi em relação aos trotes que aconteceram e que acontecem que são muito pesados lá. E sempre a gente tem homens como o pivô [dos trotes]. É certo usar essa palavra, será? Pivô desses trotes, como quem faz e quem está no comando. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Para **Laila**, aquelas vivências na inserção da vida universitária ainda foram consideradas leves quando comparadas a outras situações e acontecimentos em universidades públicas reconhecidamente marcadas por trotes universitários violentos. Ela afirma:

Fui numa república que estava tendo uma festa. . . Eu acreditava que ia ser tranquilo. Mas . . . eles me fizeram comer uma cebola crua e tomar um negócio que bateram com óleo e pinga. Geralmente, quando a gente conta essas coisas as pessoas falam: "por que você não falou não?!" Mas você não tem espaço para isso quando acontece. . . Você não se sente à vontade nem para falar sim, nem para falar não, nem para falar nada. E já vem a sua cabeça um contexto de 'ah, quem não participa de trote vai ficar excluído', você quer fazer parte dos grupos, você quer fazer parte das coisas, então, você acredita que tem que aceitar aquilo porque todo mundo aceita. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

¹² Strazzi (2014) denomina os trotes como um "ritual de passagem" do calouro (ou "bixo") da vida estudantil para a universidade. Porém, na maior parte das vezes são atos de zombaria, violência e humilhação.

Laila considera importante frisar que essa situação não aconteceu na universidade, mas em uma festa de república. Porém, também nos referimos ao contexto universitário quando falamos de eventos que não acontecem propriamente no campus da universidade, mas que estão vinculados de alguma forma ao ambiente acadêmico, assim como os trotes, as festas, os congressos, as viagens e etc.

Até então, tais comportamentos como comer algo forçado e ingerir bebidas alcoólicas podem ser violências destinadas a qualquer gênero, porém **Laila** relatou duas situações especificamente direcionadas às mulheres.

. . . tem um negócio também que eles falavam que era medir o rabo. E que primeiro era todo um terror psicológico. Eles te levavam num quarto escuro e iam medir o rabo de cavalo (cabelo). Só que antes disso você já ficava toda preocupada. . . Numa outra festa eles desenharam um pinto na minha garganta e eu tinha que ficar como se eu estivesse batendo punheta no pinto (*sic*) e queriam que eu cuspisse na cara das pessoas como se eu tivesse gozado. Só que cuspir na cara das pessoas eu me recusei. Eu me senti muito desconfortável porque eu também sou uma pessoa muito tímida em ambientes novos [mas] acabava fazendo o que as pessoas mandavam fazer. (Laila, entrevista em 11/02/2022).

Esse relato gerou-me bastante incômodo. Não vivenciei isso no meu trote, mas me identifico pelo medo e apreensão sobre o que poderia vir a acontecer. Acho que, de certo modo, compartilho com **Laila** a sensação de que alguns comportamentos são considerados leves e outros não. Recordo-me que quando ingressei no curso de psicologia da UEM, vivenciei o trote suja com ovo, farinha e sendo convidada a pedir dinheiro em semáforos das ruas da cidade. Lembro-me de não ter participado da

programação completa - que durava uma semana, aproximadamente - não fui às festas, por exemplo. Eu realmente tinha receio do que poderia acontecer e do que os colegas poderiam fazer.

Laila também relatou que em outra festa foi paquerada por vários estudantes e que, após beijar um garoto, recebeu o apelido de “a de todos”:

E isso foi o suficiente para que todos aqueles meninos se sentissem no direito de falar que tinham me pegado . . . É chocante, chocante e bizarro, sabe!?! É para destruir a saúde mental de qualquer um. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Com tantos acontecimentos logo no início de sua caminhada no ensino superior, **Laila** não queria mais ter que aguentar esses tipos de situações e retornou aos estudos pré-vestibulares. Quando ingressou na UEM também teve medo de que situações semelhantes pudessem acontecer. No entanto, quando foi chamada para iniciar o curso de graduação, os rituais de recepção aos novos alunos já haviam acontecido e não foi recepcionada pelos colegas de forma desagradável ou agressiva. **Laila** não teve problemas com os trotes, mas durante toda a graduação vivenciou e presenciou situações de violência contra as estudantes mulheres. Seus relatos girariam em torno de um relacionamento amoroso com um colega de sala de aula, além de outras experiências abusivas na universidade, que a deixavam com sensações desconfortáveis devido aos comportamentos de outros colegas estudantes, servidor técnico e professores homens.

Laila tinha um colega de sala de aula, de aproximadamente trinta anos, que era bastante influente no meio acadêmico, ocupando um cargo de reconhecimento no Diretório Central dos Estudantes (DCE) e trabalhando também em outro setor da mesma universidade. Ela se relacionou amorosamente com ele durante dois anos, mas antes disso acontecer eles eram amigos. Importante frisar que **Laila** adorava participar

ativamente do DCE e dos movimentos estudantis. No entanto, começou a perceber que seu parceiro tinha comportamentos inadequados como: beijar à força estudantes bem mais novas que ele; silenciar as mulheres dentro do DCE; controlar ações, fazendo com que ela se sentisse presa a ele; utilizar-se de “brincadeiras” desagradáveis e vigiar seus passos. Na entrevista, ela comenta:

Eu estava numa situação de depressão nos meus últimos anos de graduação e por intermédio dele eu consegui atendimento psicológico aqui . . . Ia fazer os atendimentos e na hora de voltar para casa eu dava de cara com ele no meio do caminho. Ele tinha ido me encontrar, mas eu não pedia para ele me encontrar e ele tinha falado que ia me encontrar, e isso me deixava muito nervosa. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Ele monopolizava o sistema inteiro [DCE e movimento estudantil] . . . Só que nós fazíamos tudo acontecer. Mas, quem sempre levava o crédito era ele porque ele era quem conhecia mais a UEM. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Laila identifica que essas situações teriam acontecido durante os quatro anos de sua graduação (período em que teve contato com ele). E, por várias vezes, se sentiu culpada e questionava se estaria exagerando, se ele era realmente ruim para ela e às outras garotas. Além disso, vivenciou impactos diretamente relacionados a sua saúde e à liberdade de fazer o que realmente queria no contexto universitário:

Eu me afastei completamente do DCE e do centro acadêmico de qualquer outra coisa assim porque eu realmente não queria nem ver ele, nem as pessoas que tinham relação com ele. E as pessoas que tinham muita relação com ele eram as pessoas que estavam no DCE. Infelizmente, essas pessoas me conheciam como a namorada dele e não como eu mesmo, o que me deixava muito

chateada. Estava triste e bem triste, porque eu gostava de estar me envolvendo com a universidade. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Além dessas situações relacionadas ao amigo/companheiro de sala de aula, **Laila** também já tinha sido alvo de outras violências. A situação aconteceu enquanto ela fazia estágio na universidade e um servidor técnico comentava sobre suas pernas: “que coxas bonitas você tem, né?” (Laila, entrevista em 11/02/2022) e ela não se dava conta que aquele tipo de comentário era inadequado, invasivo.

O cara que trabalhava comigo devia ter uns 40 ou 50 e poucos anos. Só que a gente era amigo e ele fazia comentários sobre o meu corpo e que para mim era brincadeira, e que depois eu fui falar assim: ‘Qual liberdade, qual intimidade ele tinha comigo para falar sobre minhas pernas, por exemplo?’. ‘Eu nunca comentei nada do corpo dele porque ele está comentando sobre o meu?’. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Hoje, **Laila** está em sua segunda graduação na UEM, e relata que um professor em sala de aula comentou: “Deus fez o homem para ser mais forte e capaz do que as mulheres” (Laila, entrevista em 11/02/2022). Esse comentário gerou desconforto na sala, principalmente, entre as estudantes mulheres.

Todo mundo ficou incomodado, tanto que na hora que ele falou isso eu saí da aula dele, não estou aqui para ouvir esse tipo de coisa, sabe!?. . . Então você vê que [aquele professor] é uma pessoa completamente conservadora e que acredita na submissão da mulher e que traz isso nas aulas dele. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Sua companheira, que também estudou na UEM, também vivenciou situações de violência que as marcaram:

. . . Percebo que ela [sua companheira] teve situações que enfrentou dentro da universidade muito diferentes das que eu enfrentava, porque mesmo sendo uma mulher bissexual ainda performo feminilidade, sou uma menina branca, então nunca sofri esse tipo de ataque e preconceito. Diferente dela que é uma mina preta, sapatão, que não perfoma a feminilidade. Então, eu percebo que os olhares que ela recebe das pessoas tanto dentro da universidade quanto fora da universidade é diferente. . . e é por ela fumar maconha também. . . Já rotulam ela como uma drogada, desinteressada e vagabunda. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Para **Laila** a universidade reproduz e reafirma a estrutura social que encontramos no nosso país: uma cultura machista que despreza e violenta as mulheres em seus mais diversos contextos:

É exatamente isso, é como se fosse uma micro sociedade dentro da sociedade maior só fazendo as mesmas coisas que a sociedade fora dela continua fazendo e se fora da universidade a gente está fazendo essas coisas, por que a gente vai fazer diferente aqui dentro? (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Laila, embora acredite que a força das mulheres e o coletivo sejam fundamentais, não vê na própria universidade o apoio que precisam para combater violências e quaisquer outras situações que coloquem em jogo a estrutura e a hierarquia existente no contexto acadêmico.

A gente teve a situação dos professores abusadores. O que aconteceu? Nada. Tem que tirar esses caras daqui, entendeu?! Mas, a universidade está disposta a isso? Quer contratar novos professores?! Por mais que esses professores sejam abusadores? Não. Então é mais um que só está trazendo um discurso. Nada vai

ser feito! E a gente vê também o movimento estudantil a cada dia se desconstruindo mais, se desfazendo, a gente perdeu a noção de coletividade também. Não só os estudantes, mas a gente na sociedade, como um todo, perdeu essa noção de coletividade. A gente acaba nem se juntando para fazer nada a respeito de nada e cada um luta por si, cada um luta pelo seu. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Porém, **Laila** identifica quais tipos de ações ela considera importante que possa começar a existir mudanças no contexto universitário:

Com certeza, eu acho que a gente tinha que estar discutindo sobre gênero, sobre violência de gênero, isso é muito importante que seja falado. . . Mas eu acho que implementar como uma disciplina obrigatória em todos os cursos seria o mínimo, seria fantástico. (Laila, entrevista em 11/02/2022)

Desse modo, com seus relatos, **Laila** compartilha experiências que abrangem a universidade em seus diversos contextos e membros. Ela nos descreveu situações nas festas acadêmicas, nos trotes, dentro de sala no campus, com ex-companheiro, professores e técnicos. Ela nos indica como a violência contra as estudantes mulheres está disseminada e precisa de atenção para que seja combatida mesmo diante dos desalentos.

3.2 RITA- “Eles querem que a gente se sinta burra: o nosso trabalho árduo é o de não acreditar”

No dia 21 de fevereiro de 2022 me encontrei virtualmente - pelo *Google Meet* mediante decisão da entrevistada - com **Rita**. Ela é graduada e pós-graduada pela UEM e entrou na universidade aos dezesseis anos de idade. Contou que se considerava muito jovem e que mesmo se inserindo desde o segundo ano de graduação no âmbito da

pesquisa, não tinha contato com discussões que extrapolavam os conteúdos programados do curso (como os estudos feministas, as questões de gênero e etc.).

Rita relatou que a auto cobrança de ter bom desempenho acadêmico e com notas altas sempre esteve presente em sua vida, mesmo antes de ingressar na universidade. Porém sentiu que “o machismo teve uma participação muito grande e exacerbou isso conforme os anos foram passando na graduação” (Rita, entrevista em 21/02/2022), pois os colegas homens de sala de aula comparavam o desempenho acadêmico com frequência e a colocavam em um local inferior ao deles. Por estar inserida no âmbito dos discursos patriarcais, aprendeu que a amizade entre mulheres é mais difícil e que, portanto, cultivou mais amizades com homens durante a graduação. Porém, logo no início começou a se sentir inferior em relação aos outros estudantes homens, afirmando que:

Eu já comecei a me sentir mais burra mesmo. Sentia que não sabia escrever. Sentia que eu tirava as piores notas em relação a eles e eles apontavam isso com bastante frequência. Com comentários e risadas. Essas violências bem sutis mesmo: "ah, não acredito que você não foi bem nessa prova, nossa essa matéria é muito fácil". E isso para mim foi minando bastante a minha autoestima dentro da academia mesmo. Tanto é que eu tenho muita dificuldade de escrever até hoje. (Rita, entrevista em 21/02/2022)

Rita não se sentia desvalorizada somente por seus colegas de sala, mas afirmou que essa posição de inferioridade também era reforçada pelos próprios professores quando não permitiam, por exemplo, que as estudantes mulheres falassem sobre um texto, tirassem dúvidas, ao mesmo tempo em que abriam espaço para os estudantes homens se utilizarem dos melhores textos e discussões.

Já me senti muito assim ‘quero dar uma opinião e não posso’ . . . ou eu falo e não sou ouvida. E eu tinha um conhecimento teórico, uma bagagem grande por causa da pesquisa e, mesmo assim, eu era desconsiderada ou tratada no mesmo patamar de um cara que tinha menos leitura do que eu, dos caras que falavam várias besteiras, sabe? (Rita, entrevista em 21/02/2022)

Rita relata sobre o movimento das denúncias de assédio de professores na universidade. O início do processo aconteceu por meio de uma página nas redes sociais chamada “meu professor abusador” em que várias estudantes puderam sinalizar situações abusivas e violentas sofridas por professores e, a partir disso, foi possível chamar a atenção para o que ocorria dentro da universidade.

Eles [os professores abusadores] dão aula no primeiro ano, então são meninas [estudantes] super novinhas e a gente até fala que é por isso que eles gostam de aproveitá-las . . . E a gente sabia que [aqueles professores abusadores] faziam uns comentários desnecessários ‘ai, nossa que boquinha’, ‘ai, que shortinho’. Eu já vi isso não foi uma, nem duas vezes. De chamar para conversar ‘vem aqui, vamos conversar sobre sua nota’, mas era uma coisa que a gente ria, sabe? (Rita, entrevista em 21/02/2022)



Fonte: G1 Paraná. Mostra fotográfica intitulada “Professor abusador: assédio e violência de gênero nas universidades”, organizada por acadêmicas da UEM.

Aí o que aconteceu de algo mais grave comigo foi o dia que eu fui fazer um exame da disciplina dele [um dos professores acusados] e minha mãe me levou e ficou lá embaixo me esperando. Enquanto eu fazia a prova, ele abaixou e me perguntou: ‘quem é aquela bonitona que está com você?’ E eu disse ‘a minha mãe’ e ele ‘nossa, não acredito que você tem uma mãe bonita dessa’. E eu fiquei: ‘nossa, que nojento, que esquisito’. (Rita, entrevista em 21/02/2022)

Outra situação relatada por **Rita** também retrata a dominação masculina sobre os corpos femininos:

[O professor abusador] sugeriu uma reunião de orientação por *Skype*. E aí ela [a amiga que era orientanda do professor] se virou para fazer alguma coisa, quando ela olhou de volta ele estava se masturbando . . . a menina era menor de idade, estava no primeiro ano. (Rita, entrevista em 21/02/2022)

Rita narrou que quando um desses professores ficou sabendo sobre as denúncias, ameaçou a turma, reafirmando a violência dessa outra forma:

Um dia ele ficou sabendo do ‘bafafá’ todo e deu uma coagida em todo mundo da sala: ‘olha, estou sabendo o que está rolando e isso aí é coisa de feminista feia, recalcada, peluda’. Ele deu uma olhada pra ela [para a aluna] como se estivesse dizendo ‘estou te vendo’ e ela se sentiu ameaçada, primeiro ano dela. (Rita, entrevista em 21/02/2022)



Fonte: G1 Paraná. Mostra fotográfica intitulada “Professor abusador: assédio e violência de gênero nas universidades”, organizada por acadêmicas da UEM.

Dessa forma, **Rita** diz que dói saber que esse caso não é isolado e que, provavelmente, outros acontecerão. Mas, se orgulha do movimento em que participou e que foi a partir dessas discussões que começou a ter contato com o feminismo, por exemplo. Valioso pontuar que **Rita** também contribuiu com o debate das violências (em especial, o feminicídio) contra as mulheres em seu trabalho de pós-graduação. Porém, apesar das dificuldades e dos enfrentamentos, ela reconhece que trabalhos assim são importantes,

A gente tem que acreditar. Então, eu acredito em ações abrangentes, mas [ações] mais específicas também. Isso que você está fazendo deveria ser levado em conta pela instituição. Mas infelizmente, e eu espero que eu esteja errada, o reitor não vai ler sua dissertação, quem estiver ali [na reitoria] não vai ler.

Então, é o conhecimento que você está produzindo, está produzindo uma ciência, mas fazer isso chegar aos olhos da gestão, uma gestão que seja comprometida com essa causa. Enquanto a gente trata isso como uma pauta identitária as coisas não vão mudar, porque a gente vive num mundo genderizado e onde há gênero, há divisão de poder e violências e não adianta fechar os olhos para isso. (Rita, entrevista em 21/02/2022)

Além de uma instituição comprometida com a causa da violência de gênero, **Rita** também nos brinda com outras possibilidades de ação para o combate e enfrentamento às violências, como:

. . . um documento, uma diretriz tinha que ser feita. Formação anual para calouro, formação anual obrigatória para professores. Política de tolerância zero e fomento de cultura, atividades lúdicas, culturais feitas por mulheres. Escutar mulheres pretas, as mulheres trans, travestis, mulheres brancas, mulheres mais velhas, mulheres que trabalham, que não tem com quem deixar filho, mulheres que têm duas, três, quatro jornadas para fazer uma universidade. Então, são várias frentes e isso precisaria estar sendo trabalhado, porque é uma integralidade. (Rita, 21/02/2022)

Com toda sua potência, **Rita** conseguiu me abraçar com suas palavras, pois mesmo após ouvir relatos tão marcantes ela me lembrou o porquê desta pesquisa. Me lembrou que não estou sozinha e que posso fazer o que estou fazendo, além de me instigar ainda mais a fazer isso por ela e por essas mulheres que encontraram na universidade também um ambiente hostil, perigoso, adoecedor. Espero que, além de **Rita**, outras estudantes mulheres possam reconhecer que mesmo diante de um cenário preocupante, elas também podem encontrar (na universidade ou fora dela) alianças para

resistir, espaços para acolher, ambientes para discutir sobre as violências de gênero e abraços para acalmar.

3.3 TARSILA- “As cicatrizes da violência de gênero”

Tarsila foi uma das estudantes que respondeu ao questionário eletrônico e foi necessário apenas um convite para a entrevista cartográfica para que ela aceitasse participar também dessa parte da pesquisa. Obrigada, **Tarsila!** Assim, nos encontramos presencialmente em um espaço externo à universidade para a realização da nossa conversa.

Tarsila tem vivido sua história com a UEM desde o ano de 2010 quando ingressou na graduação e tinha apenas dezessete anos. Ela também realizou o seu mestrado e, neste momento, é doutoranda na mesma instituição. Ela tem 29 anos, é branca e é casada com um homem. **Tarsila** começou nosso encontro afirmando que sempre imaginou a universidade como um lindo sonho, com professores acolhedores e simpáticos, afinal de contas, ela estaria entrando para um curso de humanas, mas não foi bem isso que ela encontrou ali. **Tarsila** nos contou histórias que se referem ao período da pós-graduação, enquanto na graduação ela acredita ter tido sorte por ser um curso majoritariamente formado por um corpo docente feminino.

Durante o mestrado, **Tarsila** identificou situações que considerou problemáticas com professores homens. A primeira delas será relatada a seguir:

No mestrado, por exemplo, eu tive um professor que não conseguia ter uma conversa comigo sem olhar diretamente no meu seio. Não conseguia. Era impossível para ele. E não era uma conversa longa. Eu estou falando de um ‘bom dia’. Eu estou falando de ‘boa tarde’ . . . E aquilo me incomodava profundamente. Eu não conseguia prestar atenção no que estava falando,

porque eu ficava extremamente incomodada com o fato de o tempo inteiro estar olhando para o meu decote e era uma coisa muito chamativa. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Tarsila achava esse comportamento tão incisivo que passou a acreditar que ele pudesse ter alguma doença para explicar a forma como ele agia: "não é normal isso, coitado, deve ter alguma doença" (Tarsila, entrevista em 15/07/2022). E o que a despertou para identificar que aqueles gestos não estavam relacionados a uma suposta doença foram as conversas com outras colegas de sala que relataram situações parecidas ou piores. Algo significativo para **Tarsila** foi o fato de ter descoberto que aquele professor já havia se relacionado com uma aluna.

E eu comecei a pensar assim ‘acho que eu estou louca porque não tem nada a ver. A pessoa é um professor’. Aí eu descobri depois que ele tinha engravidado uma aluna e que tinham várias situações envolvendo o nome dele com [outras] alunas. Então falei assim: ‘não estou louca’. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Me incomoda de forma relevante perceber que **Tarsila** ainda possa ter dúvidas sobre “ser louca” na tentativa de entender as situações de violência. Durante nossa conversa ela verbalizou várias vezes que essa era uma de suas preocupações e percebo isso, inclusive, como parte de um sistema muito bem articulado para que - além de tudo - possamos nos culpar e martirizar por uma violência que nunca será nossa responsabilidade. **Tarsila**, a culpa nunca foi e nunca será sua!

Tarsila termina sua história com esse professor afirmando que teve medo ao final do semestre quando não respondeu a uma investida por parte dele.

E foi bem difícil terminar aquela matéria, porque eu tinha um certo medo. E eu lembro que quando eu mandei um e-mail com o artigo final ele me respondeu me convidando para conhecer os poemas dele. E aí eu nem respondi mais e fiquei com medo de a minha nota ser prejudicada por conta disso. E não foi, no fim das contas. Mas, eu fiquei com esse medo, sabe? (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Por curiosidade, procurei pela palavra “medo” ao longo desse texto e a encontrei 24 vezes. Não é justo viver com medo. Umas com mais, outras com menos, mas sempre com medo. Não é justo viver com medo dentro de uma universidade. Isso é entristecedor e revoltante. **Tarsila** teve medo de um professor, teve medo de ser prejudicada academicamente e também de ser julgada:

Mas, demorou muito tempo para eu comentar isso como alguém. Você tem medo de falar e a outra pessoa falar: ‘Nossa, mas está se achando, hein!? Nossa, mas você se acha muito gostosa’. Então, eu tinha muito medo de como ia ser interpretada se falasse sobre alguém. Durante muito tempo, guardei para mim. Comentei com uma amiga lá para o fim [do mestrado] e aí que eu fiquei sabendo situações com outras meninas. E aí eu falei: ‘Nossa, então não estou maluca. Ele é essa pessoa’. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Tarsila logo emendou outra experiência tendo como personagem principal outro professor da pós-graduação. Suas primeiras falas foram:

Ele é esse cara nojento. Ele se acha muito, extremamente arrogante - extremamente! - o famoso esquerdo-macho. As visões políticas, em tese, são progressistas. Só que ele tinha muito prazer em humilhar, principalmente as alunas. E ele adorava induzir as alunas ao erro. Acho que ele se diverte. Não

sei. Eu acho que ele não tinha que ser professor, tinha que trabalhar em algum centro sadomasoquista, com pessoas que vão se divertir com isso que ele faz, porque lá no caso, a gente não estava se divertindo, era só ele. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Tarsila então narrou sua história envolvendo forte desqualificação intelectual por parte desse professor com ela e demais alunas mulheres.

Ele obrigou todos os alunos a falarem, mas tinha uma aluna, por exemplo, que nitidamente ele ‘pegava muito no pé’ e era uma menina fora dos padrões que a sociedade estabelece que a mulher tem que ser. Ele ‘pegava muito no pé’ dela, tanto que eu comecei a me irritar e eu arrumei confusão com ele por defender essa menina. . . Ela estava super envergonhada e não queria falar e ele falava assim ‘vai ter que falar, finge que tem uma arma na sua cabeça’. . . Chegou na minha vez e ele falou a mesma frase e eu falei assim ‘não tem como falar porque essa obra não é do romantismo, é do rococó’. Ele ficou puto, não imaginou que ia ter alguém ali que sabia. Ele deu azar, né? E ele olhou pra mim tão puto que nem fez o fechamento, ele só mudou para outra coisa. Eu percebi que ele travou uma guerra ‘como assim? Uma mulher não pode saber mais ou igual a mim’. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Tarsila percebeu, nitidamente, que o incômodo do professor era com as alunas mulheres, pois os homens heterossexuais não passavam por situações semelhantes dentro da sala de aula. Ela e um outro rapaz estudavam teatro, porém apenas para ela o professor dizia que teatro não era literatura.

Em algumas situações ele tentava humilhar as alunas. No sentido de pedir para ir lá na frente fazer alguma coisa que era humilhante. Numa dessas situações eu

fui e ele ficou fazendo várias perguntas para tentar me quebrar e quando não dava certo parecia que isso estimulava ainda mais ele. . . A impressão que dava é que ele queria seduzir as alunas e se ele não conseguisse aí ele pegava ranço . . . Ele decorava trechos dos livros e fazia um discurso ensaiado no final, olhando nos olhos das alunas, meio querendo seduzir, falando com aquele jeito meio galanteador. Ele fazia uma voz bem sensual e eu achava tudo bem ridículo. E eu acho que quando ele via que ele não seduziu, ele ficava irritado. Ele queria quebrar a pessoa. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Na entrevista, **Tarsila** trouxe um relato íntimo sobre um dos efeitos de ser mulher numa sociedade machista e patriarcal. Ela disse:

Eu estou casada com meu marido há 13 anos e ele é uma pessoa maravilhosa. Mas, às vezes, o meu marido me olha e isso me incomoda por alguns segundos, pois me remete às experiências passadas e em outros contextos. Então, eu percebo que gera um trauma em você, que você fica na defensiva para o resto da vida. Várias situações de abuso que eu de alguma forma sofri, no Ensino Médio ou antes, ou na graduação, ou agora você aprende a ficar numa defensiva. Eu falei para ele ‘você lembra tal dia que você me olhou e falou tal coisa e eu desviei?’ É porque é um reflexo, ‘fica no seu HD’, que o homem é um esturador em potencial. Então mesmo aquele homem que você ama, que pensa que te trata igual uma princesa, até dele você vai em algum momento estranhar. Por que você fica traumatizada. (Tarsila, 15/07/2022)

Tarsila não está errada quando se sente dessa forma.

Além disso, **Tarsila** também trouxe uma situação muito marcante que vivenciou em um momento de sua vida e que tem relação a um fato ocorrido recentemente que é o

estupro¹³ cometido por um médico anestesista durante uma cesárea no momento em que a mulher, em trabalho de parto, estava sedada. Novamente, **Tarsila** começa o relato afirmando que nunca foi louca:

É muito bizarro, porque quanto mais tempo passa, mais eu percebo que realmente eu nunca fui louca. . . Aconteceu essa situação do anestesista essa semana. Teve uma situação que eu passei no hospital para colocar o DIU e a minha médica quis que eu fosse no hospital. Eu falei para ela que eu tinha medo, porque a minha mãe já foi abusada por um médico. Então eu sempre tive medo e eu falei para ela: ‘Eu vou ficar sozinha como anestesista em algum momento?’ Eu lembro que quando eu estava lá em posição ginecológica, nua, com as pernas abertas, arregaladas pro teto, vulnerável naquela cama de hospital, de repente entra o anestesista sozinho e começa a fazer a sedação, não tinha nenhuma enfermeira junto. E eu perguntei ‘cadê minha médica?’ e ele disse que ela vinha depois, eu comecei a entrar em pânico. Ele começou a pingar a sedação e eu comecei a lutar contra a sedação. Eu não queria dormir e eu ficava tentando ficar acordada. Eu ficava acordada e resistindo. Eu contei isso para algumas pessoas depois e os comentários eram: ‘nossa, que exagerada, você estava no hospital, para com isso, louca!’. Aí, quando aconteceu essa situação do anestesista, na hora eu falei pra várias pessoas: ‘tá vendo, eu não sou louca, aconteceu’. Poderia ter acontecido comigo. Meu medo não é infundado. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

O caso relatado por **Tarsila** é sobre a notícia que uma mulher sofreu durante o parto cesárea por um homem chamado Giovanni Quintella Bezerra, que se denomina médico anestesista. De acordo com a Polícia Civil do Rio de Janeiro, após análise do

¹³ Notícia veiculada em 20 de julho de 2022 no site Terra.

vídeo, concluiu-se que o crime durou nove minutos sem ser interrompido. Cirurgiões e outros enfermeiros homens estavam na sala, a uma distância mínima do agressor, mas o caso só foi descoberto diante da coragem de enfermeiras mulheres em posicionar o celular em um armário na tentativa de gravar algo inadequado (“Anestesista estuprou paciente por nove minutos sem ser interrompido”, 2022).

Enquanto olho para **Tarsila** durante a entrevista, enxergo uma mulher forte, daquelas que não transparece ter vivido tantos episódios de violências nos seus poucos quase trinta anos de idade. Ela me disse tantas coisas com as quais eu concordo e me lembro de acenar positivamente com a cabeça durante vários momentos da nossa conversa. É como se fosse um sinal que afirmasse “pode falar, estou contigo nessa”. E nesse sentido, percebo que ela também reconhece a importância de outras mulheres ao lado para o reconhecimento das violências, mas de um enfraquecimento das responsabilidades da instituição para que ocorram mudanças no ambiente universitário. **Tarsila** nos diz “a gente entendeu que era cada um por si. Assim, eu acho que a gente vai entendendo que não adianta então [pedir ajuda]” (Tarsila, entrevista em 15/07/2022).

No entanto, ela também afirma: “eu acho que é um alívio você saber que você não está sozinha e não está louca” (Tarsila, entrevista em 15/07/2022). E portanto, sobre o enfrentamento, **Tarsila** nos dá pistas sobre o que acredita ser importante para a universidade:

Se existisse um órgão dentro da universidade, um lugar, uma pessoa que fosse responsável por recolher esse tipo de denúncia e dar atenção e investigar. Eu acho que muita gente se sentiria mais incentivado a procurar ajuda, sabe? E eu acho também que seria necessário fazer um trabalho de explicar os limites

porque vejo que muitas vezes na minha vida eu senti que tinha alguma coisa estranha. Não sei se um *e-book*, um curso, uma disciplina, nem que fosse um dia de aula para as/os calouras/os da UEM pra saberem qual o limite na relação professor-aluna. (Tarsila, entrevista em 15/07/2022)

Tarsila foi a terceira entrevistada e com esse relato eu me dei conta de que meu trabalho aqui não é somente entender as vivências de mulheres dentro da universidade. As violências escorrem por todos os lados, de todas as formas e com todas as mulheres e, isso provoca a sensação que posso continuar perguntando e revisitando memórias que continuarei encontrando histórias de violências. Não tem fim... Mas, fortalecemos a importância do compartilhar e ouvir, do acolher e resistir. Talvez assim nos perceberemos como corajosas e não como loucas.

CAPÍTULO 4

REALIDADES E RESPIROS: PISTAS DE CONSTERNAÇÃO E DE ENFRENTAMENTOS

4.1 Pista 1: A relação hierárquica entre homens e mulheres e a objetificação do corpo das mulheres

Em uma sociedade ordenada por estruturas desiguais de poder, permeada por discursos e práticas machistas e patriarcais, a batalha das mulheres contra todas as formas de submissão ainda não teve fim. E, para que possamos encontrar possibilidades concretas de enfrentamento contra o modelo nefasto que posiciona as mulheres em um local abaixo – e em algumas ocasiões quase de inexistência - ao dos homens, é preciso contestar e retomar alguns aspectos fundamentais que nortearam a nossa existência até os dias atuais para também entendermos como esta estrutura se mostra no contexto universitário.

A história das mulheres é contada a partir de discursos que nos fazem acreditar em uma única ótica de possibilidade de existência, com padrões que ditam sobre uma normalidade/natureza feminina e sobre qual disciplina as mulheres devem seguir para serem aceitas. Nesse sentido, vejamos como os discursos religiosos e os discursos médicos contribuíram para oprimir, disciplinar e violentar o corpo das mulheres brasileiras a partir do século XV.

Santos, Branco, Storto e Burgo (2016) informam que até o século XVIII para a Igreja católica, as mulheres deveriam ocupar o lugar de mãe e esposa, sendo responsáveis pela criação dos filhos, enquanto para o homem caberia a posição de instrutor, guia e provedor da família. Moldam-se, dessa forma, locais e comportamentos determinados como “corretos” para cada um dos sexos, instituindo

uma hierarquia entre homens e mulheres e, conseqüentemente, estabelecendo e reafirmando a estrutura patriarcal da sociedade ocidental antes do século XVIII. Santos et. al (2016) argumentam sobre o assujeitamento das mulheres em detrimento dos homens utilizando-se de alguns trechos bíblicos que reforçam a opressão e o local de inferioridade e submissão das mulheres perante aos homens, como o excerto a seguir:

Mulheres, sujeitem-se a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, que é o seu corpo, do qual ele é o Salvador. Assim como a igreja está sujeita a Cristo, também as mulheres estejam em tudo sujeitas a seus maridos. (Efésios, 5: 22-24 como citado em Santos et. al, 2016, p. 611)

Por essa razão, as mulheres estão sob influência de discursos cristãos que incentivam práticas de obediência, de silêncio, de dependência aos homens. Dessa forma, a Igreja católica reproduz enunciados de superioridade masculina e fundamenta uma moral marcada por valores patriarcais, “nesta direção, o cristianismo marcou o modelo de comportamento da mulher, ao considerá-la mais frágil e sem capacidade de autonomia. Precisava ser vigiada, protegida, guiada, policiada, pois, a qualquer momento poderia encarnar-se na ‘EVA’” (Rodrigues, Nascimento & Nonato, 2015, p. 85). E o homem seria o único capaz de protegê-las, pois a ele, supostamente, seriam destinados a sabedoria e o controle, “devido a seu caráter moldado conforme as semelhanças com o criador (reforçando o poder hierárquico, masculino eclesiástico)” (Allegretti & Rodrigues, 2020, p. 23).

De acordo com Leite (2017), entre os séculos XV e XVIII, o corpo feminino ocupava a posição de sagrado, uma vez que os estudos médicos se direcionavam a apenas um órgão, o útero (*madre*), considerado como um receptáculo de reprodução e o corpo feminino era compreendido como desprovido de prazer sexual. Desse modo, ao

compreender o corpo feminino como sendo divino e somente para a procriação da espécie, foi estabelecido pela Igreja católica “o exercício da pressão sobre o adestramento da sexualidade da mulher” (Leite, 2017, *online*). Percebe-se então que a hierarquia dos homens sobre as mulheres é construída, sutilmente, por meio de discursos e práticas de dominação e controle sobre a vida e os corpos das mulheres e que, a partir do século XVIII e XIX, se fortaleceram ainda mais. Zanello (2018) aponta que nesse período, o capitalismo foi consolidado e com isso se definiu as mudanças sociais que implicaram na possibilidade de ascensão social para as mulheres. Assim, a partir do século XVIII, os discursos médicos apresentaram-se como uma nova forma de controle e poder sobre as mulheres, denominado um novo modo de reafirmar os discursos religiosos anteriormente instituídos, só que agora com um caráter social-moral. Dessa forma, o caráter higienista da medicina passou a fortalecer novamente a domesticidade e a submissão das mulheres, reafirmando mais uma vez a posição de homens acima das mulheres.

Ferrazza (2022, p. 34) acrescenta que os discursos e as práticas higienistas, de final do século XIX e início do século XX, reforçaram um modelo ideal para a família patriarcal, burguesa, branca e colonialista:

A mulher mãe dedicada, dona de casa, provedora do lar, esposa, submissa, “feminina e sensível”, despossuída de desejo e/ou prazer sexual, impossibilitada de administrar uma vida só e desacompanhada, e incapaz de decidir sobre o seu próprio corpo.

Dessa forma, nota-se a instituição de uma “natureza feminina”, que seria *a priori* denominada a partir de pressupostos biológicos/orgânicos (como por exemplo, a capacidade de gestar, parir, amamentar) e, ao mesmo tempo, é imposta socialmente a

fim de manter as mulheres em posição inferior aos homens e da organização social por meio dos discursos religiosos e médicos, concomitantemente.

Assim, podemos considerar que as mulheres que conseguiram almejar e alcançar os espaços públicos incluindo a universidade estão, de alguma forma, combatendo estruturas naturalizadas e arraigadas num ideal de mulher universal que não deveria estar ocupando esses locais, pois o acesso das mulheres aos espaços públicos ainda não é garantido. Nesse sentido, Del Priore (2020) nos mostra que as mulheres seguem em frente, mesmo diante dos amordaçamentos, das violências e das desigualdades: “mulheres de todas as condições, todas as idades e todas as cores sempre souberam descortinar brechas, reinventar-se, apostar na criatividade para seguir em frente. Elas enfrentaram o patriarcalismo, acharam degraus para subir na vida, fizeram história” (p. 9).

No entanto, o acesso de mulheres ao ambiente acadêmico não significa que a história está sendo contestada e modificada quando abordamos as violências presentes na universidade. As narrativas contadas por **Laila**, **Rita** e **Tarsila** ainda escancaram uma estrutura machista, misógina e patriarcal e nos explicitam a constante reprodução do poder soberano dos homens sobre suas vidas. As três estudantes nos relatam experiências em que seus corpos foram alvos de olhares, comentários, toques e insinuações indesejadas e não consentidas durante o percurso acadêmico.

Laila nos contou que desde o ingresso na universidade, durante os trotes, passou por situações de assédio quando em seu corpo foi desenhado um pênis. Bandeira (2017) nos diz que os trotes deveriam ser um ritual de passagem ao se ingressar na vida acadêmica, como uma forma de acolhimento e sociabilidade entre veteranos e calouros. No entanto, a autora afirma que os trotes ganharam características violentas e, assim,

não é difícil encontrar notícias¹⁴ fazendo referência aos casos de violências. Influenciadas pelas reflexões de Bandeira (2017, p. 59) entendemos que: “Mas o que mais chama atenção é a centralidade na sexualização das jovens. O corpo feminino passa a ser objeto de desejo para o escárnio”.

A universitária **Laila** também relata que nas festas percebeu a insistência de garotos em beijá-la mesmo quando a resposta era não. Fabbro et al. (2019) elucida um questionário enviado às graduandas e aos graduandos da Universidade Federal de São Carlos (com total de 2.277 respostas) em que os itens mais reconhecidos como violência de gênero foram:

Colocar as mãos em partes íntimas do corpo de outra pessoa sem a sua autorização ou forçar a beijar (93,9%); utilizar da força física e/ou psicológica para manter relações sexuais (93,7%) e impor uma maneira de se vestir, se pentear ou se comportar em público (91,1%) . . . Assédio sexual foi o principal tipo de violência sexual registrado (216 casos), seguido de 52 casos de estupro e 29 casos de exploração sexual. (Fabbro et al., 2019, p. 19)

Já em “A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades”, Almeida (2022) conta sua experiência enquanto docente na área de gêneros da USP. A pesquisadora relata que estudantes a buscavam para revelar situações pessoais de assédio sexual e outras formas de violência nos trotes, festas, repúblicas e espaços de convivências da universidade. Almeida (2022, pp.197-198) destaca:

¹⁴ Em fevereiro de 2015, nas Faculdades Adamantinenses Integradas (FAI), do município de Adamantina (SP), calouros foram recebidos com ácido, entre eles um jovem de 18 anos que teve 70% da córnea do olho esquerda queimada e uma aluna sofreu queimaduras de terceiro grau nas pernas e na barriga. Já em Brasília (na conhecida Universidade de Brasília- UnB), as calouras foram obrigadas a lamber linguças com leite condensado (Souza & Prates, 2015).

Não se tratava apenas de denunciar atos de agressão ocorridos em ambientes universitários, mas expor publicamente a inação ou omissão dos gestores das universidades que teriam sido alertados e não teriam tomado providências adequadas. . . Era evidente que nos casos dos estupros, por exemplo, esses gestores consideravam os agressores apenas rapazes desejosos por sexo, o que seria típico desta fase da vida. Fomos infelizmente descobrindo casos de evasão das alunas, mas também de adoecimentos sucessivos gerados pela agressão (doenças autoimunes, depressão, tentativas de suicídio).

Já dentro do campus universitário, **Laila** recebeu comentários de sexualização e objetificação de seu corpo em diversos momentos. Zanello (2020) nos lembra que em sociedades sexistas, como a nossa, há um roteiro construído historicamente e socialmente de como agir enquanto homem ou mulher. Assim, podemos identificar que o homem age de acordo com essa construção, isto é, ele reproduz uma relação que objetiva sexualmente as mulheres e essa relação é permeada pela noção de domínio, controle e da perspectiva da virilidade. Desse modo, a autora acrescenta a ideia de virilidade masculina também como uma forma de poder dos homens contra as mulheres.

. . . o campo da sexualidade se manteve como um dos pontos fundamentais da expressão dessa dominação, de sua afirmação, bem como da formação do homem viril e sua identidade. Dessa maneira, o comportamento sexual ativo e o pênis em ereção se fizeram pilares para se pensar a virilidade no ocidente. (Zanello, 2018, p. 179)

Porém, Barral e Zanello (2021) afirmam que mesmo com a prevalência de homens agressores e a distribuição desigual de poder entre os gêneros resultando em violência contra as mulheres, ainda assim “não parecem ser argumentos suficientes para

se demonstrar a necessidade de repensarmos a construção das masculinidades brasileiras” (p. 683).

E desse modo, **Rita**, também nos inunda com sensações de revolta quando relata outras situações de assédio sexual vivenciadas com professores e diversas alunas de forma presencial e *online* na universidade. Zanello (2020) ressalta que “as mulheres são vistas como *coisas* sexuais” (p. 84) em “que as transforma em corpos e pedaços de corpos cuja finalidade seria atender aos desejos sexuais masculinos - representados, como vimos, como irrefreáveis ou aos quais a renúncia seria quase impossível” (p. 98). Em estudo recente, Zanello e Richwin (2022) discutem o assédio sexual entre alunas e professores assediadores a partir de três relatos verídicos. As narrativas são compostas por professores que deixaram de enxergar as alunas como simplesmente alunas e passaram a vê-las como mulheres, ultrapassando limites estabelecidos nas relações na universidade. Os relatos contam situações de insistências permeadas por presentes, cartas, elogios, convites inapropriados, privilégios acadêmicos e relacionamentos amorosos entre professores-alunas. De acordo com Zanello e Richwin (2022)

Essa insistência é calcada numa forte pedagogia afetiva do tornar-se homem na nossa cultura: a de que um NÃO talvez possa se transformar em um SIM. Nunca é demais lembrar que se trata de uma relação mediada por uma hierarquia e distribuição (real e imaginária) desigual de poder. (p. 303)

Assim sendo, as autoras afirmam o caráter irrefreável dos comportamentos dos discentes, justificados por uma égide da virilidade sexual e do posicionamento das mulheres num local de objetos sexuais. Assim, Almeida (2022) acrescenta que o assédio se dá a partir da não reciprocidade no interesse sexual entre professor e aluna e faz uma importante ressalva sobre essa relação:

No plano das estruturas hierárquicas, não há como ter consentimento “livre” e “autônomo” aqui, dada a desigualdade de poder - e muitas que se sentem vítimas afirmam a impossibilidade de recusar; ou mesmo a incapacidade de ouvir efetivamente o não enunciado mesmo quando enunciado repetidamente pela vítima. . . O que constituiu o assédio na fala de alunas que me pediam ajuda foi a falta de reciprocidade no interesse sexual e a incapacidade do professor de compreender esse descompasso, quando não foi uma atitude indireta ou aberta de ameaça à possibilidade da aluna continuar na universidade ou de seguir a carreira acadêmica. Em algumas vezes, convites para jantar, para tomar vinho, para debater uma ideia ou pesquisa na casa do professor poderiam soar como impasse: posso dizer que não vou? Ou quantas vezes terei que negar esse convite? (Almeida, 2022, p. 200)

Rita também mencionou que durante todo o período de graduação se sentiu desqualificada intelectualmente diante de comentários de outros alunos homens, colegas de sala e professores. Assim, os relatos de **Rita** trazem à tona as posições sociais que são impostas às mulheres e aos homens em nossa sociedade. Santos (2010) nos lembra que as relações desiguais entre os gêneros colocam o homem no lugar de inteligência, superioridade, um ser capacitado para o exercício das funções ditas “superiores”, alguém destinado ao espaço público. Enquanto que para as mulheres supostamente restariam os espaços privados, o cuidado maternal com filhos e filhas, as responsabilidades restritas às atividades domésticas. De acordo com o IBGE (2021), cargos públicos e gerenciais também ilustram diferenças entre aqueles ocupados por homens e por mulheres. O material “Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil” apresenta que a taxa de ocupação na força de trabalho é de 54,5% para mulheres, enquanto 73/3% para os homens. Na vida política, apenas 16% são

mulheres entre vereadores eleitos. Já nos cargos gerenciais 62,6% são ocupados por homens e 37,4% por mulheres (IBGE, 2021).

Nessa perspectiva, Amorim (2019) comenta sobre uma pesquisa apurada pelo IBGE (2018), a qual as mulheres brasileiras trabalham quase o dobro de horas do que os homens nos afazeres domésticos e cuidados de parentes, isto é, enquanto elas destinaram 21,3 horas semanais, eles dedicaram apenas 10,9 horas nesse tipo de tarefa. Quando somadas as horas de trabalho mais as atividades domésticas, as mulheres trabalham 53,3 horas semanais, enquanto os homens trabalham 50,2 horas.

Almeida (2020) considera que as violências contra as mulheres são justificadas, inclusive, com o argumento de que elas não estão cumprindo seus papéis sociais de boa mãe, dona de casa, esposa porque estão direcionadas ao trabalho e estudos. Assim, Santos (2010, p. 60) afirma que as mulheres estão ascendendo socialmente e colocando em risco “. . . à identidade de macho dominador e a sua posição de poder hegemônico é posta em questão” e isso os incomoda (Santos, 2010, p. 60). O autor também comenta que o modelo de masculinidade da sociedade machista, patriarcal e misógina espera que o homem se subjetive por meio da opressão, do poder, da força, da insensibilidade e da virilidade sexual e com isso, são ensinados a “. . . se tornarem agressivos, competitivos, provedores e intolerantes” (Santos, 2010, p. 62).

De acordo com **Tarsila**, outra universitária entrevistada, sua vivência no período da pós-graduação também foi marcada por constrangimentos e violência de gênero. Novamente, a posição hierárquica entre professor-aluna se faz presente nas experiências vividas. **Tarsila** relatou olhares invasivos, medo de represálias que pudessem atrapalhar seu percurso acadêmico e desqualificação intelectual seguida de humilhações públicas. Ela, por muito tempo, se sentiu culpada e, nesse sentido, Bellini e Mello (2022) nos ajudam a compreender que, pelo fato de a universidade não estar descolada da

sociedade, a reprodução e a naturalização das violências acontecem, pois as estruturas hierárquicas e as dinâmicas sexistas favorecem a existência de ambientes hostis e ainda fortalecem a culpabilização das mulheres em situação de violência. Portanto, podemos entender que as mulheres estão acessando a universidade, mas a instituição de ensino superior ainda continua sendo vista como um ambiente de e para homens, isso porque as violências de gênero continuam sendo reproduzidas por eles. Marinho, Gonçalves e Vergara (2017) expõem essa preocupação:

Embora o sexo feminino tenha superado as barreiras físicas, institucionais e políticas que as impediam de ter o direito de acesso à educação, e ocupem a maioria dos assentos nas universidades, a discriminação e o preconceito ganharam uma nova roupagem, o grande problema não é mais adentrar, mas permanecer e concluir o ensino superior, diante de uma sociedade machista e opressora. (p. 5)

Para Ávila (2022) a violência sexual no ambiente universitário é mais elevada do que se imagina e que a demonstração da hipersexualidade é compreendida como a virilidade masculina. O autor cita uma pesquisa realizada na Austrália pela *Australian Human Rights Commission* em que 51% dos estudantes universitários sofreram algum tipo de assédio sexual e 6,9% passaram por violência sexual de contato físico durante o ano de 2016.

Diversas autoras comentam sobre a posição, muitas vezes confortável, que um agressor assume dentro de um espaço de trabalho, principalmente quando se trata de um homem branco, mais velho, em cargo de liderança. Almeida (2017) ressalta a dificuldade sobre a responsabilização dos agressores quando ainda se mantém um relacionamento de professor, orientador ou colega com as alunas dentro da universidade, inclusive porque as decisões e possíveis punições são baseadas em

códigos de ética da própria universidade. A autora também alerta para o fato de que a presença dos agressores sem qualquer restrição, coloca novamente as mulheres em uma posição de vulnerabilidade, isto é, elas podem se sentir intimidadas e constrangidas. Zanello (2020) pontua outro aspecto que fortalece a manutenção face às violências que os homens cometem contra as mulheres: o silêncio e a proteção entre eles. Ela diz que há cumplicidade e pactuação, “e esta cumplicidade comparece através de um silenciamento que visa proteger os ‘brothers’ antes e acima de qualquer situação” (p. 84).

Além disso, o discurso sobre a loucura de **Tarsila** nos chama a atenção, pois durante toda a entrevista ela se questiona se é/está louca ao mesmo tempo em que afirma “eu não sou”. Ferrazza e Sant’Ana (2022) nos lembram que o poder médico teve, historicamente, o objetivo de fomentar um padrão adequado ao feminino e que parece estar relacionado ao amordaçamento das vozes femininas. **Tarsila**, no entanto, não aceita se calar e é enxergada (e se sente) como uma mulher insubmissa e questionadora e, portanto, tida como supostamente louca. Nesse sentido,

. . . a loucura passa a ser uma experiência simbolicamente feminina, e a psiquiatria ditará, por meio dos diagnósticos, uma norma e uma forma de ser mulher . . . Portanto, aquelas que se rebelam contra os ideais de feminilidade e rompem com as normas de gênero são [podem ser] diagnosticadas como loucas. (Ferrazza & Sant’Ana, 2022, p. 139)

Flor do Nascimento e Zanello (2014) acrescentam que devido a associação do masculino à razão e a do feminino à sensibilidade, a primeira seria estável e confiável e a segunda “instável, imprevisível e, se não regulada, perigosa” (p. 24) caracterizando assim, as mulheres como seres com predisposições ao sofrimento psíquico e, conseqüentemente, tidas como loucas. Além disso, “mais do que um corpo desregulado,

o sofrimento psíquico seria compreendido como resultado de condições e papéis sociais, de relações de gênero e da pressão disso sobre o sujeito” (Zanello, 2010, p. 310).

À vista disso, podemos indagar os motivos pelos quais **Tarsila** se questiona o tempo todo se é ou está louca? Algumas pistas podem ser delineadas: a) o fato de duvidar se as violências eram, de fato, violências ou não devido a uma não validação por parte de outras pessoas e, conseqüentemente, o papel problematizador que passou a ocupar para legitimar suas percepções; b) em nenhum momento colegas homens se interrogaram sobre estarem loucos diante das situações humilhantes dentro de sala de aula, fortalecendo a ideia de que o gênero feminino é pressionado sobre suas ações e como devem se sentir diante delas e que tais sentimentos estariam atravessados por uma perspectiva de loucura feminina.

Não é rara a reprodução de discursos como “estou vendo coisa onde não tem”, “só pode ser coisa da minha cabeça” ou “acho que estou louca”. Nós caímos (não por vontade própria), infelizmente, na armadilha de duvidarmos do que estamos vivendo, mas, se ser louca é ter voz, problematizar, esbravejar... Que sejamos todas tidas como loucas, pois só assim teremos a chance de reafirmarmos experiências, ocuparmos lugares e sermos ouvidas!

4.2 Pista 2: A aliança entre mulheres como elemento fundamental de resistência

Pudemos perceber que o contexto universitário tem sido cada vez mais composto por mulheres e que o ambiente encontrado nem sempre é saudável e permite a permanência das estudantes no ensino superior. Saraiva (2019) nos diz que as violências de gênero na universidade são de difícil identificação e que o enfrentamento e combate também é dificultoso, inclusive, por ser ainda um ambiente que perpetua obediência e poder por parte do público masculino que a compõe. Nesse sentido, as mulheres participantes da nossa pesquisa levantam um aspecto importante quando estamos

falando sobre a identificação das violências e do confronto a elas, isto é, a participação e os coletivos que envolvem principalmente outras mulheres, em situação ou não de violência, que possam fortalecer e acrescentar força para perpetuar batalhas e incomodar/rachar com as estruturas já existentes que reproduzem tais violências.

A criação de coletivos feministas dentro do espaço acadêmico pode modificar a imposição de estruturas hierárquicas antigas e tradicionais entre os gêneros e as raças, daí a militância universitária pode delinear novos caminhos com a coletivização e visibilização das desigualdades neste espaço. (Saraiva, 2019, pp. 33-34)

Por conseguinte, convido-as a refletir sobre os movimentos feministas por meio de suas características históricas, debates e avanços que perpassam a história das mulheres. Diante de tantas subjetividades instituídas pelos discursos excludentes e machistas ao longo das histórias das mulheres, o movimento feminista surgiu como uma luta diária em busca de novos sentidos e (re)existências. Rago (2019) afirma que “. . . os feminismos questionaram os modelos de feminilidade impostos às mulheres e apontaram para a necessidade de novos espaços sociais e outras condições subjetivas para si mesmas” (p. 2). Garcia (2011) informa que o termo “feminismo” foi utilizado primeiramente nos Estados Unidos, por volta do ano de 1911, para suprimir expressões como *movimento das mulheres* e *problemas das mulheres*. De acordo com a autora,

. . .o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim.

Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social. (Garcia, 2011, p. 13)

O feminismo, portanto, acendeu a chama de que *o pessoal é político*, em que as mulheres perceberam que os problemas antes pensados como individuais são também vivenciados por outras mulheres, sendo consideradas experiências comuns diante de um sistema de opressão (Garcia, 2011). Dessa forma, o movimento feminista é a representação de forças políticas que pressionam os limites de uma ordem estabelecida e que, conforme Biroli e Miguel (2014), talvez seja mais apropriado chamar de *feminismos*, pois há pluralidades sendo construídas historicamente e que atravessam a sociedade como um todo. Teles (1999) discorre que os movimentos feministas aconteceram de variadas formas, intimamente dependentes da sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres. De forma geral, Narvaz e Koller (2006) explicam que as mulheres - dentro dos movimentos feministas - denunciam que as experiências masculinas são privilegiadas, em contrapartida, as experiências femininas são negligenciadas e desvalorizadas.

Fica evidente que os movimentos feministas caminharam por diversas direções. São caminhos processuais, os quais se apresentam de formas distintas diante dos desejos e necessidades de cada época, desde a luta pelo voto feminino até as complexas explicações sobre gênero. No entanto, “apesar dos diferentes rumos que foi tomando, a maior força do feminismo e de sua longa história nasce, em primeiro lugar, por ser uma teoria sobre justiça, legítima e em segundo por ser uma teoria crítica: o feminismo politiza tudo o que toca” (Garcia, 2011, p. 94). E, nesse sentido cabe a nós, não romantizar o percurso realizado até o momento, mas ao entender que o movimento é político nos impõe uma responsabilidade ainda maior sobre a capacidade de questionar e incluir todas as mulheres nesta rede de proteção, como diria Audre Lorde (2019, n. p):

“Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas”.

Recorrentemente, escuta-se que os movimentos feministas são compreendidos por meio de uma periodização didática conhecida como “três ondas¹⁵” para representar diferentes momentos das mobilizações feministas (já se fala em uma quarta onda¹⁶). Mas, não há linearidade e nem consenso entre as próprias teóricas dos estudos feministas sobre essa temporalidade demarcada. Desse modo, não nos preocuparemos em expor separadamente esses momentos e, sim, captar as forças e as demandas de cada dimensão histórica vivenciada pelas mulheres, entendendo que a separação pode nos provocar a sensação de que o surgimento de uma nova etapa seja em decorrência da superação da etapa anterior e isso nem sempre é verdade. Santos (2008) explica que

A metáfora da “onda”, que expressa o fluxo e o refluxo dos movimentos feministas em constante transformação no correr das águas misturadas entre o passado e o futuro, também se aplica ao processo de construção de políticas públicas e ao curso das relações entre as instituições governamentais e os discursos feministas que circulam em diversos espaços sociais e institucionais, fora e dentro do Estado. (p.2)

Desse modo, Ferrazza (2022) elucida que as primeiras mobilizações ocorreram no início do século XIX a partir da luta por direitos civis, políticos e educativos que eram reservados apenas aos homens. Os enfrentamentos aconteceram principalmente

¹⁵ Primeira Onda Feminista: busca da igualdade de direitos civis, políticos e educativos no final do século XIX até meados do século XX. Segunda Onda Feminista: problematizações sobre poder entre os gêneros e dominação patriarcal na vida privada e pública. Terceira Onda Feminista: desmistificação das diferenças entre os gêneros regidos por uma ordem natural e participação junto aos governos e órgãos internacionais na criação de políticas públicas (Oliveira & Perez, 2022).

¹⁶ A Quarta Onda Feminista pode ser compreendida como uma mobilização que se deu a partir dos anos 2000 e é constituída por movimentos difundidos na *internet* (*cyberfeminismo*), das interseccionalidades e da atuação feminista por meio de coletivos (Oliveira & Perez, 2022).

pelo direito ao voto feminino (movimento sufragista) e pela luta por igualdade salarial nas fábricas.

Já na segunda metade do século XX, conforme comenta Garcia (2011), Biroli e Miguel (2006), a escritora Simone de Beauvoir (1908-1986) influenciou os movimentos feministas quando se propôs a repensar em seu livro, “O segundo sexo”, questões como: por que o homem está no centro (androcentrismo)? Por que as mulheres precisam ser ratificadas por eles? A mulher ocupa uma posição diferente da dos homens e qual o motivo disso? Beauvoir

Conclui que não há nada de biológico nem de natural que explique a subordinação das mulheres, o que aconteceu é que a cultura deu mais valor a quem arriscava a vida - que é o que faziam os homens nas guerras e na conquista de novos territórios - do que quem lhes dava a vida - que é o que faziam as mulheres com seu poder de conceber. . . Ela separa natureza da cultura e aprofunda a ideia de que o gênero é uma construção social, ainda que ela não utilize a palavra gênero. (Garcia, 2011, p. 82)

Scott (2019) acrescenta que cunhar o termo das discussões diz sobre uma tentativa das feministas em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. No entanto, a autora indica que as preocupações teóricas sobre gênero como uma categoria de análise surgiram somente no final do século XX. A definição de “gênero” tem seu núcleo central na relação entre:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar relações de poder . . . as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino. (Scott, 2019, pp. 67- 73)

Connell e Pearse (2015) também alertam sobre essa pretensão natural de distinção entre masculino e feminino quando afirmam que “no centro do senso comum sobre gênero está a ideia de uma diferença natural entre mulheres e homens. Uma indústria inteira de psicologia pop nos diz que mulheres e homens são naturalmente opostos em seus pensamentos, emoções e capacidades” (p. 85).

Ao falar das mulheres, Butler (2019) nos encanta com a seguinte citação: “. . . mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações” (p. 69). Será que estamos pensando sobre quem somos? Que mulheres estamos nos tornando? Estamos dando espaços para que todas possam existir? Estamos encontrando espaços de resistência?

Rago (2019) propõe que revisitar, repensar e construir novas formas de vivências não é um trabalho fácil e rápido, principalmente porque as forças opressoras tomam conta da sociedade. A autora comenta que

A discussão sobre a subjetividade, a liberdade e a ética coloca-se, assim, também para os feminismos como um dos grandes desafios da atualidade, especialmente quando se percebe: a falência dos discursos tradicionais da esquerda, o crescimento das forças conservadoras e reacionárias no capitalismo empresarial globalitário, que visam inibir a potência da vida em todos os níveis, o fortalecimento dos fundamentalismos, da intolerância e dos preconceitos que bloqueiam os encontros e as conexões possíveis. Produzir novas e criativas formas de existência, contextos mais humanizados de sociabilidade e de formação de subjetividades éticas é fundamental se deseja-se construir um mundo menos misógino, violento e desigual. (Rago, 2019, pp. 4-5)

Dessa forma, a partir de questionamentos também passamos a não aceitar as recorrentes histórias de violências e vidas perdidas de tantas mulheres. Os movimentos feministas e a união feminina acrescentam possibilidades de resistência e de luta pelas vidas das mulheres. **Laila, Rita e Tarsila** são exemplos de mulheres que precisaram da presença de outras mulheres para que pudessem ultrapassar uma perspectiva individualizante ao entender as situações de violências vividas no ambiente universitário. **Laila** nos atenta sobre a dificuldade de visualizar na própria instituição movimentos a favor das mulheres, mas ainda assim acredita nos coletivos femininos dentro da universidade. Já **Rita** fez parte do movimento contra os professores abusadores dentro da universidade, ao qual se orgulha imensamente e reconhece como fator fundamental para sua aproximação com os estudos feministas. Com **Tarsila**, a presença de outras mulheres no seu período acadêmico fez com que ela identificasse que os desconfortos sentidos na presença de professores homens não eram exclusivos dela e não eram solitários.

Retomando a fala de **Laila**, um outro aspecto aparente precisa de atenção quando estamos falando em qualquer tipo de luta social, sobretudo quando o tema é sobre a violência contra as mulheres em suas intersecções de raça, classe e gênero. A estudante relata que sua companheira também passou por situações aversivas, porém de formas diferentes, visto que é uma mulher preta, lésbica e que não performa feminilidade. Nesse sentido, não podemos recorrer a um discurso universal e generalizante que prevê somente aspectos sobre o binário masculino-feminino e deixam de lado marcadores sociais da diferença “como a raça, classe, a sexualidade, a religião, a nacionalidade, a etnia, etc” (Oliveira, 2019, p. 280) que também são fundamentais para a compreensão da ocorrência e manutenção das violências. Akotirene (2018) nos apresenta o termo “interseccionalidade”, cunhado pela intelectual afro-estadunidense

Kimberlé Crenshaw (1989), que instrumentaliza a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe.

Portanto, também precisamos questionar se os movimentos feministas são potencialmente excludentes. hooks (2020) afirma: “mulheres brancas com privilégio de classe rapidamente se declararam ‘proprietárias’ do movimento, colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras” (p.75). A autora complementa que inserir a pauta sobre a classe no movimento feminista possibilitou que interseções entre classe e raça fossem expostas, confirmando que diante de um sistema socialmente instituído de raça, gênero e classe, as mulheres negras estavam na base da pirâmide econômica. Dessa forma, bell hooks (2020) nos instiga brilhantemente ao suscitar que se as primeiras pessoas na Terra não eram brancas, é bastante improvável que as brancas tenham sido as primeiras mulheres a se rebelarem.

Dessa forma, utilizamo-nos de Joice Berth (2019) para entendermos que é necessário empoderar-se, mas que isso significa que precisamos agir de acordo com “conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam” (p. 35) de forma coletiva. Assim, as universitárias nos presenteiam em suas entrevistas com ideias de ações e expectativas, como por exemplo: diretrizes institucionais, formação anual para professores e técnicos, disciplinas obrigatórias que possam trabalhar questões de gênero e intersecções, atividades culturais, a existência de um local de denúncias e acolhimento/atendimento às estudantes mulheres, materiais didáticos explicativos e etc. Seus relatos também nos rememoram movimentos importantes - fora e dentro da UEM -

que culminaram em denúncias e na construção de políticas institucionais que nos mostram que é possível fazer-junto com a sociedade como um todo.

4.2.1 Avanços e potencialidades na proteção das mulheres brasileiras e nas universidades

Talvez um dos avanços mais reconhecidos no Brasil seja o Projeto de Lei nº4.559/2004 e culminou na Lei nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Dessa forma, a Lei Maria da Penha:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (Brasil, 2006)

De acordo com a Lei, toda mulher goza de direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo a vida preservada para viver sem violência, preservando a saúde física e mental e o aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Isso tudo independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião (Brasil, 2006).

Outro avanço na legislação brasileira foi a promulgação da Lei 13.104/15, mais conhecida como Lei do Feminicídio que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o

femicídio no rol dos crimes hediondos (Brasil, 2015). A lei se originou a partir do relatório produzido pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da violência contra a mulher, pois a estimativa, entre os anos 2000 e 2010, apontou que para 43,7 mil assassinatos de mulheres, 41% delas mortas foram em suas próprias residências, principalmente por companheiros ou ex-companheiros (Souza, 2018). O feminicídio é caracterizado quando o crime é contra a mulher por razões da condição de sexo feminino e considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar; menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Reforça-se, portanto, a ideia de que a existência de leis não será por si só o único caminho resolutivo para o fim das violências contra as mulheres. Mas, e no contexto universitário, como as violências contra as estudantes mulheres têm sido combatidas?

Maito, Panúncio-Pinto, Severi e Vieira (2019) elucidam que o tema da violência contra as mulheres na universidade ganhou atenção no país em 2014 quando foi concluído o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar violações dos Direitos Humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo nos trotes, festas e no cotidiano acadêmico, a ação ficou conhecida como “CPI dos Trotes”. O documento apresentou evidências de violências nas relações universitárias da principal universidade do país, a USP. Foram identificadas diversas formas de violência contra as mulheres nas universidades, como violências sexuais em festas; tortura e a reprodução de letras de músicas das baterias com teor discriminatório contra mulheres e pessoas negras em festas e eventos esportivos. O relatório também apontou a ocorrência de situações de violência e discriminação contra mulheres em função da raça/cor entre professores, professoras, funcionários e funcionárias (Comissão Parlamentar de Inquérito, 2015).

A “Rede Não Cala!” é um exemplo sobre os movimentos institucionais em combate contra a violência das mulheres na universidade. A organização foi criada no ano de 2015 por professoras e pesquisadoras da USP com o objetivo de reagir às denúncias de violência sexual e de gênero na universidade e manifestar o descontentamento com os mecanismos de apuração, punição e proteção às vítimas. Além disso, a Rede acolhe as mulheres e expõe os abusos que ocorrem no ambiente universitário (Leão, 2016). O movimento divulgou uma cartilha denominada “Violência de gênero na universidade: onde buscar ajuda? Conheça seus direitos” que apresenta as principais formas de violências que acometem as mulheres na universidade, como o assédio sexual, a coerção, violência física e demais ofensas (Maito, Vieira & Konno, 2017).

No ano de 2021, foi aprovada na UEM, pelo Conselho Universitário (COU), a “Política de Direitos Humanos, Promoção e Proteção de Grupos Vulneráveis e Garantia das Liberdades Individuais”, que tem como objetivo orientar as ações da instituição e legislar sobre o tema no ambiente universitário. Por fim, em outubro de 2022, foram empossados os membros do Comitê que trabalharão em conjunto para assegurar a proteção da população negra, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, imigrantes, pessoas LGBTQI+, e outros grupos vulneráveis dentro da universidade.

O Comitê de Direitos Humanos, previsto na Resolução, será criado para defender liberdades individuais, diversidade religiosa e promover a proteção de negros, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, imigrantes, população LGBTQIA+ e outros grupos vulneráveis. Irá atuar à frente de três eixos: Promoção de Direitos Humanos; Ações Afirmativas; e Denúncias de Violação de Direitos Humanos. (Teixeira, 2021, n.p.)

A aprovação da Política de Direitos Humanos é resultado de um longo processo iniciado no ano de 2016 quando a universidade reconheceu a necessidade de criação de um Comitê Institucional Permanente de Enfrentamento às Violências e Fobias na universidade. Já no ano de 2017, a UEM assinou um termo de adesão celebrado pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Educação para implementação do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade e da Cultura de Paz e Direitos Humanos. Em 2018, a partir de um grupo de trabalho, foi elaborado um relatório sobre as ações, projetos, grupos, disciplinas já existentes e que discutiam sobre direitos humanos na UEM. Ainda em 2018, o Conselho Universitário aprovou a Diretriz para a Formulação da Política de Direitos Humanos, Promoção e Proteção de Grupos Vulneráveis e Garantia das Liberdades Individuais da UEM. No início de 2019, ficou estabelecido o Comitê Provisório de Direitos Humanos, Promoção e Proteção de Grupos Vulneráveis e Garantia das Liberdades Individuais da UEM (Teixeira, 2019).

Nesse mesmo sentido, outro movimento importantíssimo é o desenvolvimento do projeto de pesquisa denominado “Projeto ContrAbuso: Estratégias de identificação e enfrentamento do assédio sexual no contexto universitário¹⁷” financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), elaborado e desenvolvido por docentes e discentes na UEM e em parceria com discentes de outras universidades, como a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Esse projeto não tem, fundamentalmente, a intenção de identificar violências apenas contra as mulheres, mas será uma grande ferramenta para colaborar com futuros dados, pesquisas e ações institucionais no âmbito da violência de gênero contra as mulheres também (Machado, 2018). O projeto desenvolveu uma ferramenta de pesquisa e intervenção, no formato de plataforma *online*, voltada ao enfrentamento de violências (principalmente, sexuais) na

¹⁷ Conheça mais sobre o projeto no link: <https://www.youtube.com/watch?v=YiUA18bB9VQ>

universidade. A plataforma sistematiza informações sobre comportamentos que definem se uma relação/prática é violenta ou não. Também dispõe de mecanismos de encaminhamento, listando e mapeando serviços de atendimento aos casos de violência e assédio, bem como de áreas de risco em torno da universidade.

Em agosto de 2022, durante o evento “Violência sexual nas universidades em debate” organizado pela coordenação¹⁸ do ContrAbuso, foi entregue à reitoria e ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da UEM uma minuta¹⁹ de protocolo e enfrentamento contra violência sexual na universidade que visa implementar uma política voltada para a detecção do problema, acolhimento das mulheres em situação de violência, encaminhamento e acompanhamento dos casos. Aos presentes no evento, também foi apresentada e entregue outro resultado do projeto: uma cartilha²⁰ autoral denominada “Vamos falar sobre violência sexual na universidade?” elaborada a partir das pesquisas desenvolvidas pelos membros do projeto.

Desse modo, dimensionamos a importância de uma responsabilidade coletiva quando almejamos o enfrentamento daquilo que nos fere. Portanto, Butler (2018) nos lembra que corpos em aliança são necessários para,

. . . o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício - que se pode chamar de performativo - do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis. . . os corpos em assembleia ‘dizem’: ‘nós não somos descartáveis’, não importando que estejam ou não usando palavras no

¹⁸ Isadora Vier Machado e Carolina Laurenti, professoras do departamento de Direito e Psicologia da UEM, respectivamente.

¹⁹ O documento foi baseado no trabalho de conclusão de curso defendido pela estudante Marina Andrade Batista, do curso de Direito da UEM.

²⁰ Cartilha disponível em: http://www.noticias.uem.br/images/2022/Cartilha_site.pdf

momento; o que eles dizem, por assim dizer, é ‘ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida. (online)

Dessa forma, as imagens abaixo representam o que a autora denomina como corpos em assembleia, isto é, estudantes durante uma colação de grau utilizando-se da força do coletivo para reivindicar o direito de ser pertencente a uma universidade e não ser assediada por nenhum de seus membros da própria instituição de ensino. Podemos dizer que esse movimento composto por formandas e formandos implica na quebra do silenciamento e na luta de garantia do direito de ser quem se é e livre de violências e aconteceu em decorrência do processo de denúncias contra os professores abusadores que **Rita** nos relatou.

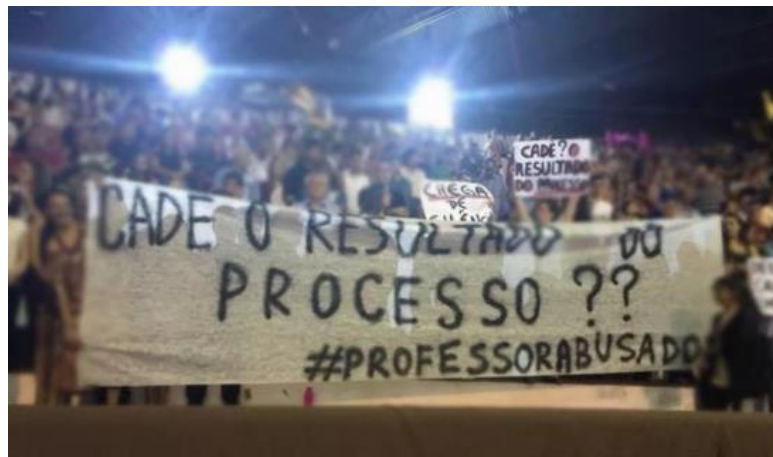


Fonte: G1 Paraná. Cartazes exibidos em uma colação de grau da universidade.

Butler (2018) também nos diz sobre a importância de reconhecer a existência de apoios que garantam os espaços de resistência e acolhida, porém também precisamos lutar por eles quando não nos são dados e esse enfrentamento começará quando nos sentirmos pertencentes a nossa própria ação e à aliança com outras:

Não podemos agir sem suportes, contudo, precisamos lutar pelos suportes que nos permitem agir ou, na verdade, que são componentes essenciais da nossa ação. . . O ‘verdadeiro’ espaço está, então, ‘entre as pessoas’, o que significa que assim como qualquer ação acontece em um lugar localizado, ela também estabelece um espaço que pertence à aliança propriamente dita (Butler, 2018, *online*).

Assim, podemos compreender que aquela colação de grau é um local de pertencimento dessas discentes - que compartilham o mesmo momento, a mesma fase - porém mais relevante que isso é assimilar a importância e magnitude de ocupar esse local, entre elas e para elas.



Fonte: G1 Paraná. Cartazes exibidos em uma colação de grau da universidade.

À vista disso, Amaral (2019, p. 52) acrescenta que:

O próprio ambiente da universidade cria espaços que unem as ativistas em torno de algo em comum, pois são ricos de interlocução do sujeito com outros sujeitos e do sujeito consigo mesmo que ele não tinha até então. Essa mudança provoca um (re)conhecimento diferenciado de si, do outro, da história, uma (re)leitura da própria trajetória, sendo, assim, um aspecto que une as ativistas.

Portanto, precisamos primeiramente ter acesso ao tema, a possibilidade de falar sobre e de pesquisar como acontece o fenômeno da violência no ambiente acadêmico. A partir disso, espera-se que estudos e intervenções sejam propostos para que a universidade não seja um local reprodutor de violências, intolerância e desigualdades, mas sim um espaço atento às formas de cuidado e de garantia de direitos de suas/seus membros.

CAPÍTULO 5

UMA HISTÓRIA EM ANDAMENTO: DIÁRIO DE CAMPO DE UMA PESQUISADORA CARTÓGRAFA MULHER

Que o leitor – ou melhor, “x leitorx” – encontre nas palavras destes ensaios algumas ressonâncias dos afetos das forças do presente em seu próprio corpo. E que tais ressonâncias lhe sirvam de companhia para desatar os nós que estes afetos lhe produzem em sua garganta, deixando germinar palavras que digam nuances, aqui não alcançadas, dos embriões de futuro que se anunciam para além do sufoco. Uma prática cuja razão de ser é precisamente criar cenários que nos tragam de volta o bem-viver, evitando que esses nós se transformem em nódulos patológicos e suas metástases se espalhem como a peste pelo corpo-alma de nós mesmos e de toda a trama social.

(Suely Rolnik, 2018)

Ao longo destes quase três anos de uma vivência chamada mestrado, me vi em lugares compostos por novas sensações, inquietudes e afetações. A cada nova experiência ao longo desse caminho, aumentava a vontade de continuar resistindo e firmando o compromisso de luta com todas as mulheres. Ao mesmo tempo em que o encantamento pela pesquisa e pelas mulheres esbravejava fortemente, muitos desconfortos também se fizeram presentes. Percebi no avançar da pesquisa que permeei histórias de vidas de mulheres -importantíssimas- e são essas mulheres, assim como tantas outras, que me fazem querer estar aqui. Portanto, convido-as para compartilhar comigo um breve relato²¹ sobre os trajetos percorridos até aqui.

No ano de 2017 realizei uma residência em psicologia sobre Direitos Humanos e Cidadania também pela UEM. Durante os dois anos de residência fiz parte de um grupo que trabalhou na formação do Comitê de Direitos Humanos da universidade. Na época,

²¹ Alguns excertos que serão citados neste capítulo não são transcrições literais, mas representam memórias reais da pesquisadora em suas experiências pessoais e profissionais.

um movimento bastante recente e que havia se formado diante de episódios de denúncias, adoecimentos e da necessidade de garantir às/aos estudantes uma universidade segura para a permanência de seus membros. Nesse período, realizei um levantamento das ações da UEM como as políticas institucionais já existentes, os projetos de ensino, pesquisa e extensão, os eventos e demais movimentos que culminaram na garantia de direitos humanos à comunidade acadêmica.

Também desenvolvi uma pesquisa, intitulada “Universidade e Direitos Humanos: qual a relação com a saúde mental dos estudantes?”, que contou com a participação de vinte estudantes de graduação. Para isso, uma das questões disparadoras foi sobre já ter vivenciado algum tipo de violência/desrespeito/preconceito no contexto universitário. Assim, em sua maioria, as discentes mulheres já haviam vivenciado ou presenciado situações de assédio, constrangimento, violências, como olhares, comentários, contatos e aproximações que não eram consentidos e, portanto, eram geradores de medo, insegurança, raiva (Basso & Duarte, 2019). A todo tempo nos questionávamos sobre a ocorrência desses fatos dentro da universidade. Estudantes mulheres relataram inúmeros abusos psicológicos, morais e físicos provocados principalmente por outros homens, como os próprios estudantes e professores.

Durante as entrevistas, em uma sala de reunião e com um gravador na mesa, elas se sentavam e descreviam situações consideradas por elas como abusivas. Recordo facilmente quando umas dessas alunas disse que iria se formar na “força do ódio” e que detestava seus professores. Aos prantos, ela contava que decidiu fazer uma disciplina em um campus próximo à Maringá para não ter que estar no mesmo ambiente de seus professores e relatou a experiência durante a banca de apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Ela estava no sexto ano do curso (havia parado por um ano devido às pressões no ambiente acadêmico e questões pessoais) e isso foi usado contra ela por

meio de comentários desvelados por professores que compunham a banca. Ela relatou que eles questionavam o longo período dela na graduação: “você nem deveria estar aqui mais, já faz muito tempo que está no curso. Corajosa você, hein? Será que vai conseguir trabalhar com o que depois daqui?”. Ela também disse que não teve apoio do seu orientador ao afirmar que, em momento algum, interrompeu as falas agressivas. Ela conclui dizendo: “Eu saí destruída da apresentação”.

Compartilho também uma experiência envolvendo um professor do bloco onde era meu local de trabalho durante a residência. Sentia a pulsação aumentar apenas por ouvir a voz ou o som da bicicleta dele se aproximando. Demorei a perceber que seus olhares eram invasivos e precisei de outras amigas mulheres no mesmo ambiente de trabalho para corroborar com as sensações. Suas ações envolviam oferecer balas, iniciar uma conversa, até que perguntou o nome completo e eu disse. No dia seguinte ele havia curtido as poucas publicações disponíveis no *Facebook* – bloqueei-o imediatamente. Enquanto ouvia de outros técnicos “fulano é tão legal, né?” eu só conseguia pensar e sentir: “não!” Torcia para que ele não entrasse na cozinha enquanto estávamos tomando café em equipe, mas sempre acontecia. Até que um dia, literalmente, senti o coração quase sair pela boca. Estava comendo uma torta e ele entrou e, enquanto levava a torta até a boca, ele dizia com seu olhar penetrante: “Essa torta é muito deliciosa, não é mesmo?”. Não consegui terminar de comer e voltei para a sala tremendo. Não à toa, passei a perceber que em momentos de descanso, em casa, no sofá, meu coração batia descompassado.

O que hoje é escancarado (mas na época não era) é o fato de que a universidade não é um castelo inatingível, com portões e torres altas e que de imune, ela não tem nada. Desse modo, quase ao fim da residência e incentivada por minha supervisora, agucei um interesse até então inexistente ao longo do meu percurso acadêmico e

profissional: o mestrado poderia possibilitar novos encontros e debates. Dito e feito. Com o apoio de professoras incríveis pude afunilar o tema e encontrar o que, hoje, transborda sentido: estar COM mulheres, aprender COM elas e resistir em CONJUNTO!

Assim, o método escolhido para direcionar esta pesquisa não foi definido antecipadamente. No entanto, ao desenhar os horizontes da pesquisa meu desejo sempre perpassou pela acolhida e escuta das estudantes mulheres. Por várias vezes verbalizei: “quero ouvi-las e compartilhar suas histórias”. Até então, este trabalho estava sendo escrito numa estrutura ainda enrijecida e distanciada dos objetivos propostos ao ansiar a aproximação com as estudantes. Desse modo, a cartografia entrou em cena durante a disciplina “Cartografia, território e subjetividades”, disponível no mestrado. Foram as conversações com os professores e demais discentes que acenderam a possibilidade de utilizar o método cartográfico nesta pesquisa, pois eu entendia que assim eu estaria me aproximando, fortalecendo e produzindo novos sentidos com as mulheres participantes do nosso estudo. A proposta do método cartográfico, portanto, impulsionou o percurso favorecendo a ocorrência de deslocamentos e inspirações acionados por diferentes pistas e direções.

Assim, a pesquisa se fortaleceu a cada notificação de uma nova resposta no questionário, ao contato com as estudantes e com a realização das entrevistas. Foram respostas que transbordaram um tema de pesquisa em vivências reais. A cada etapa, presencialmente ou *online*, olhos marejados - meus e delas. Durante as conversas, elas abriram espaços para compartilhamentos como: “Nossa, só de lembrar e falar sobre isso [situações de assédio] me arrepio toda” e “Eu estou numa semana difícil e falar sobre violência também é difícil, mas eu sei que é importante eu estar aqui”. Ao final dos

encontros, nos sentíamos reabastecidas pela partilha e confiança. Sem elas, nem este diário estaria sendo escrito.

Outras mulheres também compuseram esse processo de aproximações: as integrantes do grupo de estudos “Feminismos, saúde mental e gênero”. Nossos encontros quinzenais me levavam a um estado de admiração enorme, já que as trocas eram sempre pautadas no respeito, no conhecimento e nas vivências. Por e com elas, conheci ou aprofundei sobre tantas outras, como: bell hooks, Djamila Ribeiro, Carolina de Jesus, Angela Davis, Audre Lorde, Carla Akotirene, Conceição Evaristo, Judith Butler, Valeska Zanello, Gloria Anzaldúa, Joice Berth...

Assim como o grupo de estudos, o projeto de pesquisa “ContrAbuso” também esteve presente nesta caminhada e reafirmou a importância de estudos para o debate das violências nos ambientes universitários. O trabalho em equipe levou a resultados admiráveis, como a produção de artigos científicos, a organização de um evento rico sobre violência sexual na universidade, a elaboração de uma plataforma *online* disponível no site da UEM, a criação de uma cartilha explicativa sobre o tema e a entrega de uma minuta apresentando um protocolo de atendimento e enfrentamento às violências no campus.

Além desses espaços de trocas proporcionados pelo mestrado e pelos grupos, outros atravessamentos ocorrem diariamente em dois contextos distintos, a psicologia clínica e a experiência na política pública da Assistência Social (o SUAS). Desse modo, inevitavelmente, a clínica permite encontrar com outras jovens mulheres que trazem em seus relatos histórias que perpassam situações abusivas com homens e que exemplificam o que compreende-se como controle do corpo feminino quando eles impedem que suas companheiras façam alguma atividade física ou usem roupas que

exibam o corpo: “Ele diz que me ama, mas não gosta que eu faça aula de *pole dance*. Diz que é mostrar muito o corpo”. Além disso, casos em que os parceiros assumem uma posição de poder e reproduzem violência psicológica e moral evidenciados nas seguintes frases: “Ele já me trancou para fora de casa durante uma discussão. Era noite e eu senti muito medo”, “Eu já estou acostumada com o ciúme dele. Sempre está de olho no meu celular” e “Será que eu estou doida? Acho que deve ser coisa da minha cabeça. . . ele estava me traindo mesmo”.

Já na Assistência Social a experiência se intensifica, pois os contextos se ampliam e as interseccionalidades de raça, classe e gênero se evidenciam. Atuo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ou seja, não é precisamente o local em que mulheres devem ir para denunciar violências, mas isso não impede que elas digam durante os atendimentos como são suas vivências e relacionamentos. Certo dia, uma dessas mulheres que chegou ao município há muitos anos fugida do ex-marido, relatou que o ex-companheiro dormia com uma arma ao lado como forma de ameaça caso ela saísse de casa. E, quando isso acontecia, ele a esperava deitado na sala para ver que horas ela chegava. Outra mulher assistida no CRAS disse: “Nós duas estamos de máscaras e você não vai ver que meu maxilar está torto, pois meu companheiro me deu um soco e com isso quebrou também meus dentes. Estou aguardando a cirurgia”.

Recentemente, uma mulher procurou o serviço afirmando “eu preciso de ajuda, eu não aguento mais”. Ela contou que todos os dias após o trabalho seu marido chega em casa e atira objetos nela e que já quebrou a porta com socos. Ela diz que ele bebe muito e não se controla e afirma: “conviver com ele me faz ficar mal e intensifica minhas crises de raiva e eu me mutilo”. Essa mulher explica que não consegue sair de casa devido à insuficiência financeira para sua sobrevivência, permanecendo nesse local por necessidade e não por vontade. Ela dizia que também não podia buscar ajuda na

casa de sua mãe, pois ela também não tinha condições. Ela não é exceção. Em 2020, a Covid-19 chegou para inflar absurdamente a quantidade de atendimentos e muitas mulheres passaram a buscar o serviço como forma de sobrevivência afirmando: “Meus filhos precisam comer. Como vocês podem me ajudar?”, diziam as mães solas que relataram perder o emprego, sem renda e sem alimento. Por várias vezes o odor da sala tomava conta: a miséria tem cheiro. Pés descalços, mãos sujas, cabelos embaraçados e muitos carrinhos de reciclagem seguidos de “desculpa moça, eu vim direto da rua por isso estou suja”.

Em outra situação, numa sexta-feira de manhã, uma jovem mulher (já acompanhada pelo serviço) pediu para falar comigo. Entramos na sala de atendimento e fechei a porta. Ela estava cabisbaixa, de fone de ouvido e com um envelope na mão. Durante toda a conversa, chorava muito e poucas vezes cruzou o olhar com o meu. Até que começou a contar que, desde o início da pandemia, abandonou o tratamento para o vírus da imunodeficiência humana (HIV) e que após mais de dois anos e alguns sintomas da doença se agravarem, retornou ao médico e a probabilidade de ter se tornado AIDS era grande. Ela relatou que havia sido contaminada por um tio, que a abusava desde criança. “Comecei a ser abusada aos seis anos de idade. Aos onze, um parceiro da minha mãe também me abusou. Tenho três filhos e só estou aqui por eles, pois já tentei várias vezes terminar com a minha vida”. Entendi que o envelope em suas mãos eram os pedidos de exames (para infecções sexualmente transmissíveis, hemograma e tuberculose). Perguntei o que podia fazer por ela e ela então indagou: “você pode ir comigo na consulta quando os resultados ficarem prontos?”. Dias depois ela ligou no CRAS e disse que estava na Unidade Básica de Saúde (UBS) esperando para ser atendida e sentia medo. Fui até o local e durante a consulta o médico confirmou que ela estava com sífilis e solicitou com urgência o exame de carga viral (já

desconfiando da evolução do vírus). Perguntei ao médico sobre a importância de um encaminhamento ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) devido ao grave quadro de depressão e ansiedade. Ela saiu de lá com o encaminhamento feito e passadas duas semanas, com incentivo nosso, procurou o serviço e está sendo acompanhada pelo CAPS (além da UBS de referência do bairro e do Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA- de Maringá).

Em outra ocasião, há poucos dias uma situação mobilizou a equipe feminina do CRAS de uma maneira perturbadora. Sexta-feira, geralmente, costuma ser um dia mais tranquilo e com poucas demandas no serviço, mas escutei uma discussão ao mesmo tempo em que ouvi o barulho de um carro arrancando. Saí imediatamente e logo me deparei com as duas recepcionistas e uma servidora que acabava de chegar cercando o carro e tentando puxar uma mulher para fora do veículo. Havia um recém-nascido chorando muito enquanto o homem estapeava e puxava a mulher pelo cabelo. A mulher e o bebê (ambos arranhados no rosto) foram levados para dentro do CRAS enquanto o homem gritava: “ela é uma vagabunda, eu já fui preso por conta dela. Ela é louca”. Ligamos para o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) para que a equipe de Abordagem Social pudesse atendê-la e, enquanto estava no telefone, o homem dizia apontando o dedo em minha direção: “você não vai ligar para a polícia não, eu não fiz nada. É tudo culpa dela”. Ele saiu e pouco tempo depois voltou reproduzindo novos discursos violentos e culpabilizando a ex-companheira. Ele chorava e dizia: “eu acabei de sair da prisão, ela me colocou lá pela lei Maria da Penha e se eu voltar ela já sabe o que vai acontecer”. Enquanto nós, mulheres, resgatávamos a mulher do carro, acomodávamos ela e a criança e ligávamos para os órgãos competentes ao caso, os dois únicos funcionários homens que estavam presentes no momento, eram meras figuras ilustrativas e também reproduziam discursos como: “não quero justificar a

violência, mas ela é tranqueira”. Enquanto isso, as colegas de trabalho expressavam “meu coração está acelerado, estou tremendo”. A equipe (também feminina) do CREAS levou a mulher embora e o homem saiu esbravejando.

No CRAS, nossa equipe é composta majoritariamente por mulheres e somos desafiadas diariamente por homens que alteram a voz e “crescem” diante de nós. Não foi uma, nem duas vezes em que precisamos chamar um dos rapazes do serviço para acompanhar na recepção enquanto homens gritavam e ameaçavam ultrapassar o balcão. Uma das recepcionistas relatou que um homem alcoolizado entrou na sala exigindo atendimento e se aproximou dela, tão perto a ponto de ficar chutando sua mesa. Esse mesmo homem gritava: “cadê aquela negona gorda? Ela não vai me atender, não?”. Para se sentir minimamente segura, a recepcionista o atendeu o tempo inteiro com um objeto de metal em mãos: “eu já estava preparada e caso ele se aproximasse mais, eu iria acertá-lo”.

Espero que ao longo deste trabalho tenha ficado claro que as violências contra as mulheres não são acontecimentos pontuais e que se reproduziam diante de um aparato social e de uma estrutura patriarcal, misógina, machista e racista. Essa permissividade se intensificou ainda mais durante os quatro anos do (des)governo do atual presidente do Brasil. De acordo com Gênero e Número²² (2022) é possível elencar ao menos cinco ataques de Jair Messias Bolsonaro contra as mulheres: 1) Em cada 10 casas chefiadas por mulheres, 06 sofrem de insegurança alimentar devido a desigualdade de salários e sobrecarga de trabalho e tarefas domésticas; 2) Corte de verbas para creches (apenas 2,5 milhões para o ano de 2023 - valor suficiente para a criação de apenas cinco unidades) e para combater a violência contra as mulheres (o valor que em 2020 era de 101 milhões

²² É uma empresa social que produz e distribui jornalismo orientado por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade. A partir de linguagem gráfica, conteúdo audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens multimídia alcançamos e informamos uma audiência interessada no assunto.

passou a ser apenas de 9 milhões em 2022); 3) Bolsonaro disse que “pintou um clima” entre ele e adolescentes venezuelanas de quatorze anos; 4) O presidente convidou estrangeiros para fazer sexo com mulheres brasileiras, e 5) Quis estabelecer o ensino domiciliar sem levar em consideração que as mães seriam as responsáveis pelo ensino o que impossibilitaria ascensão social e trabalho remunerado.

Meu objetivo não é tornar este diário uma escrita de lamentações, ele é simplesmente o resultado da experiência de ser mulher em diversos contextos. Assim, a pesquisa também é única e desafiadora, pois a encaro como um passo de resistência e de luta. Dessa forma, percebo que estamos sendo afetadas para muito além deste processo da pesquisa e escrita. Sendo assim, são tantas vidas e encontros ao lado de Laila, Rita, Tarsila, Marias, Joanas, Jennifers, Lucias, Gabrielas, Danieles, Bárbaras, Carolinas... Em todos os momentos, foram essas e tantas outras mulheres que me lembravam os motivos de estar aqui e é por isso que eu lhes digo:

Obrigada!

Seguimos juntas...

UM PASSO DE CADA VEZ E AVANTE: NÃO IRÃO NOS PARAR!

Nomear este momento da escrita como considerações finais remete a uma sensação ambígua de finalização de um processo ao mesmo tempo em que se eleva a reflexão sobre as reverberações do trabalho e o que pode ser feito a partir de agora (por todos nós) sobre a violência de gênero contra as mulheres e, em especial as estudantes universitárias. Compreendo esta ocasião como uma oportunidade de relembrar o percurso trilhado por todas as mulheres que, de alguma forma, compuseram este processo comigo. E, justamente, por estar inundada por muitas de nós que entoamos essa pesquisa como redes de manifestações e de ricas pluralidades de histórias ‘mulheris’. Assim, Rago (2007; 2008) nos lembra que o valioso é suscitar olhares que privilegiam às mulheres:

Dispersões, diferenças e fragmentações e não mais a unidade. . . Além do mais, percebe-se um nomadismo constante em suas trajetórias, já que vivendo constantes desterritorializações subjetivas, desenvolvem enorme potencial de transformação e de invenção de novos espaços pessoais, subjetivos e coletivos. (Rago, 2007; 2008, pp. 16-17)

No entanto, a autora também considera que alguns aspectos são comuns a estas mulheres (Rago, 2007; 2008). Logo, testemunhamos no decorrer da pesquisa que as pistas cartográficas evidenciaram a violência de gênero contra as mulheres no contexto universitário como uma dessas características em comum. E, durante este processo de descobertas, encontramos espaços para inquietudes - intensificadas a cada nova resposta ao questionário e a cada narrativa nas entrevistas - e, também, deslocamentos

esperançosos - ao perceber a importância das vozes femininas e dos corpos em assembleia para cada novo enfrentamento.

Nesse sentido, o método cartográfico proporcionou as trocas, os encontros e os afetos com as estudantes participantes da pesquisa, isto é, relações às quais permitiram experienciar o caminho conjuntamente. Isto significa que o meu papel enquanto pesquisadora não teve como objetivo ocupar espaços de poder-saber e sim de engajamento com o tema, com as histórias e com as mulheres, como um todo. E, foi a partir desse elo que pude experimentar (às vezes como um lento conta gotas e, às vezes, como um tsunami arrebatador) a pesquisa e toda sua relevância para a desnaturalização da violência contra as mulheres em todos os contextos possíveis e, especialmente, na universidade.

Desse modo, o percorrer deste trabalho apontou direções importantes sobre a violência contra estudantes mulheres na graduação e pós-graduação na UEM. As violências têm se reproduzido em diversos ambientes universitários: em festas, no câmpus, dentro das salas de aulas presenciais e em formato *online*. As nossas participantes expressaram, a partir das próprias experiências, algumas formas de violências que predominam no contexto acadêmico, isto é, no questionário eletrônico elas os caracterizam como os assédios, as agressões verbais, as cantadas de teor sexual e o compartilhamento de imagens sem permissão. Já durante as entrevistas, os relatos aprofundaram questões relacionadas à hierarquia e abusos psicológicos e físicos entre professores homens e jovens alunas. As discentes disseram sobre a importância dos episódios de violências ocorridos dentro da universidade serem compartilhados e acolhidos por outras pessoas, em especial, outras estudantes mulheres. Desse modo, os movimentos feministas e demais espaços coletivos são apontados como estratégias

valiosas para as mulheres participantes da pesquisa para o enfrentamento das situações de violências de gênero. Além disso, nossas estudantes nos apresentaram com outras possibilidades de intervenções de caráter institucional, como: incluir pautas de gênero, raça e orientação sexual nos debates estudantis, acrescentar a temática na grade curricular dos cursos de ensino superior, capacitar docentes e técnicos, desenvolver um local específico para acolhimento às discentes, criar um espaço para denúncias e produzir materiais descritivos e explicativos acerca da violência de gênero.

Inspirada por Delmondez (2017), compartilho da ideia de que não podemos retroalimentar a manutenção de privilégios e as relações de poder, pois compreendemos que são essas relações desiguais e patriarcais que colocam em risco a vida das mulheres, até mesmo dentro do contexto universitário. Assim, para além das relações de poder entre homens e mulheres, esta cartografia também foi produzida atentando-se para as mais diversas realidades femininas, incluindo entrelaçamentos - de vidas, experiências e enfrentamentos - sem deixar de se atentar para as intersecções de raça, performance sexual, classe social, faixa etária e entre outras.

No entanto, apesar das preocupações teórico-prática para ampliar a discussão sobre a violência de gênero contra mulheres, é necessário reconhecer alguns limites da pesquisa. Sua execução aconteceu inteiramente diante de uma conjuntura inesperada e singular tomada pela ocorrência de uma pandemia global que exigia o isolamento social e limitava nossa forma de acesso às estudantes da universidade. Além disso, o público contemplado pela pesquisa se declarou em sua maioria como de mulheres brancas, jovens e heterossexuais, isto é, as demais interseccionalidades apesar de não aparecerem na presente pesquisa, provavelmente, se presentificaram em demais discussões importantes, uma vez que são carregados por muitas outras especificidades.

Ademais, entendeu-se que o contexto explorado carrega por si próprio alguns tensionamentos: a universidade ainda é um local de privilégios e de supostamente maior conhecimento e, portanto, as rotas percorridas foram e são sinuosas. De fato, abordar a violência de gênero contra as mulheres no ambiente universitário implica em corporificar denúncias e, justamente por isso, merecem atenção de toda a comunidade acadêmica (gestoras/es, colaboradoras/es, docentes e estudantes). Além disso, é necessário entender que ocorrência da violência contra as mulheres, sobretudo, as graduandas e pós-graduandas possui caráter estrutural de uma sociedade machista e misógina retirando, assim, a equivocada culpabilização e a individualização do fenômeno sobre elas.

No entanto, o caminho para a desnaturalização da violência é longo e, enquanto isso, nossas estudantes resistem aos inúmeros impactos que as acometem diante das situações violentas. O medo, a insegurança, a vergonha, a impotência e a tristeza são vocabulários comuns às mulheres, ou seja, nada muito distante do que Bandeira (2017) nos diz: “as mulheres brasileiras estão unidas por uma tragédia em comum: tiveram decepadas mãos, pés, dedos, braços, pernas, seios e orelhas, a pele foi rasgada por facão, o rosto desfigurado com soda por namorados e ex-maridos, os cabelos arrancados” (p. 31). É duro e real. E nós não podemos mais compactuar com isso. Nem nas casas, nem nas ruas ou nas universidades.

Durante as supervisões, já comentamos algumas vezes que estamos engatinhando na luta e enfrentamento das violências contra as mulheres no ensino superior, mas que engatinhar é um passo indispensável para os outros seguintes. Portanto, são os estudos e as inspirações que impulsionam tal enfrentamento e, por isso, acredito vigorosamente que estes espaços de debates acrescentam possibilidades concretas de mudanças, inclusive em políticas institucionais que combatam qualquer

forma de discriminação e violências e garantam a permanência de seus membros no ensino superior.

Portanto, espera-se que esta pesquisa se some a outros estudos e que o incômodo em dedilhar um fenômeno tão complexo seja insignificante diante da iminência em combatê-lo. Que possamos encontrar aliadas e aliados para resistir e que as universidades atuem em defesa de quem tanto deseja e batalha para acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Letramento: Justificando.
- Allegretti, F. E. & Rodrigues, A. P. K. (2020). Discurso religioso enquanto violência de gênero: o papel dos representantes da igreja católica na construção do pensamento social. In: Diotto, N.; Souto, R. B.; Goularte, R. F.; Araújo, L. G. N. & Brutti, T. A. (Orgs.). *Estudos de gênero e feminismos na sociedade contemporânea: diálogos jurídicos*. Ilustração, pp. 21-37.
- Almeida, H. B. de. (2022). A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora, pp. 195-220.
- Almeida, T. M. C. & Zanello, V. (2022). Visões sobre a violência contra as mulheres nas universidades: uma introdução à problemática no Brasil e na América Latina. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora.
- Almeida, T. M. C. (2020). A importância da perspectiva de gênero e o enfrentamento à violência contra as mulheres. In: Ferreira, L. *Gênero em Perspectiva*. Curitiba: CRV, pp. 41-57.
- Almeida, T. M. C. (2017). Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: Stevens, C., Oliveira, S., Zanello, V., Silva, E. & Portela, C. *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Technopolitik, pp. 384-400.
- Amaral, I. G. (2019). *Fronteiras do saber decolonial de gênero: leitura dos coletivos feministas na universidade pública*. Lavras, 102 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras.
- Amorim, D. (2019). *IBGE: Mulher trabalha quase o dobro de horas que homens nas tarefas domésticas*. <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2019/04/26/mulher-trabalha-quase-dobro-de-horas-que-homem-nos-afazeres-domesticos-diz-ibge.htm>
- Anestesiata estuprou paciente por 9 minutos sem ser interrompido. (2022). <https://www.terra.com.br/nos/anestesiata-estuprou-paciente-por-9-minutos-sem-ser-interrompido,61a263bc64f96029c1498d5423535ca1ryjvglmja.html>
- Assembleia Geral das Nações Unidas. (1993). *Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres*. Resolução nº48/410 de 20 de dezembro de 1993.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar violações dos Direitos Humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotos”, festas e no seu cotidiano. Diário Oficial do Estado de São Paulo. 15 Abr 2015.
- Ávila, T. P. (2022). Violência sexual no ambiente universitário: análise a partir da experiência de uma Audiência Pública no Distrito Federal. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 383-414.

- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: Butler, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar, 18a. ed, Civilização Brasileira, pp. 17-71.
- Candido, M. R. & Campos, L. A. (2020). Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. *Blog DADOS*. <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>
- Carvalho, M. S. (2019). *A violência de gênero contra as mulheres na Universidade Federal Fluminense: Percepções das entidades representativas estudantis dos cursos de Economia e Serviço Social*. Niterói, 166 f. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense. <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2019.m.15448006736>
- Casqueiro, M. L., Irfi, G. & Silva, C. C. (2020). A expansão das universidades federais e os seus efeitos a curto prazo sobre os indicadores municipais. *Avaliação*, 25(1), pp. 155-177.
- César, J. M., Silva, F. H. & Bicalho, P. P. G. (2013). O lugar quantitativo na pesquisa cartográfica. *Fractal, Rev. Psicol.* 25(2), pp. 357-372.
- Connell, R. & Pearse, R. (2015). Diferenças sexuais e corpos generificados. In: Connell, R. & Pearse, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Tradução Marília Moschkovich, São Paulo, nVersos, pp. 85-111.
- ContrAbuso entrega à reitoria proposta de enfrentamento à violência sexual na universidade. (2022). http://www.noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26863:contrabuso-entrega-a-reitoria-proposta-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-na-uem&catid=986&Itemid=211
- Cristaldo, H. (2016). *ONU Mulheres Brasil diz que pesquisa sobre estupro reflete a sociedade*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/onu-mulheres-brasil-diz-que-pesquisa-sobre-estupro-reflete-estagnacao-da>
- Cubillos, C. L. M.; Gallego, L. E. S. & Rendón, L. F. R. (2012). Discriminación y violencia de género en la universidad de Caldas. *Hacia la Promoción de la Salud*, 17(1), pp. 59-76.
- d'Oliveria, A. F. (2019). Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. Botucatu: *Interface*, pp.1-5.
- Data Popular & Instituto Avon (2015). *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx2_0151.pdf

- Delmodez, P. (2017). *Cartografia de práticas de subjetivação em experiências trans*, 145 f. Tese (doutorado)- Universidade de Brasília.
- Del Priore, M. (2020). Prefácio. In: Del Priore, M. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil entre os anos de 1500 a 2000*. Planeta, pp. 7-10.
- Detoni, L. P. & Resende, L. M. (2019). Mulheres e lugares de fala: um percorrido pelas entrevistas cartográficas na fronteira Brasil- Uruguay. *Fixo*, 3(9), pp.47-61.
- Fabbro, M. R. C., Montrone, A. V. G.; Moreira, D. B.; Bertossi, T. S.; Cerqueira, M. & Souza, F. F. S. (2019). *Violência de gênero na Universidade Federal de São Carlos: saindo da invisibilidade*. Congresso de Ensino de Graduação: CONEGRAD UFSCAR.
- Ferrazza, D. A. (2022). Feminismo em seus movimentos de luta e resistência contra a normalização do corpo feminino e a desigualdade de gênero. In: Ferrazza, D. A.; Leite, H. A. (Orgs). *Mulheres e feminismo: perspectiva histórica e desafios atuais*. Perfil Consultoria, pp.28-56.
- Ferrazza, D. A. & Sant'Ana, M. F. (2022). Psiquiatrização do corpo da mulher e a resistência feminista na luta pelo cuidado em saúde mental. In: Ferrazza, D. A.; Leite, H. A. (Orgs). *Mulheres e feminismo: perspectiva histórica e desafios atuais*. Perfil Consultoria, pp. 132-154.
- Flor do Nascimento, W. & Zanello, V. (2014) Sobre o que não se fala em uma arqueologia do silêncio: as mulheres em História da Loucura. In: Zanello, V. & Andrade, A. P. M. *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*. Appris, pp. 17-28.
- Fórum brasileiro de segurança pública & Datafolha. (2021). *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 3 ed. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>
- Gama, F. & Baldissera, M. (2022). Violências contra mulheres em universidades brasileiras: escrachos, denúncias e mediações. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora, pp. 325- 355.
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade.
- Garcia, J. (2020). *Produção científica de mulheres despenca na pandemia - de homens, bem menos*. <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/05/26/pandemia-pode-acentuar-disparidade-entre-homens-e-mulheres-na-ciencia.htm>.
- Gênero e Número. (2022). 5 ataques de Bolsonaro às mulheres. <https://www.generonumero.media/reportagens/bolsonaro-ataca-mulheres-2/>
- Godoi, M. S. de, & Santos, M. A. dos (2021). Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, 58(229), 11-35. https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11

- Guimarães, A. S. A. (2003). Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, pp. 247-268.
- hooks, b. (2020). Políticas feministas: em que ponto estamos. In: hooks, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução Bhuvi Libanio, Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, pp. 17-25.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estatísticas de gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Atlas da violência*. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2020). *Censo da Educação Superior 2019: divulgação dos resultados*.
- Kastrup, V. (2015). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 32-52.
- Kroeff, R. F. S.; Gavillon, P. Q. & Ramm, L. V. (2020). Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia* 20(2), pp. 464-480.
- Leão, I. (2016). *Rede de professoras da USP luta contra a violência sexual e de gênero*. <https://jornal.usp.br/universidade/rede-de-professoras-da-usp-luta-contra-a-violencia-sexual-e-de-genero/>.
- Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015*. (2015). Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

- Leite, K. L. C. (2017). Implicações da moral religiosa e dos pressupostos científicos na construção das representações do corpo e da sexualidade femininos no Brasil. *Cadernos Pagu*, 49. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700490022>
- Lima, M. M. C. & Ceia, E. M. (2022). Violência de gênero nas universidades: um panorama internacional do problema. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 3-29.
- Lorde, A. (2019). *Irmã Outsider*. Tradução Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, I. V. (2018). *ContrAbuso: estratégias de identificação e enfrentamento do assédio sexual no contexto universitário* (Projeto de Pesquisa). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Mairesse, D. (2003). Cartografia: do método à arte de fazer pesquisa. In: Fonseca, T. M. G. & Kirst, P. G. (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 259-273.
- Maito, D. C., Panúncio-Pinto, M. P., Severi, F. C. & Vieira, E. M. (2019). Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface: Botucatu*, pp. 1-15. <https://doi.org/10.1590/Interface.180653>
- Maito, D. C., Vieira, E. M. & Konno, K. M. (2017). *Violência de gênero na universidade: onde buscar ajuda? Conheça seus direitos*. Universidade de São Paulo: USP Mulheres.
- Marinho, M. M. S., Gonçalves, S. F. & Vergara, S. M. (2017). *Assédio no ensino superior: a dificuldade de permanência da mulher no ambiente acadêmico*. Universidade de Brasília.
- Martins, A. P. A., Bandeira, L. M. & Dias, F. M. (2022). Equidade de gênero na educação superior: retratos de violências contra estudantes no contexto de políticas institucionais. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 359-383.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo* 11(3), pp. 647-654.
- Nierotka, R. S. & Trevisol, J. V. (2016). Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. *R. Katál.*, 19(1), pp. 22-32.
- Nunes, C. C. & Macedo, J. P. (2020). Desafios metodológicos e formativos em pesquisa com mulheres na prisão. *Rev. Polis e Psique*, 10(3), pp. 178-204.
- Oliveira, D. N. de. & Perez, D. K. (2022). As representações sociais das mulheres na mídia brasileira: uma análise dos anos 2000 a 2008. In: Ferrazza, D. A. & Leite, H. A. *Mulheres e feminismo: história e desafios*. Perfil consultoria, pp. 155-176.

- Oliveira, M. D. & Melo-Silva, L. L. (2010). Estudantes universitários: a influência das variáveis socioeconômicas e culturais na carreira. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 14(1), pp. 23-34.
- Oliveira, S. R. (2019). Violência contra as mulheres: cultura histórica, subjetivação e ensino de histórias do possível. In: Silva, E. O.; Oliveira, S. R.; Zanello, V. (Orgs.). *Gênero, subjetivação e perspectivas feministas*. Brasília: Technopolitik, pp. 276- 309.
- Organização Mundial da Saúde (2002). Violência - um problema mundial de saúde pública. In: *Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde*, pp. 1-19.
- Passos, E. & Barros, R. B. (2015). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E., Kastrup, V. & Escóssia, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 17-32.
- Peduzzi, P. (2020). *Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca: estudo mostra o perfil do estudante universitário brasileiro*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>.
- Pezzato, L. M., Botazzo, C. & L'Abbate, S. (2019). O diário como dispositivo em pesquisa multicêntrica. *Saúde Soc.* 28(3), pp. 296-308.
- Porto, M. & Chaves, S. C. (2022). Quando a comunidade universitária vai ao judiciário enfrentar a violência institucional contra as mulheres. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 467-493.
- Rago, M. L. (2019). “Estar na hora do mundo: subjetividade e política em Foucault e nos feminismos”. Botucatu: Interface.
- Rago, M. L. (2007-2008). Práticas feministas em novos modos de subjetivação. *Maracanan*, pp. 13-36.
- Rocha, C. M., Bezerra, C. S., Arribas, C. G. & Machado, J. S.(2022). Do silenciamento ao enfrentamento: a experiência do Coletivo Marielle Franco- mulheres UFJF nas ações de combate à violência de gênero no ambiente universitário. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latinoamericanas*. OAB, pp. 439-467.
- Rodrigues, M. E., Nascimento, G. B. & Nonato, E. M. N. (2015). A dominação masculina e a violência simbólica contra a mulher no discurso religioso. *Identidade!* 20(1), pp. 78-97.
- Rolnik, S. (1989). O cartógrafo. In: Rolnik, S. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, pp. 66-73.
- Romagnoli, R. C. (2009). A cartografia e a relação pesquisa e vida. *Psicologia e Sociedade*, 21(2), pp. 166-173.

- Sade, C., Ferraz, G. C. & Rocha, J. M. (2013). O *ethos* da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento na potência do agir. *Fractal, Rev. Psicol.* 25(2), pp. 281-298.
- Santos, C. H.; Branco, O., Storto, L. J. & Burgo, V. H. (2016). A representação da mulher no discurso religioso. XI Seminário de pesquisa em ciências humanas: humanidades, Estado e desafios didático-científicos.
- Santos, S. C. M. (2010). O modelo predominante de masculinidade em questão. *Rev. Pol. Públicas*, 14(1), pp. 59-65.
- Santos, C. M. (2008). *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil*. Oficina do CES, Coimbra.
- Saraiva, V. M. (2019). *Coletivos feministas universitários e violência de gênero no centro-oeste e Distrito Federal*. São Leopoldo, 127 f. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Sardenberg, C. M. B. & Tavares, M. S. (2016). Introdução. In: Sardenberg, C. M. B. & Tavares, M. S. *Violência de gênero contra as mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EDUFBA. <https://doi.org/10.7476/9788523220167>
- Scott, J. (2019). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: Hollanda, H. B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Editora Bazar do Tempo, pp. 49-83.
- Silva, J. E. O., Amante, C. J.; Melo, P. A.; Costa, A. M. & Melo, M. B. (2012). Permanência estudantil nas universidades públicas brasileiras: perfil socioeconômico dos estudantes. *Cofiin Habana*, pp. 17-25.
- Souza, J. A. J., Santos, E. C., Lobo, A. S., Melo, L. C. & Soares, A. C. (2013). Concepções de universidade no Brasil: uma análise a partir da missão das universidades públicas federais brasileiras e dos modelos de universidade. *Revista GUAL*, 6(4), pp.216-233.
- Souza, S. R. (2018). Femicídio: uma qualificadora de natureza dúplice? In: Brasil, Conselho Nacional do Ministério Público. *Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público Brasileiro*. pp. 132-140.
- Strazzi, A. (2014). *Trote universitário: responsabilidade dos agressores*. <https://alestrazzi.jusbrasil.com.br/artigos/112788683/trote-universitario-responsabilidade-dos-agressores#:~:text=O%20trote%20universit%C3%A1rio%20%C3%A9%20uma,d,e%20zombaria%2C%20viol%C3%Aancia%20e%20humilha%C3%A7%C3%A3o>.
- Tedesco, S. H., Sade, C. & Caliman, L. V. (2013). A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal, Rev. Psicol.* 25(2), pp. 299-322.

- Teixeira, M. (2021). *Política de Direitos Humanos tem aprovação pelo Conselho Universitário*.
http://www.noticias.uem.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25750:politica-de-direitos-humanos-tem-aprovacao-pelo-conselho-universitario&catid=986:pagina-central&Itemid=211.
- Teles, M. A. A. (1999). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Venturini, A. C. (2017). A presença das mulheres nas universidades brasileiras: um panorama de desigualdade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis. ISSN 2179-510X
- Vilela, P. R. (2021). *Denúncias de violência contra a mulher somam 105,6 mil em 2020- Balanço foi feito com base no Disque 180 e no Disque 100*.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-03/governo-registra-105-mil-denuncias-de-violencia-contramulher>
- Zanello, V. & Richwin, I. F. (2022). Assédio sexual no ensino superior brasileiro: uma análise sociogênera das emoções e das subjetividades na transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. In: Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. OAB Editora, pp. 291-324.
- Zanello, V. (2020). Masculinidades, cumplicidade e misoginia na “casa dos homens”: um estudo sobre os grupos de whatsapp masculinos no Brasil. In: Ferreira, L. *Gênero em Perspectiva*. Curitiba: CRV, pp. 79-103.
- Zanello, V. (2018). Homens e dispositivo da eficácia. In: Zanello, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris, pp. 175-177.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.
- Zanello, V. (2010). Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica. In: Stevens, C., Brasil, K. C. T., Almeida, T. M. C. & Zanello, V. *Gênero e feminismos: convergências (in)disciplinares*. Exlibris, pp. 307- 320.
- Zotareli, V., Faúndes, A.; Osis, M. J. D.; Duarte, G, A. & Sousa, M. H. (2012). Gender and sexual violence among students at a brazilian university. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.*,12(1), pp. 37-46.

ANEXOS

ANEXO A- ROTEIRO PARA O QUESTIONÁRIO *ONLINE*

Dados Sociodemográficos
Idade:
Cidade de origem: Cidade em que reside:
Renda familiar média: () acima de ½ até 1 salário mínimo (acima de R\$522,50 até R\$1.045,00) () acima de 1 até 2 salários mínimos (acima de R\$1.045,00 até R\$ 2.090,00) () acima de 2 até 5 salários mínimos (acima de R\$ 2.090,00 até R\$5.225,00) () acima de 5 até 10 salários mínimos (acima de R\$5.225,00 até R\$10.450,00) () de 10 salários mínimos (acima de R\$10.450,00)
Você trabalha? Se sim: Em que? Quantas horas por dia?
É cotista na universidade? () Sim () Não
Você se autodeclara: () preta () parda () amarela () indígena () branca
Orientação sexual:

1. E-mail:
2. Contato telefônico:
3. Qual o curso de graduação você faz?
4. Está em que ano do curso?
1° 2° 3° 4° 5° 6°
5. O curso é:
Vespertino
Matutino

Noturno
Integral

6. Quantas horas por dia, aproximadamente, você permanece na universidade?
Entre 4 - 6 horas
Entre 6 – 8 horas
Entre 8 – 10 horas
Outro

7. Você sabe o que é/já ouviu falar sobre violência de gênero?

Sim Não

8. Já presenciou ou vivenciou algum tipo de violência de gênero na universidade?

Presenciei Vivenciei Ambas situações Não

9. Em que local? – *Assinale mais de uma opção, se necessário.*

I- Em uma festa universitária

a. Em uma festa universitária, você já presenciou colegas/homens assediarem uma amiga ou você foi assediada

b. Em uma festa universitária, você já presenciou colegas/homens beijarem a força uma amiga ou você foi beijada a força

c. Em uma festa universitária, você já presenciou colegas/homens agredirem verbalmente uma amiga ou você foi agredida verbalmente por questões de gênero

d. Em uma festa universitária, você já presenciou alguma amiga recebendo cantadas com teor sexual sobre aparência física de modo a constranger ou você já recebeu cantadas com teor sexual sobre aparência física de modo a constranger

e. Em uma festa universitária, você já presenciou uma amiga recebendo algum convite sexualmente inapropriado ou você já recebeu algum convite sexualmente inapropriado

f. Em uma festa universitária, você já presenciou uma amiga recebendo mensagens inapropriadas ou com imagens sem permissão ou você já recebeu mensagens inapropriadas ou com imagens sem permissão

II- Nos espaços de convivência da universidade (biblioteca, centro acadêmico, cantina/refeitório, gramados etc)

g. Nos espaços comuns da universidade, você já presenciou colegas/homens assediarem uma amiga ou você foi assediada

h. Nos espaços comuns da universidade, você já presenciou colegas/homens beijarem a força uma amiga ou você foi beijada a força

i. Nos espaços comuns da universidade, você já presenciou colegas/homens agredirem verbalmente uma amiga ou você foi agredida verbalmente por questões de gênero

- j. Nos espaços comuns da universidade, você já presenciou alguma amiga recebendo cantadas com teor sexual sobre aparência física de modo a constranger ou você já recebeu cantadas com teor sexual sobre aparência física de modo a constranger
- k. Nos espaços comuns da universidade, você já presenciou uma amiga recebendo algum convite sexualmente inapropriado ou você já recebeu algum convite sexualmente inapropriado
- l. Nos espaços comuns da universidade, você já presenciou uma amiga recebendo mensagens inapropriadas ou com imagens sem permissão ou você já recebeu mensagens inapropriadas ou com imagens sem permissão
- m. Nos espaços comuns da universidade, você já presenciou uma amiga sendo solicitada para troca de favores (notas, vantagens acadêmicas etc) ou você já foi solicitada para troca de favores

III- Em sala de aula (sala comum, sala de professores, laboratórios etc)

- n. Em sala de aula, você já presenciou colegas/homens assediarem uma amiga ou você foi assediada
- o. Em sala de aula, você já presenciou colegas/homens beijarem a força uma amiga ou você foi beijada a força
- p. Em sala de aula, você já presenciou colegas/homens agredirem verbalmente uma amiga ou você foi agredida verbalmente por questões de gênero
- q. Em sala de aula, você já presenciou alguma amiga recebendo cantadas com teor sexual sobre aparência física de modo a constranger ou você já recebeu cantadas com teor sexual sobre aparência física de modo a constranger
- r. Em sala de aula, você já presenciou uma amiga recebendo algum convite sexualmente inapropriado ou você já recebeu algum convite sexualmente inapropriado
- s. Em sala de aula, você já presenciou uma amiga recebendo mensagens inapropriadas ou com imagens sem permissão ou você já recebeu mensagens inapropriadas ou com imagens sem permissão
- t. Em sala de aula, você já presenciou uma amiga sendo solicitada para troca de favores (notas, vantagens acadêmicas etc) ou você já foi solicitada para troca de favores

10. Geralmente, quem foi o autor da violência: - *Assinale mais de uma opção, se necessário.*

- Colegas/outras estudantes
- Professores
- Servidores
- Alguém externo à universidade

11. Como você se sentiu diante disso? (pergunta aberta)

12. Quais efeitos desta violência em sua vida? (pergunta aberta)

13. Buscou auxílio para enfrentar a situação? - *Assinale mais de uma opção, se necessário.*

Dentro da universidade

Fora da universidade
Não buscou auxílio

14. Você se sente segura dentro da universidade?

Sim Não

15. Você teria interesse em conversar sobre a experiência para relatar maiores detalhes?
(Caso a resposta seja positiva, entraremos em contato a partir do e-mail e contato telefônico disponibilizado)

Sim Não

ANEXO B- ROTEIRO DIRECIONADOR PARA A ENTREVISTA CARTOGRÁFICA

Eixo I – Relatos de violência de gênero contra as estudantes mulheres na UEM:

- a) Como você ingressou e qual seu percurso acadêmico na UEM?
- b) Descreva a situação vivenciada por você ou colegas que tenha identificado como violência de gênero contra as mulheres.
- c) Você saberia descrever, em quais locais, com que frequência, quem foi o autor da violência?
- d) Como você identificou que tal comportamento era uma violência?

Eixo II– Efeitos e Impactos

- e) Como se sentiu diante da situação relatada?
- f) Quais os efeitos disso em sua vida?
- g) A/as situação(ões) relatadas impactaram de alguma forma seus estudos e percurso na universidade?
- h) Já havia falado sobre isso com alguém/ em outros contextos antes desta entrevista? Como você se sente ao relatar tais experiências?

Eixo III– O contexto universitário

- i) Sentiu-se confortável em buscar algum tipo de auxílio na própria instituição? E fora dela?
- j) Sente-se segura no ambiente acadêmico?
- k) Acredita que a universidade pode/deve prevenir e combater a violência de gênero contra as estudantes mulheres? De que forma?
- l) Quais eram suas expectativas quando ingressou na UEM? Após passar por situações de violência, como você enxerga a universidade?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO NO QUESTIONÁRIO *ONLINE*

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa intitulada temporariamente de **“Violência de gênero no contexto universitário: um estudo com mulheres estudantes da graduação”**. O estudo será realizado pela pesquisadora Mariana Silva Basso, formada em psicologia e mestranda (pg 402949) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob orientação da professora Dra. Daniele de Andrade Ferrazza. O objetivo deste estudo é compreender as violências de gênero vivenciadas no contexto universitário por estudantes mulheres na graduação. Investigações deste teor colaboram para evidenciar a importância de difundir esse assunto entre a comunidade acadêmica, alunas/os, professoras/es e técnicas/os, para entender a dinâmica institucional e os fatores psicossociais que estão atrelados à temática proposta. Para isto, a sua participação é muito importante.

Poderão participar estudantes mulheres, maiores de idade, desde que estejam matriculadas em algum curso de graduação da UEM (sede e outros campi). O questionário *online* é composto por dados sociodemográficos da estudante e questões abertas e fechadas sobre situações presenciadas ou vivenciadas de violência de gênero no contexto universitário.

Informamos que ao responder às questões poderá ocorrer desconforto à participante, como o surgimento de lembranças e emoções referentes às suas experiências pessoais. No entanto, o procedimento empregado apresenta um risco mínimo e todos os cuidados serão tomados pela equipe responsável por esta pesquisa a fim de adequar os procedimentos às necessidades dos participantes ou interromper a continuidade desta. Se houver necessidade de assistência às participantes, a própria pesquisadora responsável realizará o atendimento psicológico na Unidade de Psicologia Aplicada (Clínica-Escola) da UEM, vinculada ao Departamento de Psicologia. O atendimento é gratuito, de inteira responsabilidade da pesquisadora, uma vez que a mesma é psicóloga e possui registro ativo no Conselho Regional de Psicologia do estado do Paraná, CRP-08/23096. Ressalta-se que o questionário online será disponibilizado apenas após a concordância deste TCLE.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à instituição ou à sua pessoa. As informações coletadas contribuirão para os objetivos desta pesquisa e serão, somente, utilizadas para este fim. As respostas serão recebidas e analisadas com absoluto sigilo, preservando sua identidade e permanecerão armazenadas no Google Drive do endereço eletrônico violenciageneronauniversidade@gmail.com até o prazo legal para seu devido descarte.

Os benefícios esperados são que os resultados forneçam informações e ampliem discussões acerca do tema além de elucidar a importância de debater sobre o tema durante o período da graduação para uma formação cidadã, social e eticamente responsável, contribuindo com uma atuação profissional que respeite a diversidade humana e combata as formas de violência socialmente engendradas. Caso você tenha mais dúvidas e necessite de mais esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP)

da UEM, cujo endereço consta neste documento. Este termo é disponibilizado para que você, voluntária, tenha ciência sobre o questionário e, portanto, o TCLE deverá ser concordado obrigatoriamente antes do preenchimento dessa pesquisa. Isso corresponde a autorização e a assinatura do mesmo.

Em caso de dúvida em relação à pesquisa, esta poderá ser esclarecida com as pesquisadoras responsáveis ou com o COPEP, nos seguintes contatos:

Profa. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza, RG:33910327
Av. Colombo, 5790, Departamento de Psicologia, Bloco 118.
CEP 87020-900, Maringá-PR.
Telefone (44) 3011-4291.

Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (COPEP/UEM). Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4.
CEP 87020-900, Maringá-PR.
Telefone (44) 3011-4444
E-mail: copep@uem.br

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO NA ENTREVISTA

Gostaríamos de convidá-la a participar da pesquisa intitulada temporariamente de **“Violência de gênero no contexto universitário: um estudo com mulheres estudantes da graduação”**. O estudo será realizado pela pesquisadora Mariana Silva Basso, formada em psicologia e mestranda (pg 402949) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob orientação da professora Dra. Daniele de Andrade Ferrazza. O objetivo deste estudo é compreender as violências de gênero vivenciadas no contexto universitário por estudantes mulheres na graduação. Investigações deste teor colaboram para evidenciar a importância de difundir esse assunto entre a comunidade acadêmica, alunas/os, professoras/es e técnicas/os, para entender a dinâmica institucional e os fatores psicossociais que estão atrelados à temática proposta. Para isto, a sua participação é muito importante.

A entrevista semiestruturada possibilitará respostas mais detalhadas conforme suas próprias vivências. Poderão participar estudantes mulheres, maiores de idade, desde que estejam matriculadas em algum curso de graduação da UEM. Dado o cenário atual de isolamento e pandemia devido ao novo Coronavírus, a entrevista poderá acontecer por meio da plataforma online *Google Meet* ou presencialmente, respeitando as medidas de distanciamento. A entrevista será gravada e transcrita para posterior análise.

Informamos que ao responder às questões da entrevista poderá ocorrer desconforto à participante, como o surgimento de lembranças e emoções referentes às suas experiências pessoais. No entanto, o procedimento empregado apresenta um risco mínimo e todos os cuidados serão tomados pela equipe responsável por esta pesquisa a fim de adequar os procedimentos às necessidades dos participantes ou interromper a continuidade desta. Se houver necessidade de assistência aos participantes, a própria pesquisadora responsável realizará o atendimento psicológico na Unidade de Psicologia Aplicada (Clínica-Escola) da UEM, vinculada ao Departamento de Psicologia. O atendimento é gratuito, de inteira responsabilidade da pesquisadora, uma vez que a mesma é psicóloga e possui registro ativo no Conselho Regional de Psicologia do estado do Paraná, CRP-08/23096.

Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à instituição ou à sua pessoa. As informações oriundas das entrevistas serão gravadas, sendo utilizadas somente para os fins desta pesquisa e tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade das estudantes e da instituição. O material obtido da transcrição das gravações será mantido por um período de cinco anos após o término da pesquisa, guardado em arquivo digital sob a guarda exclusiva da pesquisadora responsável por este estudo e deletado após esse período.

Nesses termos, após a transcrição da entrevista, será realizado um novo encontro virtual,

na plataforma *Google Meet*, para uma devolutiva com as interessadas para que as entrevistadas se apropriem da transcrição e, caso acharem necessário, possam alterar partes da entrevista realizada.

Os benefícios esperados são que os resultados forneçam informações e ampliem discussões acerca do tema além de elucidar a importância de debater sobre o tema durante o período da graduação para uma formação cidadã, social e eticamente responsável, contribuindo com uma atuação profissional que respeite a diversidade humana e combata as formas de violência socialmente engendradas.

Caso você tenha mais dúvidas e necessite de mais esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) da UEM, cujo endereço consta neste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue a você. Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como participante da pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, _____
(nome por extenso da voluntária da pesquisa), declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa coordenada pela professora Dra. Daniele de Andrade Ferrazza e aplicada pela mestrandia Mariana Silva Basso.

_____ Data: _____
Assinatura

Eu, Mariana Silva Basso, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra nominado.

_____ Data: _____
Assinatura

Mariana Silva Basso
RG: 9 852 585-8
E-mail: marianabassopsi@gmail.com

Em caso de dúvida em relação à pesquisa, esta poderá ser esclarecida com as pesquisadoras responsáveis ou com o COPEP, nos seguintes contatos:

Prof. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza, RG:33910327, Av. Colombo, 5790,
Departamento de Psicologia, Bloco 118, CEP 87020-900, Maringá-PR. Telefone (44)
3011-4291.

Comitê Permanente de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade

Estadual de Maringá (COPEP/UEM), Av. Colombo, 5790, PPG, sala 4, CEP 87020-00, Maringá-PR. Telefone (44) 3011-4444, e-mail: copep@uem.br